

O PROBLEMA DOS REPETENTES

PROF. FRANCISCO LOPES DE AZEVEDO
Chefe de Serviço do Departamento de Educação — S. Paulo

INTRODUÇÃO

Os alunos repetentes, principalmente nos primeiros graus de ensino, em S. Paulo, formam um tão grande número que preocupa, sobretudo, não só os poderes públicos a ele afetos, como a todos os que, técnicos ou leigos, se interessam pela educação popular.

Ao lado da massa das crianças sem escola, vemos crescer, dia a dia, a massa dos repetentes.

Urge, portanto, um estudo sério e acurado das suas causas, para, como na medicina, aplicar-lhes os remédios.

O que entendemos por um estudo sério é uma pesquisa científica, extensa e profunda.

Entretanto, esse caráter não tem o trabalho que ora apresentamos, não passando, pois, do resultado de observações pessoais, nos vários estágios da nossa atividade profissional.

Estamos côncios de que, embora eivado de imperfeições, este esboço terá, mesmo assim, sua utilidade e servirá de introdução a uma pesquisa futuramente feita sob critérios firmes e seguros.

Em virtude da escassez de tempo, apresentamos este estudo com caráter inteiramente sintético:

O PROBLEMA DOS REPETENTES

Foi encarado sob três aspectos distintos:

I — Causas prováveis das reprovações.

II — Consequências das reprovações.

III — Medidas tendentes a solucionar o problema.

CAUSAS DAS REPROVAÇÕES

Estudadas as causas prováveis das reprovações pudemos agrupá-las do seguinte modo:

I — PATOLÓGICAS, que subdividimos em físicas e mentais.

II — HIGIÊNICAS, compreendendo as seguintes questões:

A) dos sub-nutridos:

1 — por insuficiência de alimentação;

2 — por deficiência de alimentação, em relação à qualidade e à distribuição do horário;

- B) da higiene da boca e dos dentes.
- C) da higiene em geral.

III — PSICO-PEDAGÓGICAS, atingindo os problemas: do aluno, do professor e da escola.

- A) O problema do aluno pode ser desdobrado nos seguintes:
 - 1 — Falta de maturidade;
 - 2 — Mau ajustamento à classe:
 - a) nos primeiros graus, por falta de seleção;
 - b) nas outras classes, por falta de critério objetivo no julgamento das provas de promoção.
 - 3 — Dás reações.
 - 4 — Falta de interêsse:
 - a) por parte do aluno;
 - b) por parte dos pais ou responsáveis;
 - 5 — Má frequência.
 - 6 — Má ajustamento entre aluno e professor.
 - 7 — Timidez do aluno.
- B) Em relação ao professor, abrange:
 - b) por parte dos pais ou responsáveis.
 - 1 — Deficiência profissional:
 - a) por falhas no preparo técnico, fornecido pelas Escolas Normais;
 - b) por precariedade física e mental (casos imprevistos na legislação).
 - 2 — Má processuação de métodos.
 - 3 — Interpretação abusiva da autonomia didática.
 - 4 — Mau ajustamento ao grau e ao período escolar.
 - 5 — Irregularidade de frequência.
 - 6 — Remoções durante o ano letivo.
 - 7 — Falta de assistência e orientação pedagógica.
 - 8 — Má interpretação dos programas.
- C) Em relação à escola:
 - 1 — Início tardio das aulas.
 - 2 — Insuficiência do período letivo diário (3 horas).
 - 3 — Organização de classes com graus diferentes.
 - 4 — Superlotação das classes.
 - 5 — Má localização da escola.
 - 6 — Deficiência higiênica das salas de aula.
 - 7 — Falta de material didático.
 - 8 — Inadequação do programa aos graus do ensino.
 - 9 — Rigidez dos horários.

IV — CAUSAS SOCIOLÓGICAS

Compreendendo:

- A) A situação econômico-financeira da família do aluno.
- B) O trabalho do aluno fóra da escola:
 - 1 — como auxiliar dos pais no trabalho costumeiro;
 - 2 — como auxiliar na manutenção da família — trabalho remunerado.

- C) A situação da casa do aluno em relação à escola — dificuldade de acesso.
- D) As más condições físicas do ambiente — falta de conforto.
- E) A hostilidade do meio:
 - 1 — da população para com a escola;
 - 2 — da população para com o professor.

CONSEQUÊNCIAS DAS REPROVAÇÕES

Dentre as graves consequências das reprovações podemos citar, como as que mais avultam as seguintes:

- I — Dispêndio ineficaz dos dinheiros públicos.
- II — Despesa improficua por parte dos pais dos alunos.
- III — Congestionamento das escolas.
- IV — Impossibilidade do aproveitamento de crianças capazes, pela longa permanência das menos capazes.
- V — Desinterêsse pelo estudo, da criança preterida.
- VI — Complexo de inferioridade do aluno repetente.
- VII — Aumento da legião de analfabetos.
- VIII — Descontentamento dos pais.
- IX — Descrédito da escola e sua repercussão no professorado, na administração e até no próprio governo.

MEDIDAS TENDENTES A SOLUCIONAR O PROBLEMA DAS REPROVAÇÕES

Aquí apresentamos também agrupadas as medidas que seriam os remédios aplicáveis à solução do nosso mágnio problema das reprovações.

I — Quanto às causas patológicas e higiênicas.

A primeira medida estará a cargo dos professores, das educadoras sanitárias, dos médicos e dos dentistas, agindo em conjunto.

A) Ao professor compete:

- 1 — Examinar a acuidade visual e auidtiva dos alunos, logo no início das aulas, não só para a boa localização do aluno na sala de aula, como para:
 - a) os casos-problema;
 - b) os deficientes físicos e mentais.
- 2 — encaminhar à educadora sanitária:
 - a) os casos-problema;
 - b) os deficientes físicos e mentais.
- 3 — Encaminhar ao gabinete dentário:
 - a) os casos agudos ou urgentes que impossibilitem o aluno de permanecer na classe;
 - b) os necessitados de qualquer serviço dentário.
- 4 — Fazer a educação higiênica em geral e da alimentação, por meio de aulas, cartazes, cardápios diários, pesquisas, questionários diários, etc.

B) A educadora compete:

- 1 — Fichar todos os alunos, em geral, e especialmente os que forem encaminhados por razões particulares e urgentes.
- 2 — Fazer visitas domiciliares, tendo em vista pesquisar, na família do educando, as condições:
 - a) econômicas;
 - b) morais;
 - c) higiênicas;
 - d) da saúde em particular.
- 3 — Encaminhar à Assistência Médica, ao Serviço de Higiene Mental ou à Assistência Dentária, o aluno necessitado, com a respectiva ficha.
- 4 — Verificar se estão sendo cumpridas as prescrições médicas.
- 5 — Cooperar com a professora em todos os casos em que haja necessidade de trabalho mais intenso de higiene geral ou alimentar.

C) Ao médico e ao dentista compete desempenhar as funções que lhe são afetas.

D) A Caixa Escolar compete:

- 1 — Fornecer alimento aos subnutridos por meio de:
 - a) organização da sopa escolar;
 - b) instituição do copo de leite, do lanche sadio, etc.;
 - c) distribuição de frutas.
- 2 — Fornecer medicamentos, óculos e material dentário.
- 3 — Fornecer vestuário adequado à estação.
(conforme a última regulamentação das C. Escolares).

II — Quanto às causas psico-pedagógicas, as medidas que sugerimos são as seguintes:

Em relação ao aluno

A) Seleção de alunos

- 1 — Nos primeiros anos:
 - a) pelos testes (A. B. C.) de maturidade para leitura e escrita, nos grupos de número reduzido de classes.
 - b) pelos testes Kulhmann-Anderson, nos grupos de grande número de classes.
- 2 — Nos outros graus:
 - a) pelos testes de escolaridade para promoção aos graus imediatos;
 - b) pelos testes Kulhmann-Anderson.

B) Organização das classes:

- 1 — Nos grupos escolares, excluir da matrícula dos primeiros graus as crianças de sete anos, imaturas (grupos superlotados).

- 2 — Organizar, com as crianças imaturas, classes pre-pri-márias, mesmo funcionando fóra do estabelecimento.
- 3 — Distribuir os alunos em classes, de acôrdo com os resultados obtidos pelos testes (forte, média e fraca).
- 4 — Agrupar os semi-alfabetizados.
- 5 — Designar a regência das classes a professores, tomando em consideração a capacidade e preferência de cada um para determinado gráu.
- 6 — Reajustar, no fim de um ou dois meses, os alunos mal ajustados às classes em que foram distribuídos.
- 7 — Após o reajustamento, organizar classes especiais, com número reduzido de alunos, para aqueles que se manifestarem francamente como "problemas", afim de que gozem de atenção especial e tratamento adequado.
- 8 — Evitar a organização de classes com alunos de gráus diferentes.

C) Melhoria da frequência:

- 1 — Tornar a escola atraente ao aluno, levando em consideração o fator interesse, empregando processos que se enquadrem com suas preferências e possam desenvolver suas atividades.
- 2 — Estimular e incentivar:
 - a) a organização de jogos educativos, ginástica, competições, festas escolares, excursões instrutivas e recreativas;
 - b) a criação do cinema educativo e teatro educativo;
 - c) a organização de bibliotecas infantís, jornais escolares.
- 3 — Atrair os pais ou responsáveis à escola para solução de todos os problemas que dizem respeito ao educando: frequência, saúde, alimentação, vestuário e higiene em geral e maneira de educar os filhos.

D) Contrôle do rendimento do trabalho escolar.
Por testes de escolaridade.

Em relação ao professor

A) Modificar o programa das escolas normais, intensificando as aulas de prática, tornando-as realmente eficientes, ou aumentar um ano ao curso, dedicado exclusivamente à prática junto às escolas de aplicação, aos grupos escolares e mesmo às escolas isoladas.

B) Melhorar a cultura do professor por meio de:

- 1 — Cursos de férias — nas Delegacias.
- 2 — Intercâmbio de trabalhos.
- 3 — Círculos de estudos pedagógicos nos estabelecimentos.
- 4 — Publicações, revistas de caráter teórico-prático.
- 5 — Viagens de estudos.
- 6 — Bibliotecas.

C) Orientação Pedagógica a cargo de um Serviço Técnico, funcionando junto ao Departamento, afim de:

- 1 — Estudar, pesquisar e resolver os problemas do ensino.
- 2 — Divulgar trabalhos e tudo quanto possa concorrer para a melhoria da técnica do professor primário.
- 3 — Promover e facilitar demonstrações de processos para o ensino da leitura, escrita, cálculo, visando maior rendimento.
- 4 — Definir o conceito de alfabetização e estudar cientificamente a possibilidade de execução do programa de primeiro grau.

D) Assistência técnica ao professor de primeiro grau:

- 1 — Dar, nos grupos escolares de 1.^a categoria, a atribuição específica de prestar assistência técnica às classes de 1.^o grau, a uma das auxiliares.
- 2 — Atender, na medida do possível, a capacidade e preferência dos professores na sua distribuição por classes, graus e períodos, sem prejuízo do educando.
- 3 — Promover reuniões pedagógicas nos grupos de 1.^a e 2.^a categoria, reunindo professores por graus, especialmente os de 1.^o, e onde serão divulgados métodos e processos de ensino e debatidas questões referentes a esse grau.

Em relação à escola

A) Fazer com que os concursos de remoção e ingresso se realizem estritamente dentro do período das férias, de tal maneira que, no primeiro dia do ano letivo, todas as escolas entrem a funcionar regularmente.

B) Fazer com que o serviço do almoxarifado envie, com toda urgência possível, o material indispensável às escolas recém-criadas ou àquelas que estiverem desfalcadas do mesmo, de modo a não retardar o início efectivo das aulas.

(Convem haver, nas Delegacias Regionais um pequeno depósito de material consumível, bem como peças sobressalentes do mobiliário, para atender prontamente às faltas que se derem no decurso do ano lectivo).

C) Fazer cumprir o dispositivo da lei que diz: Só poderão ser matriculados durante o ano os alunos que não prejudiquem o bom andamento da classe.

D) Aumentar o período escolar diário, para que o educando tenha o seu desenvolvimento integral.

Na impossibilidade de ser aplicada essa medida por falta de prédios escolares, aumentar um ano no curso escolar, com o respectivo desdobramento de programas.

E) Atender ao dispositivo que estabelece o mínimo e o máximo de alunos para cada professor, embora a sala comporte número maior.

Inversamente, evitar acúmulo de alunos em salas, cuja lotação não comporte o número estabelecido no dispositivo legal.

F) Melhorar as condições higiênicas das salas de aula, procurando remover as causas que prejudicam mais diretamente o aluno.

G) Fazer nova localização dos grupos escolares, de acôrdo, com a atual densidade da população infantil.

III — Em relação às causas sociais.

Mais difícil que as outras, as causas sociais que parecem influir no problema das reprovações poderão ser removidas, ou, quando não, pelo menos minoradas, para o que apresentamos as sugestões seguintes:

A) Assistência eficiente das Caixas Escolares junto aos alunos reconhecidamente necessitados, de modo a fornecer-lhes:

- 1 — Assistência médica.
- 2 — Alimentação (sopa, copo de leite, frutas, etc.).
- 3 — Vestuário.
- 4 — Material escolar.
- 5 — Passes escolares (quando não houver unidade escolar próxima à residência do aluno).

B) Fazer o aluno frequentar a unidade escolar mais próxima da sua casa, afim de evitar, não só os perigos que possam advir, quer materiais, quer morais, desses longos trajetos, como também a fadiga e a irregularidade nos horários das refeições, causas essas tão prejudiciais à aprendizagem e ao rendimento escolar.

C) Quando houver hostilidade da população para com o professor, dificultando-lhe a pensão, sala de aula, condução, a escola deverá ser transferida para um núcleo favorável.

D) As novas escolas criadas deverão preencher os seguintes requisitos, atendendo às normas já estabelecidas em 1936-1937:

- 1 — Prévio recenseamento escolar provando haver número legal de crianças para localização de uma ou mais escolas.
- 2 — Sala de aula com o mínimo das condições higiênicas exigidas.

* * *

Terminando este despretencioso trabalho sobre os "REPETENTES", desejamos que ele possa contribuir para a solução do palpitante problema que ora empolga a todos quantos se interessam pela causa do ensino em nosso terra.

O PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

(Fatores pedagógicos, sociais, médicos, psicológicos)

PROF. POLYDORO RIBEIRO DE ANDRÁDE

Diretor do G. E. de Vila Galvão — S. Paulo

Para o nosso Estado, que também, em matéria de instrução pública, se coloca em posição de destaque, sempre em marcha gloriosa, o problema dos repetentes é de capital importância, porque a porcentagem baixa de promoção implica falência de parte ou de todo um sistema educacional, exigindo ataque tenaz às causas, afim de que os efeitos sejam razoáveis, conformes com o alto interesse do País que consiste em reduzir ao mínimo o número de analfabetos, para valorizar mais o capital humano, altamente estimável a uma nação.

A ação oficial, aumentando progressivamente o número de escolas, enquadra-se no dispositivo constitucional que lhe cria a obrigação de dar instrução primária a todas as crianças em idade habil.

Cumpra assim o Estado uma de suas importantes atribuições.

Cabe então ao professorado militante, a quem está entregue a grande responsabilidade da eficiência do ensino, porque vive em contato direto com expressões da vida escolar, lutar sem esmorecimento, afim de continuar a merecer a confiança que os poderes competentes nele têm depositado, sustando o descrédito da escola primária, — no dizer de Antonio D'Avila, em seu recente livro "Práticas Escolares", descrédito que se reflete na administração do ensino, nos seus técnicos, no próprio Governo.

As cifras oficiais aí estão a exigir que de lança em riste o inimigo seja atacado.

Por elas sabemos que em 1935, somente na região da Capital, houve 48.824 reprovações para 116.060 crianças matriculadas, o que dá apenas a porcentagem de 58% de aprovações. Para o Estado todo, em 1936, a alfabetização atingiu a 68,24%, e em 1937, as diversas regiões escores deram a média de 55,80%.

Mas, pergunta-se, — qual deve ser a porcentagem "normal"?

Se, citando o que disse um educador, a "normal" fosse a média numerica imposta pela realidade, a porcentagem de 58% seria a padronizante.

Acha o Dr. Almeida Junior, que a observação e o raciocínio podem fornecer meios para encontrar-se a porcentagem "normal".

Eis as suas palavras: "A observação demonstra que, em escolas convenientemente instaladas, com programa razoável, bons professores, alunos normaes e frequentes, a porcentagem de promoção se avi-

sinha de 100%. Nas condições da escola pública, porém, nem todos os alunos são inteligência normal, nem a frequência é de 100%.

Demos 10% para os débeis mentais escolares (proporção superior à verificada nas estatísticas); demos 10% para os poucos assíduos (em nossos grupos escolares a frequência é raramente inferior a 90%) e concluímos que, nas condições práticas de S. Paulo, 80% dos alunos devem ser promovidos. Se não são, é que algum defeito particular existe, a desafiar a argúcia dos educadores.

O rendimento apurado não alcança 60%. Onde se disfarça, pergunta ela, a causa da insuficiência? No aluno, no professor, ou na máquina escolar?"

Responde: "Um pouco em cada um."

E essa insuficiência é impressionante.

Não sendo, todavia, um mal exclusivamente nacional, porque afeta varios países, não esconde, apesar disso, suas deploráveis consequências, econômicas, sociais, psicológicas.

Cada aluno custa anualmente aos cofres públicos aproximadamente 200\$000. Se atentarmos para o número de reprovados verificaremos quanto é gasto em pura perda. Antonio D'Ávila avalia em mais de 10 mil contos anuais.

A sociedade é duramente atingida, visto que um dos seus maiores elementos de riqueza, o homem, torna-se força negativa de progresso.

As reprovações deprimem, criam o "complexo de inferioridade", rarefazem na criança a confiança no seu valor e enfraquecem o esforço.

A escola reprovadora é contraproducente, porque deseduca, dissemina entidades morbidas, ao invés de fazer futuros cidadãos estimulados pelo êxito.

Vamos, arrimados no testemunho do que aprendemos em "Boletins" da Secção de Publicidade, do Departamento de Educação, na nossa experiência de 13 anos de direção de grupo escolar, e nas preciosas lições que aurimos em alguns autores, entre eles, Basilio de Magalhães, expôr e estudar, no âmbito simples dos nossos conhecimentos, o problema dos repetentes, nas suas causas pedagógicas, sociais, médicas e psicológicas, lembrando os respetivos meios de combatê-las.

Fatores pedagógicos

— Matrícula de crianças imaturas à aprendizagem de leitura e escrita.

— Falta de homogenização das classes. — Matrículas além do 1.º semestre.

— Carência de conhecimentos técnicos do professor. — Falta de assiduidade do aluno. — Falta de assiduidade do professor. — Falta de continuidade do professor. — Existência e examinaores "baixistas".

Fatores sociais

— Uso e predominância de idioma estrangeiro no seio do lar. — Consequência de pobreza: impossibilidade de vestir-se adequadamente, enfraquecimento por sub-alimentação, trabalho no lar ou fora dele, produzindo fadiga excessiva. — Ignorância dos pais.

Fatores médicos

— Entre outros, visão defeituosa, audição defeituosa, dores de dentes repetidas, feridas diversas, desarranjos gastro-intestinais.

Fatores psicológicos

— Instáveis ou hiperstênicos (indisciplinados). — Astênicos ou hipostênicos (calmos). Estes fatores produzem a instabilidade da atenção, a timidez e o desinteresse pela leitura. Tais crianças são, "in globo", as chamadas — crianças difíceis.

Remédios

Conhecendo estes fatores nos seus múltiplos aspectos, compete ao educador combatê-los, cumprindo assim, por dever e obrigação, uma das mais nobres missões que lhe é dada executar.

Para os fatores pedagógicos

Conhecimento objetivo dos alunos, selecionandô-os pelos testes A.B.C. de Lourenço Filho, ou por outro adequado ao grau, e formar com eles, se possível, classes homogêneas, e, em caso contrário, com acontece em escolas isoladas ou grupos escolares de apoucada matrícula, seções homogêneas.

Não fazer nenhuma matrícula no 2.º semestre, salvo dos transferidos que provem ter frequentado aulas durante o 1.º.

Evitar, sempre que possível, entregar graus a professores que não tenham a necessária capacidade e competência para eles, o que quer dizer que um professor, a bem do ensino, deve, permanentemente, ficar com uma classe enquanto durar seu exercício em escolas agrupadas.

A nossa experiência tem-nos provado que uma das causas ponderáveis, nas reprovações em 2.º grau, de caráter técnico-pedagógica, está no querer-se ensinar linguagem por meio de exercícios em que aparecem diálogos, sinais de pontuação difíceis para o grau, p. ex., os 2 pontos, o travessão, contos longos para serem resumidos, ao invés de serem continuados os mesmos exercícios do 1.º grau, gradativamente aumentados, aparecendo, por último, as ampliações de sentenças, reproduções de contos curtos, sem dialogo. O professor deve, de pontuação, somente ensinar a colocação judiciosa do ponto final. Os outros ficam para o 3.º grau.

A falta de assiduidade de alunos, sendo um corolário, na maioria dos casos, da indiferença de pais pela escola, é deles que o professor deve aproximar-se.

Poder-se-ia conceder a professores que reunissem em suas escolas, aos domingos, único dia mais apropriado, pais, com o fito de fazê-los compreender a finalidade do ensino, compensações estimuladoras.

Para os recalcitrantes, a nomeação de professores e diretores, auxiliares de inspeção, como comissários gratuitos de vigilância, colaborado-

res dos juizes de menores, cujas atribuições lhes permitem levar ao seu conhecimento os casos de rebeldia, que arrastam, muita vez, os responsáveis a processo por crime de desobediência, podem dar ótimos resultados, como já aconteceu na Delegacia de Piracicaba.

Faltas de professores, em escolas isoladas, tomam, infelizmente, por vezes, proporções alarmantes, que só podem ser sustadas, quando não há motivo justo, por meio de sanções.

Não há, geralmente, quem os substitua, o que acarreta a volta de escolares para suas casas em periodo de aula, criando a equivalência da falta de assiduidade do aluno com a do professor.

Isto acontece, porém, digamos de passagem, com poucos, porque no magistério a maioria, graças a Deus, sabe cumprir o dever.

As remoções e permutas feitas sem um critério que consulte melhor os interesses do ensino, são outras causas de reprovações.

Que sejam feitas somente em periodo de férias, de preferência nas de fim de ano, principalmente em se tratando de professores de 1.º grau

A existência de examinadores "baixistas" e "altistas" (palavras usadas algures pelo Dr. Almeida Junior) cria diferença de aprovações, para o mesmo número de alunos, que pode dar maior ou menor porcentagem, conforme o exame seja feito pelos 1.ºs ou pelos 2.ºs.

Todos os alunos reprovados pelos "baixistas" e os aprovados pelos "altistas", deveriam sê-lo?

Pela forma como são os exames feitos, os critérios têm que oscilar de examinador para examinador, porque não são objetivos. A "equação pessoal" da autoridade examinadora é que decide.

O uso dos testes, quando for possível sua generalização, o que implica a familiarização com eles por parte dos professores, dar-nos-á um julgamento científico da aprendizagem, pelo que então não mais haverá razão para a existência de "altista" e "baixistas".

Para os fatores sociais

O uso de lingua estrangeira no lar aparece na escola como elemento, além de desnacionalizador, fortemente negativo para o aprendizado da linguagem, o que origina consequentes reprovações.

O educando, se sabe ler, só lê livros de idioma dos pais e nunca ouve em casa o do professor.

Isto é um fato constritor, mas real.

Vivi em contato com alemães durante muitos anos e posso afirmá-lo.

Em Vila Galvão, para dar um exemplo, uma menina de 4.º grau redigia muitas das suas sentenças, obedecendo à sintaxe alemã. E sua leitura era "pesada", com "érrres" carregados. Esta aluna garantiu-nos que em sua casa só falava alemão.

Não sendo possível coibir os genitores de que manejem, de preferência, a lingua que lhes é mais simpática, que os professores se empenhem na luta árdua e difícil, mas não, por certo, impossível, de convencê-los de que seus filhos, que vão viver em nosso meio, onde têm que lutar pelo pão de cada dia, só poderão, com menos dificuldade triunfar, se souberem suficientemente o português.

A pobreza, todos nós o sabemos, é um mal social, para o qual se tem voltado, nos nossos dias, talvez mais do que em qualquer outra época, a atenção de legisladores e chefes de nação.

Que há indivíduos, e aos milhares, que não ganham o imprescindível para vestir seus filhos, defender-lhes a saúde e educá-los, — apesar de laboriosos, ninguém duvida.

Ao Estado compete por em ação o que for mais praticável dentro de suas rendas, para progressivamente melhorar-lhes a situação.

A escola, em particular, das consequências da pobreza por nós apontada (impossibilidade de vestir-se adequadamente, enfraquecimento por subalimentação, trabalho no lar ou fora dele produzindo fadiga excessiva) pode, com recursos de sua caixa escolar, resolver a primeira situação, no sentido de evitar que a criança falte às aulas, dando-lhe a roupa necessária, e minorar a segunda, por meio da sopa escolar, copo de leite ou congêneres.

Sendo a capacidade protetora da caixa proporcional ao dinheiro que consegue amealhar, é para esta parte que a atenção carinhosa do professor deve voltar-se.

Não nos esqueçamos aqui de confessar, — e nenhum colega o ignora, — quão difícil é conseguir-se a adesão prazenteira, voluntária de pais.

Em parte, têm razão.

Os balancetes se forem afixados na entrada do grupo, não se tornarão do conhecimento dos contribuintes. Os publicados em jornais, das cidades, onde os há, quando são lidos, não convencem, — a nossa prática não-lo ensina.

O contato com grande número de pais, em domingos, como já lembramos, por ser o dia mais apropriado, daria ótima oportunidade para que eles apreendessem tudo quanto de utilíssimo promana daquela instituição.

E o contato em apreço solucionaria também certas consequências da ignorância, a qual leva os pais a achar que devem mandar os filhos à escola unicamente para não os incomodarem durante certo número de horas por dia, ou a supor que não devem, porque não acreditam seja ela capaz de melhorar o indivíduo e a sociedade, visto haver homens bons e homens ricos analfabetos, e assim por diante.

GOLOS E

Fatores médicos

As perturbações da saúde, passageiras, duradouras ou permanentes, agem desassombadamente contra o ensino, entravando-lhe a marcha.

Visão defeituosa, audição anormal, dores de dentes repetidas, feridas diversas, desarranjos gastro-intestinais, entre outros, são degraus descendentes da escada das reprovações.

Na Capital, os recursos de combate já são bastante animadores, em ação constante de luta contra as doenças, melhorando a semente humana, que é a criança, para ser a árvore agasalhadora do futuro.

Assim é que vemos a Diretoria de Saúde Escolar, pela Clínica Escolar do Largo do Arouche, pelos seus médicos, as educadoras sanitárias e os dispensários, prestarem constantemente admiráveis serviços de combate às enfermidades.

A Inspetoria Dentária, que tem à testa aquela figura agigantada de homem de ação, o Dr. Guilherme de Oliveira Gomes, luta tenazmente contra a cárie, para que desapareçam suas perigosas consequências.

Nas zonas rurais, onde não há organização de assistência sanitária, o professor deve agir pelo exemplo e pelo ensino, sob ardoroso patriotismo.

A casa da escola, modesta, porém limpa, uma horta ao lado, algumas flores, o ensino constante de higiene, principalmente a alimentar, aos alunos e, sempre que possível, sem esmorecimento, aos pais, constituem achegos valiosíssimos para que o quadro triste do caboclo e sua casa, como o sabemos de sobejo, sofra modificações para melhor.

A ação do professor e o aumento do padrão de vida do sertanejo, no seu entrosamento, dariam resultados, possivelmente surpreendentes.

Fatores psicológicos

Muitos professores se têm posto em contato com escolares de indisciplina continuada, de irrequietude irritável, alunos ditos insuportáveis, portadores de uma tal excitabilidade psico-motora, que aos olhos do mestre, apesar de leigo em medicina, se desenha a figura do anormal de inteligência. Tais alunos iludem pais e professores, muita vez, quando a seus olhos passam por inteligências promissoras, tudo devido à sua superatividade impressionante. Entretanto, nem sequer prestam atenção às lições, deixando-se arrastar pelo prazer de fazer mal aos colegas e animais. São fatalmente reprovados, salvo se antes recebem a pena de expulsão, para a qual são fadados. São eles os instáveis ou hiperstênicos.

Os astênicos ou hipostênicos, mostram-se como figuras opostas àquelas.

Quietos, de olhar parado, seu todo é de quem passa indiferente pela vida, frios perante a alegria, impassíveis deante da tristeza.

Ambos não são educáveis pelos processos comuns das escolas públicas.

Os segundos se avizinham mais da idiotia do que os primeiros.

São eles os futuros vagabundos, desordeiros, perturbadores a toda a hora da coletividade, em cujo seio vivem.

O professor da Capital e circunjacências, em presença de tais alunos, logo após às primeiras suspeitas, deve diligenciar em enviá-los a exame na Clínica Psiquiátrica, do Serviço de Assistência a Psicopatas, da Secretaria da Educação.

Também para lá devem ser encaminhados os epiléticos e demais suspeitos de atrasos psíquicos, a bem do ensino e por solidariedade humana.

OS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Prof. LÁZARO FERRAZ DE CAMARGO
Diretor do G. E. "Pereira Barreto" — S. Paulo

Antes de abordar o assunto principal deste trabalho, qual seja o dos "repetentes nas escolas primárias", seja-me permitido expôr aos senhores Congressistas a atual organização do Ensino Primário Comum, neste Estado.

ORGANIZAÇÃO

O ensino primário comum, mantido pelo Estado, é ministrado por professores públicos, nos grupos escolares, nas escolas agrupadas e nas escolas isoladas.

Nos grupos escolares o ensino compreende quatro anos de curso, sendo o 1.º destinado à alfabetização e os demais ao complemento dessa primeira fase, de modo que, ao chegar ao 4.º ano do curso primário, possa o aluno obter o diploma com conhecimentos gerais das diversas disciplinas do programa, tornando-se capaz de ingressar no curso ginasial ou de dedicar-se a qualquer ramo de vida, de acôrdo com sua idade.

As escolas agrupadas assemelham-se aos grupos escolares na sua organização. São, porém, em número reduzido e funcionam anexas a estabelecimentos de ensino de outra natureza.

As escolas isoladas, classificadas em rurais, distritais e urbanas de acôrdo com a sua localização, abrangem três anos de curso. Um ano menos que os grupos escolares.

Em todos esses estabelecimentos são admitidas crianças de 7 a 14 anos de idade e em média de 40 por classe ou escola.

Horas de funcionamento. A população escolar de Estado cresce de ano para ano, obrigando o Governo, na impossibilidade de outra medida, a desdobrar e tresdobrar suas casas de ensino, aumentando os períodos de funcionamento e diminuindo o número de horas de cada um deles, para atender, por essa fôrma, a maior número de candidatos. Em virtude dessa situação, o período escolar, no ensino primário paulista está reduzido a 4 horas nas escolas isoladas e grupos desdobrados e a 3, apenas, nos grupos tresdobrados.

Sendo, em média, de 215 a 220 os dias letivos do ano escolar primário, os alunos dos nossos grupos tresdobrados não chegam a ter 650 horas de aula, por ano, e os dos grupos desdobrados e das escolas isoladas não alcançam 900 horas anuais de estudo.

Programas de ensino. O atual programa adotado nas escolas primárias data de 1925 quando as mesmas funcionavam ainda de 4 a 5 horas diárias, em um só período. Referido programa abrange as seguintes disciplinas: leitura, linguagem oral e linguagem escrita, aritmética, geo-

metria, história, pátria, educação moral e cívica, geografia, ciências físicas e naturais, caligrafia, desenho, ginástica trabalhos manuais, canto e declamação.

A partir, porém, de 1935 foi mandado observar nos grupos escolares tresp dobrados um programa mínimo, mantendo-se o anterior nos grupos desdobrados e nas escolas isoladas. Este novo programa, porém, difere muito pouco do anterior no que diz respeito à extensão das disciplinas e a divisão da matéria a ser ensinada.

Em resumo: deante de um programa assaz extenso para ser desenvolvido em tempo reduzidíssimo e em classes de matrícula elevada, surgiu, como consequência, pouco aproveitamento no ensino, promoções abaixo de dois terços da matrícula e número considerável de "repetentes" em todas as classes do ensino primário, elevando-se esse número nas de primeiros anos.

DADOS DE ESTATÍSTICA

Cotejando dados da "Estatística Escolar", publicados pelo Departamento da Educação e referentes aos três últimos anos — 1939, 1938 e 1937, verifica-se que neste último ano, para a matrícula efetiva de 390.113 alunos do curso primário comum, houve promoções em número de 263.959 e reprovações em número de 126.254, acusando 67,63 % de porcentagem de promoção e apenas 55,80 % de porcentagem de alfabetização.

Em 1938 a matrícula efetiva era de 414.829 alunos dos quais foram aprovados 264.507 e reprovados 150.322, dando 63,76 % de promoção e 53,65 % de alfabetização. Ainda, em 1939, na matrícula efetiva de 441.436 alunos foi constatada a porcentagem de 68,01 % de promoção e a de 57,26 % de alfabetização.

Em média: mais de um terço dos alunos do curso primário repete classes dos 2.^{os} anos em deante e quasi que a metade fica repetindo classes de 1.^{os} anos. E se dos 2.^{os} anos em deante é menor o número de repetentes, é porque esas outras classe são em número menor que as de 1.^{os} e 2.^{os} anos e também porque grande parte dos matriculados se satisfaz com o que aprendeu até o 2.^o ano e abandona o resto do curso.

MOTIVOS

Muitos e variados são os fatores que concorrem para a existencia de grande número de repetentes nas escolas primárias, trazendo como consequência: desperdício do trabalho do mestre, perda de tempo na carreira do escolar, despesa inútil do Estado e dos responsáveis pelo educando e ausência de vagas par novos candidatos à matrícula, colocando as autoridades do ensino em sérias dificuldades, no início e cada ano letivo.

Poderíamos classificar em três categorias os principais fatores que vêm concorrendo para tal situação:

- a) fatores de ordem pedagógica;
- b) fatores de ordem familiar e social;
- c) fatores de ordem fisiológica e psicológica.

A) Fatores de ordem pedagógica:

1 — Tempo demasiado escasso para o ensino, sacrificado ainda com entrada e saída das classes, chamada, pequena revista de aseo, distribuição e arrecadação de cadernos de escrita e demais material escolar, reduzindo, sem exêro, nos grupos trespobrados, a 2 horas e 45 minutos o período escolar, propriamente aproveitavel para o ensino.

2 — Classes superlotadas, sacrificando a disciplina e a boa acomodação dos alunos. Estes inconveniente tende a desaparecer, em virtude do limite estabelecido de 40 alunos por classe ou escola.

3 — Horários inadequados para o funcionamento das classes de 1.^{as} anos que, geralmente funcionam à tarde, no último período, das 14 horas em diante, quando professores e alunos já se encontram cansados. Aqueles em virtude dos serviços domesticos e particulares e estes por terem passado a primeiras horas do dia na brincadeira ou no abandono, pelas ruas.

4 — Falta de unidade nos métodos de ensino. A liberdade didática de que gosa ultimamente o professor primário, trouxe como conseqüência a falta de unidade nos métodos de ensino, adotando cada professor aquele que bem entende, encaminhando-se sempre para o mais cômodo, em desacôrdo, muitas vezes, com a situação da classe.

B) Fatores de ordem familiar e social:

1 — A caua que mais dificulta o trabalho do mestre escola, chegando mesmo a inutilizá-lo, às vezes, é o ambiente em que vive o escolar, a falta de cultura dos pais e as condições gerais de vida da familia.

Há crianças que vivem e crescem nas ruas, nas casas dos visinhos, em verdadeiro abandono e são mandadas à escola para sossego dos pais que, ignorantes em grande parte ou ocupadíssimos com a luta de todos os dias, não podem controlar a vida escolar de seus filhos, pouco lhes importando que o mesmo "passe de ano". O que unicamente lhe importa é que o filho permaneça na escola o maior espaço de tempo possível, até que atinja a idade de trabalhar.

2 — Muitas outras são sacrificadas nos estudos e repetem o ano em virtude do meio social precário ao qual estão sujeitas, devido a situação dos respectivos pais. Influe tambem, neste particular, a natureza da habitação do aluno, a falta de relativo conforto no lar e suas condições econômicas e higiênicas.

C) Fatores de ordem fisiológica e psicológica:

1 — Falta de assistência médica e dentária. As crianças que frequentam as escolas públicas primárias são, em geral, filhos de pais pobres ou de minguados recursos e, por isso mesmo, não gosam, em casa, de assitência médica e dentária permanentes e constantes. Ou seja por falta de recursos ou por ignorância ou atraso, o que é certo é que os pais descuidam deste particular.

Crianças anêmicas, opiladas, desnutridas, vivem nas nossa escolas como "peso morto" na frequência e nas porcentagens de promoção.

O Serviço de Saude Escolar, já existente no Estado, e que valiosos e inestimáveis serviços vem prestando aos escolares, atendendo com solicitude e presteza, os casos que lhe são afetos, não pode, porém, com o pessoal limitado de que dispõe, atender ao número considerável de alunos de todas as nossas escolas. Muita coisa tem sido feita neste sentido; porém, muito existe ainda por fazer.

Em situação idêntica está o Serviço Dentário Escolar.

São estes, em resumo, os fatores principais que veem concorrendo para que o rendimento do ensino primário não alcance o resultado devido, deixando, em cada ano escolar que passa, uma leva considerável de "repetentes".

Na direção do grupo escolar "Pereira Barreto", desta capital, preocupou-me bastante a situação de grande número de alunos que repetiam classes de 1.^{os}, 2.^{os} e 3.^{os} anos, uma, duas e mais vezes e que se sentiam muito bem com essa situação.

Impressionado com esse estado de coisas que, a meu ver, não devia continuar, iniciei um movimento "pró-repetentes", pondo desde logo em jogo: o próprio aluno, os pais ou responsáveis pelos mesmos, os professores, os médicos escolares, os dentistas da casa e demais elementos indispensáveis.

Organizei classes especiais de repetentes, no início do ano letivo p. passado, fichei-os todos, classificando-os pelo tempo de repetição, confiei referidas classes a determinados professores e encarreguei-os da penosa tarefa de, levantando o moral abatido desses alunos, e seguindo métodos especiais de ensino e de disciplina, conduzi-los a melhor aproveitamento.

Solicitei e obtive todo o concurso da Diretoria do Serviço de Saude Escolar e da Inspeção do Serviço Dentário. Esta manteve no estabelecimento dois dentistas efetivos e aquela fez instalar no grupo um Dispensário médico completo com clínica geral e clínicas especializadas de olhos, ouvido, nariz e garganta, clínica ortopédica, tratamento de verminose, serviço de enfermagem e de operação de amigdalotomia.

Aos repetentes foram dispensados todos os cuidados de que necessitavam, na parte pedagógica, na parte familiar e social e na parte médica.

Fichados e medicados todos, tive o ensejo de afinar com a causa de fracasso de cada um deles em particular e então, com relativa facilidade, combater essa causa e vencê-la.

Realizei exames parciais, nessas classes, para meu governo, nos meses de abril, julho e setembro. Chamei, para entendimento, os pais dos mais atrasados e lembrei-lhes certas e determinadas medidas que só a eles caberia pôr em prática. E assim, numa conjugação de esforços de professores, dos pais dos alunos, dos médicos escolares e dos dentistas do estabelecimento, consegui, nos exames finais, um resultado muito feliz: 80% do repetentes, foram salvos nesse ano.

CONCLUSÕES

A situação dos "repetentes" nas escolas primárias constitui um problema que deve merecer especial atenção das autoridades do ensino e do professorado em geral. Não é admissível que um aluno repita o ano uma ou mais vezes, a menos que seja vítima de qualquer deficiência física, psíquica ou mental. Em tais casos deve ser assistido e socorrido pelos poderes públicos competentes ou pelos pais ou responsáveis.

E para que haja melhor aproveitamento no ensino primário, evitando-se a existência de número elevado de "repetentes" nas nossas escolas, lembramos a este Congresso, ora reunido para tratar de assuntos atinentes ao ensino e à saúde do escolar, as seguintes medidas:

Obter dos poderes públicos o seguinte:

- 1 — Maior número de horas diárias para o ensino primário; de 4 a 5, no mínimo, para cada escola ou classe de grupo escolar.
- 2 — Limitar a matrícula em cada classe ou escola a 40 alunos.
- 3 — Reforma dos atuais programa do ensino e modificação dos horários.
- 4 — Criação de um corpo técnico, orientador do ensino, promovendo unidades nos métodos e processos a serem adotados.
- 5 — Assistência social aos alunos desamparados.
- 6 — Assistência dentária e médica mais eficiente, aumentando-se o número dos médicos escolares, dos dentistas, das educadoras sanitárias e das enfermeiras escolares.
- 7 — Estender as assistências acima referidas a todo o Estado.
- 8 — Organização de classes especiais de repetentes, nos grupos escolares de número elevado de clases, confiando esses alunos, assim selecionados, a professores de comprovada competência.
- 9 — Organização de um fichário dos repetentes, de acôrdo com o modelo de ficha apresentado e promover, por meio do Serviço de Saúde Escolar, o preenchimento, no início do ano letivo, de todos os dados da citada ficha, de modo a poder o Diretor do grupo dispôr de elementos para corrigir o fracasso de cada repetente, em particular.

E assim aliados: o professor, os pais dos alunos, os médicos e dentistas escolares numa assistência completa ao "repetente", muito lucraria o Estado na verba destinada ao ensino e aumentar-se-ia, no fim de cada ano escolar, o número de vagas para os novos candidatos que afluem desesperadamente à porta de nossas escolas, solicitando matrícula.

ALGUNS FATORES DA MÁ ESCOLARIDADE

Prof. ABNER DE MOURA

Diretor do G. E. do Parque da Mooca — S. Paulo

I — CAUSAS SOCIAIS

O problema dos repetentes na escola primária identifica-se com as atividades da própria escola. Uma questão de trabalho produtivo ou improdutivo. Administradores, médicos e pedagogistas esforçam-se, hoje ainda, para nortear o assunto em caminhos acertados.

Cada aluno reprovado na escola paulista custa duzentos mil réis ao erário estadual, ultrapassando de dez mil contos as despesas consequentes a reprovações evitáveis, segundo avalia em publicação oficial, um técnico da Diretoria do Ensino.

Depois de uma notícia desta, a ninguém passará despercebida a tríplice natureza da questão; as causas de ordem social, biológica e técnica, capazes de influenciar a melhoria de nosso aparelhamento pedagógico.

Atrazemos uma civilização em mudança. A escola incumbe estimular no educando o sentido de adaptação às situações novas. Pretende-se a escola pedo-cêntrica, contrária àquela de antes, pedago-cêntrica.

Dar ao mestre padrão elevado de vida, seria a primeira conquista. Enquanto oprimido, há de lhe sofrer o magistério, em extensão e qualidade.

Depois, as instalações prediais. Há-as mediocres, péssimas, até ótimas, poucas! O aluno, com destaque o da roça distante e dos cortiços na Capital, quer na ambiência escolar a alegria ausente da casa pobre dos pais.

Excesso de normalistas agrava as dificuldades do ensino primário, dia a dia, com os mestres desajustados na carreira.

Continúa desconhecido em meio ao povo o chamado método analítico. Entende-se, entre os pendores humanos, que os progenitores antecipem-se ou cooparticipem nas funções educadoras da prole. O sistema analítico, no aprendizado da leitura, aconselhavel, embora, traça barreira entre pais e mestres.

Propósito deliberado, desejam impôr à criança uma lingua distanciada dela. A linguagem desfez-se do feitiço antigo de matéria a mais nos programas, atribuindo-se instrumento de aprendizado: um meio, não um fim. Daí seu valor excepcional nas lides didáticas. E andam pelas escolas livros escritos em português, no melhor português de Portugal, que a própria professora, se deseja entender, recorre ao dicionário. Aparece em S. Paulo uma dialeção indiscutível: a fala dos cortiços. Patrimônio familiar, a criança leva-o para a escola. Tarde ou jamais o renega, falando, escrevendo. Decidido conflito! Evidentemente, repudiam-se os exces-

fos, em linguagem, por isso, parece-me ilícito seguir a mentalidade empocirada de homens deslocados do viver, metidos em casaca borolenta, talhada em Lisbôa.

II— CAUSAS BIOLÓGICAS

O aguardentismo continúa a ação destruidora, no sertão longínquo e no asfalto das grandes cidades. Bebe-se, demais, em toda parte. Iniei meu magistério em certo bairro pouco populoso. Setenta fogos havia. Cinco vendeiros distribuíam a cachaça comprada às baixi-planuras do Ribeira de Iguape. Subiam, por semana, dez quintos de pinga, cerca de mil garrafas, que se consumiam ali mesmo, em o núcleo e adjacências. O tipo de retardado constituía o comum da população escolar, nesse bairro. Verdade seja, nem sempre o alcoolismo seria a causa especifica de um crescimento mental tardio. A perene consanguinidade malsã, a sífilis, o amarelão, outros fatores confluíam. É, todavia, de supôr que a cachaça produzisse retardamentos mentais indifsarsáveis, em virtude de seu uso excessivo.

Minha impressão pessoal é de estar se formando um tipo irritadiço entre os filhos de operários de S. Paulo. Alcoolismo? Cruza recente de ctenias em primeiro encontro? Meio inculto? Sub-nutrição, o que seja, o fenomeno torna-se observavel, facilmente.

Sub-alimentado, embora, o caipira recorre à captura de pequenos animais e à pesca de miuçalha, nos córregos. No meio operário, da cidade, dispõe a criança da proteina animal indispensavel às rações balanceadas? Em três grupos da Capital tentei realizar inquéritos para conhecer de que se alimentam os alunos. O pudor de sentimento, o espirito de imitação, outras causas dificultaram as conclusões a que desejei chegar. De qualquer maneira, não apresento um juizo apriorístico: a alimentação de nosos escolares na Capital, se acaso foge ao brasileiroissimo feijão, consiste em sopa de macarrão inferior, muito de raro em raro feita em cosido de ossos, acompanhada de pouco pão, às vezes; ocorre de vez em vez um suplemento de banana nanica. Oleite só é ministrado, em dose paupérrima, às criancinhas, quando o é!! A única proteina animal que aparece, de vez em quando, no alimento infantil, é salsichão italiano-martadela. Em Poá, distrito de Mogi das Cruzes, o aluno faz uso de alguma fruta-peras da terra e laranjas.

Quanto às falhas dos sentidos, os defeitos da vista o professor percebe mais cedo de que os da audição. Há, porém, professores imperitos que nem chegam, sequer, a suspeitar de casos de conjuntivite granulosa aguda, em classe.

A idade escolar coincide com o período crítico da vida infantil: o crescimento. Distúrbios diversos, apenas perceptíveis aos olhos leigos, costumam ocorrer, então, respondendo pela preguiça ou rebeldia do menor, e explicam conflitos entre alunos e mestres inadvertidos. São casos com endereço ao médico.

III — CAUSAS TÉCNICAS

Nem sempre há culpa, por parte do professor, dos resultados escassos na escola. Recrutar o mestre pelo sistema de exclusiva cerebração é habito normativo em o nosso aparelhamento escolar; acrescenta-se a essa falha, que o é, a deficiência de orientação pedagógica ministravel pelas autoridades escolares, que já não assistem aos neófitos, seja porque lhes faleça a visão do panorama educacional moderno, quer em virtude da

multiplicidade de trabalhos que se lhe comete, ou, senão, devido a à instabilidade do professor. A remoções, no decorrer do ano, e a descontinuidade administrativa, ocasionam prejuízos facilmente imagináveis. Dias letivos, período escolar e horários reduzidos; as matrículas tardias e de crianças mentalmente imaturas, tudo isto concorre a perturbar a boa produção didática. Vemos motivos de alguns casos de reprovação, ainda, nas classes com excessos de alunos e, mesmo, nos processos de exame, que, de caminho convem apontar, padronizar o peor meio seletivo. A homogeneização de nível mental, sempre preconizada calorosamente, pouquíssimo a praticamo. E o desnível de aprendizado e de grau mental, responde por muitos insucessos. Referente aos retardados — não anormais, termo predileto de mestre ignorante ou desculposo, a qualquer gama a que pertençam, desviam as lides planejadas para o normo-tipo de educando. Constituem uma nuança autêntica de desaditados ao meio comum: uns, em curva ascendente; outros, em arco decrescente. Sem pedir a escola diferencial integral para eles, notadamente para os últimos, a seleção mediante testes resolveria os desvios, quem sabe, satisfatoriamente.

IV — CONCLUSÕES

a) O problema dos repetentes na escola primária reveste-se de aspectos de ordem social, médica e técnico-pedagógica.

b) Na escolha de política educacional convem optar por uma menos conservantista.

c) Proceder ao recrutamento de professores entre valores legítimos, excluindo influências estranhas à administração.

d) Falta ao professorado a remuneração compatível com padrão de vida que dele se exige.

e) Pedese conforto superior ao do lar, para que a criança sintase bem na escola, e faz-se improtelavel a solução do prédio para a escola brasileira.

f) Ainda o educador local representa o melhor tipo de obreiro eficiente.

g) O método ideo-grafico-visual gera conflito entre pais e mestre, na processuação do ensino da leitura, embora aconselhado como das mais completas conquistas da pedagogia moderna. A explicação popular desse método seria meio de exterminar ou atenuar a desinteligencia.

h) O apego exagerado ao lusitanismo linguistico dá à escola feitiço artificioso. A linguagem na escola é um instrumento de aprendizado e não um fim. Tolera-se na escola a linguagem que o meio ditou para uso próprio, de parte a caturrice de gramatiqueros desocupados, teimosos, saudosistas de Portugal, já de ante-mão vencidos pelo ditados da lingua — o povo, numa prevista época e para determinadas necessidades.

i) Continúa incompleta a alimentação de nossos escolares, pela ausência de sais minerais e de proteina animal suficiente.

j) Suspeita-se do aparecimento de um tipo irritadiço entre os escolares da nosa Capital.

) Falhas dos sentidos costumam influir no retardamento do aprendizado infantil, às vezes de modo alheio ao conhecimento do professor.

1) Aconelha-se para o professorado, durante as férias, um curso de higiene, de emergência, em carater compulsório e prova de aproveitamento.

- m) A orientação pedagógica permanece deficiente.
- n) Dias letivos, período e horários reduzidos ocasionam prejuízos à escola.
 - o) Os bem dotados e os instáveis agem como elemento perturbador na escola, quando fora de sua própria ambiência.
 - p) O reprovado constitui peso morto aos cofres públicos; e, porque, ordinariamente escapa a um padrão aproximado de normo-tipo, poderá ocasionalmente sofrer traumatismos morais capazes de lhe infundir sentimentos de inferioridade na vida.
 - q) Evitar as ermções em meio do ano ,dificultando afastamentos e licenças de professores.
- n) Substituir o atual padrão de exames, preferindo os testes de escolaridade.
 - s) Assistência médico-dentária eficiente.
 - t) Exigir um mínimo de 2 alunos promovidos para o direito de inscrição ao concurso de remoção entre professores.
 - u) Confiar alunos reprovados em provas eliminatórias aos melhores professores, durante as férias, para trabalho de remate, mediante gratificação razoável, se continuar adaptado o exame atual.
 - v) Adotar novo critério para seleção de valores vocacionais. O normalista, no fim do curso, receberá o grau de licenciado, obtendo posteriormente ao estágio de um ano, numa escola pública, o diploma definitivo.



O PROBLEMA DOS REPETENTES

Classes seletivas

Prof.^a MARIA GUIMARÃES FERRI

Adj. do G. E. "Godofredo Furtado" — S. Paulo

NOTA: As 14 páginas apresentadas pela congressista obedecem, no seu desenvolvimento, ao seguinte

SUMÁRIO

- I — Males causados por repetentes.
- II — Como sanar em parte os males causados pelos repetentes.
- III — Causas das reprovações:

- A) Causas psico-fisiológicas
- B) Causas pedagógicas

- 1 — O professor
- 2 — O método

- C) Causas administrativas

- 1 — O número excessivo de aluno em uma classe.
- 2 — Matrículas em qualquer época do ano
- 3 — Pouca frequência dos alunos
- 4 — Falta de material escolar e didático
- 5 — Os programas e horários
- 6 — Falta de orientação pedagógica
- 7 — Heterogeneidade das classes

- a) Diferenças individuais

- i — Genéticas
- ii — Meio
- iii — Idade

- b) Necessidade nas classes homogêneas
- c) Classes homogêneas: maior rendimento
- d) Como fazer a seleção

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO PROBLEMA DOS REPETENTES NA ESCOLA PRIMÁRIA

(Condições físicas, psíquicas e sociais)

Dr. DURVAL MARCONDES

Chefe da Seção de Higiene Mental Escolar da D.S.S.E. do
Departamento de Educação — S. Paulo.

De há muito que o baixo rendimento das escolas públicas primárias vem preocupando as autoridades administrativas de São Paulo. Um simples golpe de vista nos algarismos que se seguem, referentes às porcentagens de promoção, de alguns anos a esta parte, no ensino primário comum mantido pelo Estado, é suficiente para salientar a magnitude do problema (1).

Ano letivo	1.º grau (Capital)	1.º grau (Estado todo)	Em geral (Capital)	Em geral (Estado todo)
1934	62,83	51,43	70,24	63,11
1935	59,03	48,07	68,07	61,18
1936	67,20	57,47	75,49	68,24
1937	65,39	55,80	73,75	67,63
1938	62,30	53,65	68,16	63,76
1939	64,28	57,27	—	68,01
1940	64,88	—	—	—

A situação que ressalta desses números não se limita, naturalmente, ao Estado de São Paulo, constituindo um problema de caráter nacional. O cálculo de promoção geral em todo o país acusa, no ano de 1935, o último que consta dos dados oficiais (6), a reduzida porcentagem de 46,63 para o ensino primário comum estadual, municipal e particular. O exame das cifras referentes a cada uma das unidades federadas em que, devido a maiores recursos técnicos e financeiros, o ensino se supõe mais apurado, revela, do mesmo modo, rendimento excessivamente baixo. Enquanto que a incidência geral da promoção em São Paulo foi, em 1935, de 59,98% (para as modalidades do ensino mencionadas), as de algumas outras regiões do país foram as seguintes: Distrito Federal 56,11%; Rio Grande do Sul 52,04%; Minas Gerais 44,01%; Bahia 34,01%; Pernambuco 22,32% (2).

(1) Os dados correspondentes aos anos de 1934 a 1938 foram colhidos nas estatísticas oficiais publicadas (v. referências bibliográficas, 1 a 5). Os que dizem respeito ao ano de 1939, ainda não publicados, foram cedidos pelo Serviço de Estatística Escolar do Departamento de Educação. A porcentagem de 1940, registrada apenas para o 1.º grau na Capital, representa uma simples estimativa baseada nas pesquisas feitas pela Seção de Higiene Mental Escolar para a elaboração deste trabalho.

(2) No ano de 1933, tive ocasião de estudar, em duas escolas públicas da cidade de São Paulo (Grupos Escolares Eduardo Prado e Campos Sales) a carreira de 172 alunos do quarto grau, de ambos os sexos (102 na primeira escola e 70 na segunda),

Embora não seja fácil determinar qual deva ser o justo rendimento de nossas escolas — Luiz Gonzaga Fleury (7) o avalia, de modo geral, em 75% — é fora de dúvida que os algarismos aqui expostos são de uma pobreza impressionante.

As consequências dessa situação já têm sido postas em foco várias vezes pelos interessados no assunto. O represamento dos alunos que não conseguem promoção traduz-se, naturalmente, num prejuízo econômico de avultadas proporções. O autor que acabo de citar, Luiz Gonzaga Fleury, calcula, para o orçamento paulista, um desperdício anual de cerca de quinze mil contos de réis, em consequência de reprovações evitáveis (7, pág. 10).

Mas êsse aspecto talvez não seja o mais importante. O mesmo Fleury põe em foco as consequências psicológicas, morais e sociais das reprovações. "O aluno reprovado, diz êle, tende ao desânimo. Cada reprovação que sofre lhe diminui a fé em si próprio e a capacidade de esforço". A questão assume, desse modo, o caráter de um grave problema de higiene mental infantil que repercute de modo sério na formação espiritual do brasileiro.

A Secção de Higiene Mental Escolar deu início, no segundo semestre de 1940, por sugestão do Exmo. Sr. Interventor Federal, Dr. Adhemar de Barros, a uma pesquisa no sentido de avaliar objetivamente, no campo relacionando com suas atividades, as causas da falta de aproveitamento escolar. (3)

Nesse plano de estudos foram postos de lado os aspectos puramente pedagógicos do problema (métodos de ensino, condições técnicas do professor, programas escolares, etc.) para abranger tão somente aqueles que se circunscrevem à natureza e aos recursos da repartição (condições médicas, psicológicas e sociais). Das condições intrinsecamente ligadas à escola incluiu-se apenas a mudança de professora durante o ano, que é de fácil verificação. Embora a pesquisa não esteja ainda terminada, pois os trabalhos prosseguem presentemente, os dados de ordem geral até agora obtidos oferecem conclusões interessantes, de acentuado alcance no trato da questão.

A pesquisa teve como objetivo principal determinar a incidência das reprovações em alunos que, numa verificação prévia, tinham ou não reve-

afim de verificar em quantos anos haviam percorrido, em média, os quatro graus do curso primário. Foram considerados apenas os alunos que haviam feito o curso completo no mesmo estabelecimento e sem interrupções, de modo a evitar as causas de erro decorrentes das transferências e dos grandes claros na escolaridade. A média foi, aproximadamente, de 5 anos. Verificou-se que somente cerca de um terço dos alunos fazem o curso em 4 anos. A distribuição, pelo número de anos foi a seguinte: 4 anos 33,68%; 5 anos 41,27%; 6 anos 16,86%; 7 anos 6,97%; 8 anos 0,58%.

(3) Participaram dessa pesquisa os seguintes atuais e ex-funcionários técnicos da Secção de Higiene Mental Escolar: Médicos psiquiatras Drs. Jói Arruda e Mário Vêlez; médicos internistas Drs. José Inácio Lobo e Horácio Kneese de Melo; Psicologistas Margarida Lisboa Vieira Cunha, Maria Aparecida Barbosa, Maria de Lourdes Verdesere, Maria Rita Garcez Lobo e Rosalina Eglantina Mondego; visitadoras psiquiátricas Alcinda Conceição Ferrari, Clarice Fleury, Lígia Alcântara, Oraíde de Toledo Piza e Virgínia Leone Bicudo.

A Secção teve também a colaboração de algumas das educadoras sanitárias da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, que trabalham sob a direção da educadora-chefe, Maria Antonieta de Castro e são as seguintes: Benvinda Faria, Diva Camargo, Idalina Silveira, Judith Carvalho, Julieta Camargo, Maria de Lourdes Santos e Noemia Alves Vita.

Cumprime-me registrar aqui meus agradecimentos ao dr. Walter Pereira Leser, professor de Estatística da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, cujos conselhos foram de grande valor na interpretação final dos resultados.

lado certas condições supostas desfavoráveis ao aproveitamento escolar (v. quadro I).

Para isso, foram tomadas, ao acaso, no início do segundo semestre, 550 crianças (275 de cada sexo) das que cursavam o primeiro grau primário em 7 escolas públicas da aCpital. Tendo-se em vista o número reduzido de técnicos que podiam ser utilizados nessa indagação, resolveu-se limitá-lo ao primeiro grau, que, sendo a parte fundamental do curso primário, é também a que apresenta maior matrícula e, de modo geral, índices mais baixos de promoção. As escolas escolhidas estão localizadas em diferentes setores urbanos e suburbanos que, na opinião do pessoal do erívico, representam diferentes níveis sociais e culturais. São os grupos escolares: Amadeu Amaral, Romão Puigari, Marechal Floriano, Pedro II, Rodrigues Alves, Aristides de Castro e César Martínez. Os alunos foram recrutados por sorteio, proporcionalmente à matrícula geral de cada estabelecimento e de modo que cada classe de primeiro ano tivesse uma representação aproximadamente igul. As idades distribuem-se entre os extremos de 7 a 14 anos.

Determinou-se, para cada um dos alunos estudados, a presença ou ausência das condições em apreço, evidenciando-se, ao fim do ano letivo, a incidência da reprovação respectivamente entre os que apresentavam e os que não apresentavam tais características. Isso permite verificar a associação desses atributos com a falta de rendimento escolar (quadro II).

Cumpre salientar, com referência ao critério da colheita de dados, que a heterogeneidade das condições estudadas se reflete na diversidade dos métodos adotados para sua apreciação, métodos esses cujo valor objetivo varia, naturalmente, conforme a natureza, mais simples ou mais complexa, de cada condição.

Ao fazer-se a avaliação dos resultados, desprezaram-se os dados considerados falhos ou prejudicados, o que veio a reduzir de modo diverso para cada item, o número total de observações. O quadro I registra os algorismos considerados nos cálculos finais.

Expostos os resultados da análise (quadro II), é evidente que as conclusões devem ser baseadas no coeficiente de associação e no valor da relação entre a diferença e seu erro padrão. Apresentam valores do coeficiente de associação superiores a 0,5 os itens 12, 27 e 50. Destes, entretanto, o item 50 mostra valor da relação menor que 2 vezes o erro padrão da diferença, de modo que a associação pode ser atribuída a flutuações de amostras simples. Os outros dois itens, 12 e 27, com relação 4,0 e 4,50, respectivamente, são pois, os que apresentam mais elevados valores significativos do coeficiente de associação.

Com esse coeficiente entre 0,3 e 0,5 há os itens 1, 2, 26, 29, 30, 32, 35, 36, 40, 42, 43 e 44. Destes, os itens 32, 35 e 44 têm relação menor que 2, sendo a associação atribuível a flutuações de amostra. Os itens 30, 40, 42 e 43 têm relação entre 2 e 3, podendo ainda ser a associação atribuível a flutuações de amostra, porém com menores probabilidades.

Com coeficiente de associação menor que 0, 3, indicando, portanto, pequena associação, podem ser considerados significativos, pelas relações, os itens 21, 22, 24 e 34.

E' de se considerar que em vários itens os resultados do coeficiente de associação foram negativos: itens 3, 4, 5, 6, 7, 14, 38, 41, 47, 48, 49, 51 e 54. Em todos esses casos porém, os resultados podem ser atribuíveis a flutuações de amostra.

Em resumo, os itens que podem ser considerados significativos são, na ordem dos valores do coeficiente de associação: 27 (apatia), 12 (pai ou responsáveis negligentes), 2 (deficiência mental) 29 (conduta pertur-

badora na escola), 26 (frequência irregular à escola), 36 (instabilidade psico-motora), 1 (mudança de professora durante o ano), 21 (más condições higiênicas da habitação), 34 (fugas, gazeio às aulas) e 22 (alimentação má ou insuficiente).

Apresentam grande probabilidade de ser significativos os valores do coeficiente de associação dos itens: 30 (distúrbios da palavra), 40 (mentira), 42 (timidez), 43 (debilidade física), e 24 (excesso de castigos físicos).

A respeito de todos os outros itens, pode-se apenas afirmar que não há associação ou a natureza da amostra não permite considerar os valores encontrados como significativos.

Seja-me agora permitido fazer algumas considerações sobre os atributos que, segundo as conclusões acima, podem ser considerados como significativos ou apresentam grande probabilidade de sê-lo.

Apatia, conduta perturbadora na escola, instabilidade, fugas, distúrbios da palavra, mentira, timidez. — São problemas da personalidade e da conduta relativamente comuns no meio escolar. O critério para essa qualificação nos casos estudados foi a opinião dos pais ou das professora.

Foram consideradas apáticas as crianças que reagem fracamente aos estímulos intelectuais e afetivos ordinários. São os indiferentes, os desatentos, os retraídos por falta de interesse (ao contrário dos tímidos, que são retraídos por inibição de ordem afetiva).

Conduta perturbadora na escola é uma denominação que abrange os casos de desobediência, rebeldia, e todas as manifestações de indisciplina que não estejam incluídas nos demais itens constantes do quadro.

Consideram-se como fugas o gazeio à escola, o abandono das aulas sem licença e outra qualquer forma de afastamento injustificado da escola ou do lar.

Instabilidade, distúrbios da palavra, mentira, timidez, são termos que se definem por si mesmos.

O remédio para tais condições é o tratamento adequado num serviço de higiene mental, infantil, pelo que seria recomendável a criação ou a ampliação de tais serviços. Para os distúrbios da palavra, há também necessidade da organização de escolas ou classes ortofônicas, ainda inexistentes entre nós.

Pais ou responsáveis negligentes, frequência irregular à escola. — Considera-se como negligência dos pais o fato de não se interessarem pelos estudos da criança, assim como não haver em casa, disciplina (quanto a horário, asseio, etc). Esse item inclui as crianças rejeitadas afetivamente, as que têm falta de estímulo no lar, as que vivem brincando na rua o dia todo. Inclui também as que têm excesso de mimo e fazem tudo quanto querem. As razões dessa negligência residem quasi sempre, nas más condições culturais da família, que não compreendem a necessidade de zelar pela educação da criança.

A essas más condições culturais se somam frequentemente as más condições materiais, que se traduzem no abandono da criança enquanto os adultos se acham no trabalho.

A frequência irregular foi registrada tomando-se por base uma falta de assiduidade que, segundo a opinião verbal da professora, podia ser considerada como suficiente para comprometer o aproveitamento do aluno. As causas geralmente apuradas são: moléstias frequentes, ocupação da criança no trabalho e excesso de mimo ou falta de interesse dos pais.

Ambas as condições, pais negligentes e frequência irregular — aliás estreitamente relacionadas, esta dependendo muitas vezes daquela —

mostram a necessidade de um corpo de agentes sociais ao serviço da escola (professoras visitadoras). "Afinal de contas, diz Averill (8, pag. 341) a educação é essencialmente, um empreendimento de cooperação entre a escola e o lar. "E' preciso, pois, que aquela chegue até este para integrá-lo em sua ação educativa. Na cidade de São Paulo, essa aproximação já é feita, nos casos de crianças com problemas da personalidade e da conduta, pela clínica de orientação infantil da Secção de Higiene Mental Escolar, através de suas visitadoras psiquiátricas. Uma ampliação desse serviço permitiria que se estendesse a ação das visitadoras aos casos de frequência irregular e, de modo geral, àqueles em que é necessário despertar o interesse e obter a colaboração dos pais na educação da criança.

Cabe salientar aqui a vantagem do desenvolvimento das instituições peri-escolares, particularmente das associações de pais e mestres.

Deficiência mental. — A classificação foi feita pelos testes de inteligência de Binet e Simon, tradução de Lourenço Filho (9). E' necessário considerar que esses testes não foram aferidos para a criança brasileira tendo, conseqüentemente, um valor muito relativo. Sua utilização nesta pesquisa não visou estabelecer uma determinação exata do nível da inteligência, mas tão somente uma expressão aproximada das diferenças individuais.

A porcentagem de deficientes mentais assim obtida (6,8%) é, certamente, exagerada. A escala de testes revelou-se, de modo geral, um tanto difícil para as nossas crianças. Uma revisão mais generosa de nosso material e seu confronto com diversas estatísticas estrangeiras, permite, porém, avaliar entre 2 a 3% a proporção dos deficientes mentais no grosso de nossa população escolar. Mesmo com esse critério liberal, é forçoso admitir que só na cidade de São Paulo há cerca de dois a três mil deficientes mentais nas escolas públicas primárias, circunstância inevitável, pois não se emprega nenhum recurso técnico de seleção no ato da matrícula (4).

De qualquer modo, as crianças classificadas como deficientes mentais pelos testes aplicados têm um quociente intelectual muito baixo. O rigor talvez excessivo dos testes, que foi igual para todos, não impede que se compare a eficiência escolar dos casos positivos com a dos negativos. E a diferença é, como seria de esperar, bastante sensível: 59,5% de reprovações entre os primeiros e 33,4% entre os últimos.

Reafirma-se, desse modo, a necessidade da homogeneização das classes comuns e da difusão do ensino especial para deficientes mentais.

A homogeneização foi feita em larga escala, no primeiro grau dos grupos escolares da cidade de São Paulo, em 1931, quando dirigia o ensino o professor Lourenço Filho, tendo-se utilizado para esse fim os chamados testes ABC, que visam determinar a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita. Aquele professor atribue a essa homogeneização (10, pag. 103) a melhoria então obtida na porcentagem de promoção no primeiro grau, que foi, para a Capital, de 81,97%.

O ensino especial para deficientes mentais nas escolas públicas data, em São Paulo, de 1930. Como psiquiatra escolar, tive oportunidade, nes-

(4) E' de extranhar que Fleury (7, pag. 19) considere "raríssimos" tais casos em nossas escolas, baseando-se tão somente na existência do dispositivo legal que proíbe o ingresso dessas crianças nas classes comuns. De sua larga presença e do dano que acarretam ao ensino que o digam os nossos diretores e professores em geral.

sa época e posteriormente, de organizar classes para esse fim, as quais proporcionaram magníficos resultados.

E' evidente que não é possível a uma professora conseguir boa porcentagem de promoção numa classe de maturidade intelectual heterogênea, com alunos cujo ritmo de aprendizagem difere de modo extremo. Mesmo quando todos os alunos sejam de idade cronológica aproximadamente igual, as classes formadas ao acaso encerram frequentemente crianças com idade mental de uma diferença considerável. (5). Daí a prática usual em nossas escolas de abandonar-se, no meio do ano, um grupo de alunos (a chamada secção A), condenado antecipadamente à reprovação, para que não prejudique o resto da turma. Muitos desses alunos da secção A são mesmo débeis mentais, que ficam "curtindo" o primeiro grau por muitos anos. Exigir da professora uma boa porcentagem de promoção quando eles permanecem na classe comum é fazer uma exigência irônica. Uma escola que não distingue a criança normal da anormal e as deixa na mesma sala de aula, sentadas às vezes, na mesma carteira, não pode oferecer um rendimento prático proporcional ao sacrificio que ela impõe à economia pública.

Sou de parecer que em todas as escolas que possuam várias classes do mesmo grau — sobretudo nas que se localizam nos grandes centros urbanos, onde os recursos técnicos são mais fáceis — deve tornar-se regular a classificação do aluno por meio de processos objetivos, os quais, afim de que se não restrinja o ano escolar, podem ser aplicados no mês que precede a abertura das aulas.

Deve-se igualmente generalizar o ensino especial para os débeis mentais, pela organização de classes diferenciadas nas escolas comuns dos centros mais populosos, a menos que, como seria ideal, se criassem escolas especiais autônomas.

Embora exijam recursos técnicos apropriados, esas medidas são relativamente pouco dispendiosas.

Mudança de professora durante o ano — Faço ressaltar aqui apenas a importância desse fenômeno, de caráter essencialmente administrativo e estranho às finalidades deste trabalho.

Más condições higiênicas da habitação — Alimentação má ou insuficiente — As condições higiênicas da habitação foram apreciadas com base na natureza do imóvel (cortiço, etc.), sua localização, ventilação, iluminação, suas instalações sanitárias, número de seus moradores, condições do dormitório e do leito da criança, etc.

No que respeita à alimentação, foi levada em conta, no interrogatório feito às pessoas da família, a natureza qualitativa e quantitativa.

Ambas as condições constituem problemas ligados à educação sanitária, principalmente a segunda, que sugere a necessidade de se difundir em nossas escolas a ação dos nutricionistas. Cabe salientar também a importância das refeições proporcionadas pela escola, cuja instituição

(5) "Numa indagação, diz Burt (11, pag. 76), levada a efeito em todas as crianças dum bairro representativo de Londres, — um censo que inclui mais de trinta mil casos — verificou-se que, dentro das escolas elementares, a proporção mental variava entre menos que 50 por cento e mais que 150 por cento. Isso significa que, numa idade cronológica de 10 anos, a criança mais brilhante pode já ter passado o nível de uma criança normal de 15, enquanto que a mais tarda de inteligência não terá chegado ainda ao nível de uma de 5 anos. Ao meio da carreira escolar, as crianças da mesma idade cronológica abrangem uma extensão total de mais de dez anos mentais. Consequentemente, impôr a cada criança o mesmo tipo rígido de instrução é tentar evidentemente o impossível".

deve ser difundida. As caixas escolares poderão colaborar no mesmo sentido, atendendo ao aspecto financeiro do problema.

Debilidade física — Adotou-se, para sua determinação, o critério antropométrico, com base nas relações entre o peso e a altura. Admitiu-se um limite de variação de 13% para mais ou para menos (no caso, para menos) sobre o peso considerado ótimo, variação essa correspondente à diversidade dos tipos constitucionais. Serviram de padrão os algarismos estabelecidos por Engelbach (12, vol. I).

Foram também considerados débeis físicos os alunos cuja altura se mostrou inferior em mais de 6% à altura média correspondente à idade, constituindo, assim, acentuado retardo do crescimento. Tomaram-se, nesse caso, como base, os números determinados, para nosso meio, por Maria Antonieta de Castro (13).

A solução do problema está na assistência médico-escolar adequada, incluindo sobretudo escolas ou classes para débeis físicos e colônias de férias.

Excesso de castigos físicos — Situação condicionada à falta de cultura dos pais, ilustra a necessidade da extensão da atividade educativa da escola ao ambiente familiar, valendo para ela o que ficou dito com referência ao item "pais ou responsáveis negligentes". Na cidade de São Paulo, a clínica de orientação infantil da Secção de Higiene Mental Escolar já se tem ocupado de inúmeros casos desse gênero.

* * *

São esses os resultados que nosso trabalho permite, por enquanto, oferecer. Mau grado as imperfeições duma pesquisa dessa natureza, eles podem servir de base a medidas administrativas e a estudos mais minuciosos da questão. Terão, ao menos, contribuído para pôr em foco o problema, o que já será bastante, tal a magnitude com que ele se apresenta entre nós.

RESUMO

O A. focaliza, inicialmente, com base nos algarismos estatísticos, a elevada porcentagem de reprovação nas escolas primárias não só de São Paulo como de todo o país. Refere-se à importância do problema na estima do qual cumpre considerar, além do prejuízo econômico, as consequências psicológicas e sociais da situação.

Expõe, a seguir, os resultados duma pesquisa feita pela Secção de Higiene Mental Escolar no segundo semestre de 1940, abrangendo diversas escolas públicas de São Paulo, no sentido de verificar a associação entre a incidência das reprovações e a de certas condições presumivelmente desfavoráveis ao bom aproveitamento escolar.

Pelos resultados desse estudo, podem ser consideradas significativas dentre as condições estudadas, as seguintes: apatia, pais ou responsáveis negligentes, deficiência mental, conduta perturbadora na escola, frequência irregular à escola, instabilidade psico-motora, mudança de professora durante o ano, más condições higiênicas da habitação, fugas, alimentação má ou insuficiente. Apresentam grande probabilidade de ser significativos os atributos: distúrbios da palavra, mentira, timidez, debilidade física, excesso de castigos físicos. Quanto às demais condições estudadas, pode-se apenas afirmar que não há associação ou a natureza

de amostra não permite considerar os valores encontrados como sendo significativos.

O A. passa a fazer considerações sobre cada um desses atributos, pondo em foco as possibilidades e os meios de modificá-los.

Termina dizendo que, mau grado as imperfeições duma pesquisa dessa natureza, os resultados que ela permite oferecer podem servir de base a medidas administrativas e a estudos mais minuciosos da questão. Tais resultados terão, ao menos, contribuído para por em foco o problema, o que já será bastante, tal a magnitude com que ele se apresenta entre nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. 1935-1936.
2. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo. 1936-1937.
3. Estatística escolar de 1931 a 1934. São Paulo, Diretoria do Ensino, Serviço de Estatística e Publicidade. 1937.
4. Estatística escolar referente a 1937. São Paulo, Departamento de Educação. 1938.
5. Estatística escolar referente a 1938. São Paulo, Departamento de Educação. 1939.
6. Estatística do Ensino. Separata do Anuário Estatístico do Brasil. Ano IV-1938. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940.
7. Luiz Gonzaga Fleury. As reprovações na escola primária. São Paulo, Diretoria do Ensino. 1936.
8. L. A. Averill. The hygiene of instruction. Boston, New York, Chicago, Dallas, San Francisco, Houghton Mifflin Company. 1928.
9. Alfred Binet e Th. Simon. Testes para a medida do desenvolvimento da inteligência. 2.ª edição. São Paulo, Caieiras, Rio, Companhia Melhoramentos de S. Paulo.
10. Lourenço Filho. Testes ABC. São Paulo. Caieiras, Rio, Companhia Melhoramentos de São Paulo.
11. C. Burt. The Backward Child. New York, D. Appleton-Century Co. 1937.
12. W. Engelbach. Endocrine Medicine. Springfield and Baltimore, Charles C. Thomas. 1932.
13. Maria Antonieta de Castro. Peso e altura dos escolares de São Paulo. Gazeta Clínica. Vol. 37, ns. 8 e 9, 1939.

GEPEHE

ESTUDO DOS FATORES MÉDICOS, SOCIAIS E PEDAGÓGICOS NOS REPETENTES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DE CAMPOS DO JORDÃO

Dr. F. DE MOURA COUTINHO

Tisiatra em Campos do Jordão, médico sanitarista do Centro de Saúde "Emílio Ribas" e Diretor Clínico do "Sanatório de Santos".

Sejam as nossas primeiras palavras as de congratulações aos idealizadores e organizadores deste "1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar". Em verdade, não podia ser mais oportuna a efetivação de tal Congresso. Num momento para tão graves apreensões, como o que ora vive a humanidade, um dos problemas que mais exige carinhosa atenção é, sem dúvida, o da formação física, moral e mental daqueles que, nesse amanhã incerto a despontar para o mundo, terão que arcar com a responsabilidade de dirigir os destinos da coletividade. A lição que cada dia se repete, com toda a expressão dos fatos, de povos mais fortes a cuidar, antes de tudo, de preservar e melhorar a saúde das crianças, de incentivar a natalidade, de purificar costumes e incrementar a instrução, deve ser aprendida e imitada pelos povos ainda em formação. Não há, em toda a história da humanidade, um só exemplo de ter triunfado uma nação cujos filhos fossem débeis e analfabetos, onde as crianças tivessem sido desamparadas.

O Brasil, país novo e com suas forças e possibilidades ainda em desenvolvimento, não possuindo um povo de raça definida, tal a heterogeneidade dos elementos que a compõem, necessita, com urgência e tenacidade, dar início à inestimável campanha de melhorar, sob todos os aspectos, a situação de vida da atual geração de seus filhos. E' bem recente o exemplo que o Japão — para não citar tantos outros exemplos — deu ao mundo. Centralizando todas as atenções em benefício da infância, como base de uma persistente, enobrecedora e patriótica obra de reerguimento nacional, o Mikado consegue uma verdadeira, uma deslumbrante metamorfose — em uma geração, um país secundário transforma-se em uma potência respeitada e admirada.

O que se passa ainda entre nós? De um lado, uma natureza opulenta e risonha, um solo promissor, fértil e salubre; do outro, a fragilidade física e mental, a inépcia técnica, o analfabetismo, a vida quase selvagem de nossos caboclos e de muitas de nossas populações urbanas, vida displicente e de contemplação estéril que, sem que eles mesmo sintam, os devora e inutiliza.

Há, ainda, quase um completo desamparo para uma grande parte dos brasileiros, cujos filhos crescem sem a menor resistência física e na mais completa ignorância, vítimas dos vícios e males paternos, tarados, raquíticos, mal alimentados, entes inúteis e sofredores. Em tal situação, é impossível que possam ser úteis e, muito menos, que tenham disposição, para um sacrifício pela Pátria, se isso fosse preciso.

Em 1934, o Estado de São Paulo, o mais próspero da nação, apresentava, para as crianças até um ano de idade, o coeficiente letal de 194 por 1.000 e em alguns municípios, como Sorocaba, Espírito Santo do Pinhal, Fartura e outros, esse coeficiente ascendeu a quasi 50%, isto é, para cada mil nascimentos morreram, até o primeiro ano de vida, quase quinhentas crianças. No mesmo ano, a percentagem de analfabetos em todo o Brasil era de 75,5%, só suplantada pelo Egito, Índia e China. E' fora de dúvida que esses números constrangedores têm baixado nestes últimos anos, ante as medidas que a nova política brasileira vem pondo em prática. A luta está iniciada e uma das provas é a realização deste Congresso, para cujo brilhantismo concorrem estudiosos de todos os Estados, interessados em trazer colaborações, ainda que, como a nossa, desprezíveis e modestas. Nossos votos são para que as conclusões a que chegarmos, venham a merecer a atenção dos que arcam com as maiores responsabilidades pelos nossos destinos e para que, quando por eles afastadas as grandes falhas ainda existentes, consigamos, em breve tempo, alcançar uma situação de poder enfrentar as duras incertezas que o panorama atual do mundo exhibe.

No dizer do sempre lembrado mestre Miguel Couto, "da cultura do povo nasce a ambição, da ambição a atividade, da atividade a riqueza, da riqueza multiplicada a fortuna coletiva, e desta, a confiança, a força, a durabilidade e a coesão".

CONCLUSÕES

1.º — As causas médicas e sociais que mais influem sobre o não aproveitamento de nossos escolares, são: a) — Alcoolismo, por influência direta ou hereditária; b) — Estado de sub-nutrição, qualitativa e quantitativa; c) — Verminose; d) — Sífilis, tuberculose e outros estados mórbidos.

2.º — As deficiências de ordem pedagógica têm grande importância sobre a maior incidência dos repetentes.

3.º — Urge que sejam tomadas medidas mais severas contra o alcoolismo, contra os vícios entre os escolares, contra a verminose, a sífilis, a tuberculose e outras endemias e tantas outras medidas a favor de um melhor padrão de vida, alfabetização geral, escolas técnicas para os pais das crianças, afim de que eles possam dar melhor alimentação e melhores exemplos aos próprios filhos.

E P H

O PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Prof. VENÂNCIO GOMES FILHO

Da cadeira de Educação de E. N. Oficial de Itapeva — S. Paulo

CAPÍTULO SEGUNDO

8 — A TESE E O CONGRESSO

Com razões sobejas o Congresso, sob a direção proficiente do Dr. Romano Barreto, precisou em suas teses, o problema dos repetentes, que aparece visível, em números concretos. Trabalhar para a sua solução é fazer obra de patriotismo, é propugnar pelo engrandecimento do ensino, elevando moralmente os elementos que compõem.

Não se pode por em dúvida a necessidade, a importância dos congressos, quaisquer que sejam. A contribuição larga, segura, que trazem para solver os mais intrincados problemas humanos, o encaminhamento, estudo, de momentosas questões no terreno científico, as diretrizes que propõem aos Governos, a luz que derramam sobre os fatos, os contatos humanos, os debates, as discussões em grupos, as contribuições dos congressistas em idéias, fatos, argumentos; tudo faz com que haja sempre benefícios, vantagens. Mediata e imediata a ação não falha.

Pena é que os tenhamos poucos; pena é que não nos reunimos constantemente para solucionar os diversos problemas do ensino. Não aprendemos ainda a nos reunir — reuniões distritais, municipais, regionais, para assentar as bases de solução aos problemas sociais. "Os sistemas futuros — fala Ingenieros — desprendendo de remotos resíduos místicos e dialéticos, irão tomando a experiência como fundamento de toda hipótese legítima." (O Homem Mediocre).

Há relação íntima, estreita, entre o problema dos repetentes e este Congresso — o 1.º Congresso Nacional de Saude Escolar.

9 — SAUDE E EUGENIA

Não nos compete ventilar pormenorizadamente o problema da saúde do escolar: outros o farão; nem se torna preciso pincelar o quadro triste do homem do campo, do sertanejo, do amazonense, do caboclo, de todos os que se localizam nos recônditos do Brasil. (E não é necessário ir tão longe...)

"O Brasil tem sido, e continua a ser, um país paupérrimo" — escreveu Batista Pereira.

Sendo certo que, na maioria dos casos, o homem improdutivo é o sem saúde, e o escolar que não produz é o mal alimentado, nada mais certo e justo que o 1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar.

Toda e qualquer campanha iniciada com o escolar repercutirá no seio da família e na sociedade.

Cabe papel relevante à Eugénia, em nossa Pátria, preparando os elementos para a formação da raça brasílica:

"A eugénia positiva — diz-nos Renato Kehl — o campeão do movimento eugenista no Brasil — com os seus preconceitos, tem em mira, em primeiro lugar, propagar um otimismo sadio, a fé na doutrina melhorista, não considerando, apesar dos pezares, a humanidade esmagada sob o peso da maioria formidável dos deficientes; em segundo lugar, tem em perspectiva uma disposição vigorosa para vencer o egoísmo, o comodismo dos eugenizados, por uma propaganda metódica e convincente, afim de levá-los a cumprir o dever de lançar ao mundo, no mínimo, três ou quatro "bons animais", úteis à paz, à felicidade da família humana; em terceiro lugar, a eugénia positiva, visa uma ação social que favoreça a fecundidade dos elementos normais, criando meios legais e humanitário que facilitem a vida familiar e aumentem os recursos indispensáveis à educação dos filhos." (Revista de Educação, junho de 1930, pág. 322).

10 — A ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR

Não fiquemos no terreno teórico e geral.

Como importa resolver primeiro o problema da saúde do escolar, para o bom rendimento das escolas, temos que nos deter neste parágrafo.

Como resolver o problema da alimentação do escolar? — eis a questão.

Aparecem em nossas escolas crianças débeis, pálidas, cansadas, incapazes de atenção concentrada. São moradoras da cidade ou do bairro, e, em maior número, filhas de sitiantes, que caminham quilômetros e léguas para vir à escola. (Tivemos alunos que faziam 12 kms. diariamente). Não trazem merenda e ficam seis horas, no mínimo, em jejum, bebendo água apenas!

Maria Antonieta de Castro, num inquérito, chegou a "esta impressionante conclusão — de 18.414 alunos interrogados, 9.624 (quasi a metade) vinham sem almoço para escola, no segundo período." (Revista de Educação, pág. 79, ano de 1939, n.ºs 27 e 28)

Ed par com a Instrução, outra medida precisa ser intensificada — garantir em todas as escolas primárias do país o alimento material para os que dele necessitarem. Alguma coisa já se fez, mas é pouco, quasi nada.

Com o auxílio, ou sem ele, dos poderes públicos, organize o professor o diretor, o inspetor, o Delegado do ensino, em suas classes, nos grupos, nas zonas, o meio de se conseguir o pão, o leite, o alimento, em abundância, para os escolares — eis a campanha necessária para facilitar grante a solução do problema dos repetentes.

"Deste modo", milhares, para não dizer milhões, de crianças brasileiras, "ganham peso, estudam com prazer suas lições, adquirem boas maneiras às refeições, aprendem o preparo dos alimentos e o asseio da cozinha. Isto significa ainda para o país — sangue e ossos robustecidos, carnes revigoradas, vitalidade física, mental e moral, em acréscimo ao seu estoque nacional de saúde."

11 — ANALFABETISMO... ESCOLAS...

Tecla sedição, ironizada já, mas que somos obrigados a batê-la. Parece escapar ao nosso tema, mas provaremos não só estar relacionado, mas também em dependência mútua com ele. Claro é que para se resolver o problema da saúde do escolar e dos repetentes, pode-se prescindir da solução plena do problema da alfabetização e difusão de escolas.

A contestura entre os problemas é simples: Se nos faltam escolas, temos que atestar o domínio da Ignorância, a incompreensão do valor e função da escola, que acarreta o seu desprestígio. Temos a obrigatoriedade escolar no papel, mas não a temos na consciência do brasileiro.

Vamos aos números: "O recenseamento paulista de 34, investigando da existência de crianças em idade escolar, apurou um total de 1.137.091 indivíduos de 7 a 13 anos, dos quais 431.282 frequentavam escolas e 705.809, ou seja, 62,07% não as frequentavam" (Boletim de Estatística, pág. 48).

"Só na cidade de S. Paulo, calculamos — fala o Dr. Almeida Júnior — em 18.000 o número de crianças em idade escolar que não conseguem matrícula nos estabelecimentos de ensino, quer públicos, quer particulares. Nas cidades e distritos do Estado todo, haverá aproximadamente 100 mil crianças em iguais condições." (Novos Prédios para Grupos Escolares, pág. 18). E' estatística de '36, mas serve bem para os nossos dias...

Se isto se dá no Estado de São Paulo e na Capital deste Estado, que se dirá no Brasil? Dolorosa interrogação!

Ignorância significa atraso, pobreza, inferioridade. Essa porcentagem grande de analfabetos, essa falta de escolas, de ensino, à geração que se forma, representa incúria, falta de patriotismo, e vem repercutir desfavoravelmente na mentalidade popular.

O Dr. Estevão Pinto conclue o seu estudo sobre "A escola e a formação da mentalidade popular no Brasil" — "A escola, no Brasil, pouco ou quase nada influíu na formação da mentalidade popular. Há uma grande distância entre ela e a família; maior, ainda, consequentemente, é a distância que a separa da comunidade geral."

Vem daí o desprezo às instituições escolares, ao mestre, a falta de união entre o lar e a escola, a pequena verba que a instrução consome em nosso país — média, nos estados — segundo Mario Pinto Serva — de 11% (Valorização da raça, pág. 84).

Precisamos sair da mentalidade comoda em que nos encontramos, da inércia de mendigos fartos, como disse Euclides da Cunha, e crescer para a compreensão melhor dos nossos valores e do nosso destino.

12 — CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Estamos inativos na campanha que se torna inelutável. O esforço oficial por muito que represente ou pareça, não é tudo, nem o fator decisivo. Precisamos fugir dos velhos moldes traçados, que não deram resultados, assentar novas bases e exigir os resultados, punindo os contraventores.

Escrevemos em tese apresentada ao 1.º Congresso Brasileiro de Ensino Rural:

“A campanha precisa ser encetada. Cada brasileiro tomará parte nela. Todos se entrelaçarão — indivíduo e sociedade, organizações e repartições, povo e governo, para levarem de vencida o supremo alvo de nossa vocação:

- criar pela escola uma consciência brasileira;
- despertar o sentimento de amor à terra, criando a consciência agrícola;
- rehabilitar o brasileiro na senda gloriosa do trabalho;
- desenvolver em larga escala, a instrução, obrigando por lei, que todo brasileiro, num determinado espaço de tempo, saiba ler e escrever;
- dar maior contribuição e máximo conforto à zona rural;
- preparar o brasileiro para dirigir o Brasil.



A QUESTÃO DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Professoras do
G. E. "CERÂMICA SÃO CAETANO" — S. Paulo

QUANTO AO MEIO SOCIAL

Encarada do seu ponto de vista social, a causa dos repetentes dará margem a uma interminável questão, já que educar é hoje a tarefa mais complexa que se poderá antepor a qualquer plano de governo, uma vez que está provado que a educação possui mais alta finalidade que a comunemente admitida e que deve ser julgada com base na importância de suas intenções e resultados.

Não podemos deixar de julgar o atraso do nosso povo uma calamidade tão prejudicial como as doenças e os cataclismas sociais. Imenso território, fértil em todas as suas zonas, rico como os que mais ricos o são, mantém-se, entretanto, o Brasil em situação humilhante comparado aos Estados Unidos e à própria Argentina.

Que se poderá esperar de um povo que ignora o ABC, as regras de higiene, o conforto, o gozo dos bens que lhe concede o progresso, a civilização?

Pois bem, filhos desses desherdados da fortuna, sem eira nem beira, são os frequentadores das nossas escolas primárias, na sua quasi totalidade.

Eles só não têm contra si os rigores do clima; o mais tudo lhes é adverso: lar, convívio, exemplos morais.

A salubridade da habitação, que depende da pureza ou da impureza do ar que ela encerra, do grau de humidade, da temperatura, da quantidade e natureza da iluminação, do sub-solo sobre a qual repousa, é coisa completamente fora de cogitação no meio popular nacional.

Porões infetos e sem ventilação, quartos cuja lotação excede cinco e mais vezes a normal, eis, em geral, o lar da criança no centro da cidade; nas zonas rurais, choças de palha, barro, madeira, que, deixando coar a luz linda da lua, não os abriga entretanto contra as intempéries. Nos meios operários, cortiços cuja promiscuidade é simplesmente assombrosa, mostrando aos espíritos em formação cenas degradantes que deveriam ignorar e não repetir quando as conhecem. E eles aprendem da vida, logo cedo, o que ela tem de mais desilusionante, sem ver nunca o seu lado lindo, em que a inteligência sobrepuja o espírito.

No lar lhes falta tudo: luz, calor, conforto, cores claras e sorrisos amigos. Só ouvem, dia e noite, entre pragas e impropérios, as queixas dos mais velhos contra esse estado de coisas. E, no entanto, trata-se dos futuros construtores da Pátria. Que esperar deles? Com raras e honrosas exceções, vemos brilhar uma estrela naquele céu negro.

Os mais simples e são princípios de higiene e saúde esbarram ali com o fantasma do desânimo, da prevenção. As medidas tomadas nesse sentido pelo professor são encaradas com raiva e se as seguem não o fazem por convicção, mas porque a ausência da criança, durante as quatro horas de trabalho escolar, representa um grande sossego e um desacúmulo no lar.

Se se facilitasse aos operários, ao trabalhador rural, ao pequeno funcionário público, entre os quaes nos achamos, a construção da casa própria, nos moldes da mais elementar e simples higiene, cujo pagamento fosse fácil e cuja entrega se submetesse a cláusulas que obrigassem o beneficiado a conservá-la sob pena de castigo severo, acreditamos que decresceria a cifra assustadora das estatísticas de moléstias contagiosas, taes como a sífilis, a tuberculose, o tracoma, e a difteria, entre outras. Criada nesse novo ambiente, limpo, são, a criança veria o outro lado da existência e por ele nortearia seus passos na ânsia sempre incontida de querer mais, mais e melhor, porquanto, "o progresso de um país está na razão direta da cultura de sua gente", como o disse Miguel Couto. Logo, pensamos como ele: que o dinheiro do povo deve ser empregado no melhor das condições desse mesmo povo, constituindo esse emprego de capital o mais rendoso e o mais acertado.

O outro problema que, paralelo ao da higiene da habitação e ao da higiene individual, tem sido causa do grande número de repentes nas escolas primárias é o do trabalho extra-escolar, cuja natureza, intensidade e gênero, variam de acôrdo com as condições de cada família. Há crianças em nossas classes que trabalham tanto quanto um adulto e que os substituem, às vezes, na árdua tarefa de sustentar um lar, desta ou daquela forma. Resultam, por consequência, faltosos, atrasados, fatigados e repentes do curso que frequentam. Cabe-lhes a culpa? São todos unânimes em dizer que não. E a quem cabe solver essa situação de per si constrangedora e difícil? Deixamos no ar a interpretação, certas de que os responsáveis por ela tudo farão não só para melhorá-la como para exterminá-la.

São de Mathieu e Mosny estas palavras, proferidas em 1906, no Segundo Congresso de Higiene Escolar, reunido em Paris: — a educação tendo precisamente por fim aumentar o valor global do individuo pela cultura racional das faculdades físicas, intellectuais e morais da criança, tendo em conta a importância absoluta e relativa de cada uma delas, assim como suas influências reciprocas, deve, ante sde tudo procurar repartir equitativamente as horas do dia entre os cuidados da cultura intellectual e os da cultura física.

Evitar a fadiga física que traz consigo e estafa. Evitar que a natureza e a intensidade do trabalho extra-escolar prejudiquem o desenvolvimento físico, moral e intellectual do aluno; eis, em resumo, o que seria ideal.

Somos, para finalizar, pela educação da massa popular, porquanto dela depende o futuro do país, que repousa inteiro nas mãos da geração que ora se forma.

Médicos e professores, uns preservando o corpo e outros elevando a alma, sois os responsáveis diretos pelo Brasil que vem vindo, pelo Brasil que virá. Já que as profissões que abraçastes vos impõem deveres tão sagrados, batei, batei, sem cessar, à porta de quem de direito, até que vos atendam, pois são do próprio Cristo as palavras: — batei e atender-se-vos-á.

“O PROBLEMA DOS REPETENTES NA ESCOLA PRIMÁRIA”

“Fatores psico-pedagógicos”

Prof. ALBINO MELO DE OLIVEIRA

Chefe da secção de Educação da E. N. de Santa Cruz do Rio Pardo.

Ao pretender contribuir modestamente com este trabalho para o já assegurado êxito do “CONGRESSO DE SAUDE ESCOLAR”, ora em realização na Capital de São Paulo, nada mais se teve em mira que ressaltar, talvez mesmo lembrar, o valor e a oportunidade de uma tarefa levada a cabo pelo Professor Luiz Gonzaga Fleury, ex-Chefe do Serviço de Educação Primária da Diretoria do Ensino, em 1936, publicada sob o título “AS REPROVAÇÕES NA ESCOLA PRIMÁRIA” (O fenômeno das reprovações — Análises das causas — Medidas contra o mal — Dados estatísticos), pelo Boletim N.º 7 da então Diretoria do Ensino de São Paulo.

Nessa publicação oficial estão arroladas minuciosamente as causas das reprovações na escola primária, as medidas que mais re recomendam para saná-las, além de numerosos dados estatísticos colhidos pela Delegacia de Ensino da Capital. Uma simples leitura desse hoensto e fundamentado trabalho nos dá conta de que o problema dos repetentes primários se apresenta atualmente nas mesmas bases que em 1935-36, particularmente no que se refere aos seus fatores psico-pedagógicos e sociais.

Difícilmene julgamos poder-se acrescentar qualquer medida nova ou descobrir-se qualquer outra causa, além do que foi mencionado pelo ilustre Prof. Gonzaga Fleury, no que concerne à análise dessas reprovações. Acreditamos até que a pura e simples execução das medidas propostas, caso a isso se dispuzessem os dignos e competentes dirigentes atuais da instrução pública primária em nosso Estado, viria solucionar o problema, senão por inteiro e em definitivo, ao menos provisória e auspiciosamente.

Desde 1934 até esta data pudemos observar repetidamente que o número dos repetentes é sempre maior do 1.º grau que nas demais classes do curso primário, em virtude, provavelmente, do menor traquejo escolar da criança que inicia a vida de estudos. Isso deu-nos oportunidade para verificar que o sistema atual de exames mais e mais se revela deficiente, antiquado e até contraproducente.

Com 7 para 8 anos a criança não é capaz de mostrar-se em todos os aspectos de sua personalidade, mesmo porque esta ainda se encontra em formação; não age na extensão plena de suas aptidões, principalmente das especiais visto não possuir ou não ter ainda adquirido as aptidões surrgidas da experiência de vida ou do aprendizado geral e escolar; com essa idade rara é a criança que se revela na medida de todas as suas capacidades psíquicas. Acresce registrar-se que nessa etapa há um maior acanhamento por parte do examinando, uma atenção ainda dispersiva ao

lado duma observação instável e descontínua do aluno. Tal fato é, aliás, favorecido pelo ambiente convencional, solene e forçado dos exames.

Os exames atuais, tidos já como tradicionais e rotineiros, quando bem analisados à luz da moderna prática escolar, parecem examinar mais provas que alunos. Tais provas se restringem à uma variável avaliação numérica e quantitativa dos trabalhos escritos ou orais do primeiro anísca primário. Não apresentam funções avaliadoras da qualidade e características pessoais ou individuais do examinando. São assim u'a medida fria e rígida do aproveitamento escolar primário, tornando-se porisso mesmo um fracassado mecanismo de aprovação ou reprovação de alunos.

Necessário e urgente se faz providenciar-se novo método na verificação do aprendizado primário, algo que nos dê visão segura e correta, criteriosa e justa, do rendimento de cada aluno durante o ano letivo e que possa servir de base às aprovações ou reprovações.

As notas de aplicação em provas mensais, caso se realizassem nos moldes dos "testes não estalonados" (Aguayo), poderiam preencher essa lacuna, porém as próprias notas, de 0 a 100, são já arbitrárias e empíricas, destituídas de padronagem e ajustamentos à natureza dos trabalhos a que se adjudicam.

Devemos dizer que si a escola primária precisa ser tanto educativa quanto instrutiva, como admitirmos exames de carater exclusivamente livresco e quantitativo? Há muitos elementos a se investigarem no aluno para aprová-lo ou reprová-lo. Não basta verificar-se mera capacidade mnemônica ou de repetição! Urge dotar-se o exame de fundamentos psicológicos e científicos. Devemos modificar um sistema de exames em cuja execução um simples nervosismo ou timidez, uma casual distração, poderão levar a criança à reprovação sempre deseducativa e humilhante, prejudicial e desanimadora, porque aluno reprovado é aluno convencido de inferioridade. A reprovação desperta complexos de inferioridade em lugar de reforçar o "impulso de dominação".

Parece-nos assim que a organização em vigor dos exames na escola primária é um dos mais graves fatores pedagógicos das reprovações.

O afã de alfabetizar ismplesmente no 1.º grau, e isso visando cada vez maior número de aprovações, é causa de numerosas matrículas de alunos incapazes no 2.º grau primário, cujo programa nunca poderão acompanhar e aprender. Resulta, nessas condições, uma espécie de "imaturidade" escolar que se repete depois no 3.º e no 4.º grau da escola elementar. E essa "imaturidade escolar" corresponde sempre às reprovações.

Note-se também que um rigor excessivo no exame provoca grande porcentagem de repetições, assim como a excessiva benevolência, si aprova no 1.º grau, envia ao 2.º candidatos mais que prováveis à repetição do ano. Tal acontece sucessivamente até o exame final de conclusão do curso. Daí a urgente necessidade de um critério invariável, predeterminado estatística e tecnicamente, já para a valorização e classificação das provas, já para a organização uniforme das questões, problemas ou perguntas. Seria quasi o "teste de escolaridade", conhecido, porém inexistente, em nossas escolas públicas.

Dir-se-á que tal medida poderá não diminuir o número das reprovações, mas o certo é que asseguraria justiça e critério para as promoções.

Outro fator, a nosso ver, das reprovações na escola primária reside na questão da fixação da idade mínima para o curso elementar.

Estaremos certos de que a criança normal, de 7 anos, que não tenha frequentado nenhuma instituição pré-escolar, se apresente em condições psico-fisiológicas para encetar o estudo do programa de 1.º grau? O teste

ABC do Dr. Lourenço Filho responde pela afirmativa no que concerne ao grau de maturidade para o aprendizado da leitura e da escrita. E para o cálculo e outras disciplinas? Aliás, na maioria das nossas escolas e grupos escolares abandonam-se à própria sorte aqueles alunos dados como imaturos pelo teste ABC e que, por já estarem matriculados, continuam o ano para repeti-lo no ano seguinte, salvo casos excepcionais de alunos que sem embargo de se revelarem imaturos pelo teste, conseguem aprovação. E se se destinam a eles todos os cuidados e esforços da profesora, como ficarão os mais fortes, os mais capazes, alunos com capacidade até de e promoverem muito antes dos médios ou regulares?

Chega-se assim à questão das classes selecionadas pela homogeneização e ao problema dos professores especializados na regência de cada qual dos graus primários, duas medidas, entre outras, que de há muito vêm sendo preconizadas para a melhoria técnica do ensino.

Convictos estamos de que nada de inédito trazemos à honrosa apreciação deste Congresso. Abrigamos esperanças, no entanto, de que persistindo e repisando, podemos contribuir para que desta notável assembléia se colham resultados práticos antes que teóricos.

CONCLUSÕES GERAIS

Para a solução do problema dos repentes propõem-se as seguintes medidas:

- 1 — Adoção das medidas sugeridas e propostas no trabalho inicialmente aludido (Boletim N.º 7, "As reprovações na escola primária", publicação da Diretoria do Ensino de São Paulo, em 1936 e de autoria do prof. Luiz Gonzaga Fleury);
- 2 — Estudo e organização de um conjunto de provas de escolaridade suficientemente padronizadas;
- 3 — Obrigatoriedade das classes selecionadas pelo teste ABC nos grupos escolares de 3.ª categoria em diante; e
- 4 — Seleção de professores especializados na regência de cada um dos graus primários, aq mnos do 1.º.

O PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Fatores pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos

Prof. JOSÉ F. SAMPAIO PENTEADO

Araraquara — São Paulo

Assunto este de maior importância para os que labutam na árdua tarefa da educação popular.

Educadores paulistas, de renome, como o Dr. Almeida Júnior, Luís G. Fleury, Luís D. Pena e outros, já se têm ocupado do assunto.

Mas, interessará tão somente aos educadores?

Ou interessará também aos pais, às autoridades, aos empregadores? Porque, afinal de contas, o empregador deve conhecer o valor humano de seus empregados, o administrador o valor integral de seus auxiliares, e assim por diante.

* * *

Fatores pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos que influem nas reprovações, nas escolas primárias.

Deixaremos de lado, certamente, os fatores médicos e consideraremos algo em relação aos psicopedagógicos, e, ligeiramente, nos referiremos aos sociais.

Preferimos, de certo, considerar o assunto, sob a denominação de — Rendimento escolar.

Se, em nenhuma organização, onde haja responsabilidade, poder-se-á prescindir, de tempos em tempos, de dar um balanço nas suas atividades, considerando-se os seus resultados, não poderia o magno problema da educação popular escapar a essa regra, no dizer da ilustre educadora paulista, que é D. Carolina Ribeiro.

Periodicamente, será necessário verificar o aproveitamento de uma classe, de um estabelecimento, de um distrito escolar, etc.

Convém que este trabalho seja feito metodicamente, no fim de cada mês, por exemplo, no caso de classes ou estabelecimentos de ensino, no fim de cada trimestre, para o distrito escolar, e assim, sucesivamente, registrando-se os seus resultados, por meio de gráficos, que, num momento, dão a conhecer a situação.

Isto virá orientar o trabalho do próprio regente da classe, e, ainda mais, simplificará o das autoridades escolares.

Pedimos vênha para declarar, neste ponto, que já dirigimos um grupo escolar de numerosas classes, sendo que, em 1931, fomos inexplicavelmente, afastado desse cargo.

* * *

Sabem-no, de sobejo, aqueles que estão ao par das últimas conquistas, nos arrais da educação renovada, que a classe escolar é, no caso, um grupo social, e deve apresentar certo equilíbrio.

Teoricamente, deve coincidir com a curva simétrica (curva teórica de Gauss), em forma de sino, que apresenta no centro, o seu ponto mais elevado.

Uma classe equilibrada, deve apresentar um máximo de 25% de alunos fracos, assim como um máximo de 25% de alunos fortes, reservando-se os 50% restantes, que constituem o centro da curva, para os médios, ou normais (Bueno de Andrada).

Nos grupos escolares, contando elevado número de classes, será possível obter-se uma homogeneidade superior a essa.

Numa organização escolar, ainda estática, como a nossa, será de grande importância, o verificar-se a velocidade com que cada um trabalha, por ocasião da seleção dos alunos.

Em relação às escolas isoladas, ou singulares, já se alvitrou a idéia de dividir o período escolar, consagrando 2 horas diárias para o 1.º grau e as 2 restantes, para os demais.

* * *

Desde que a classe se afaste do padrão, caberá aos responsáveis pela educação, pesquisar, tão cedo quanto possível, as causas do desequilíbrio: "fatores pedagógicos, sociais, médicos ou psicológicos".

Os de ordem psicopedagógica poderão ser uma classificação menos cuidadosa, ao organizarem-se as turmas de alunos; poderão ser, a falta de um critério objetivo, no julgamento das provas, por ocasião das promoções.

A frequência irregular, por parte de alunos ou professores, o diferente crescimento mental, nos educandos, poderão agravar o desequilíbrio, no decorrer do ano letivo. Conviria, igualmente, exigir-se, do professorado em exercício, um maior conhecimento da Ciência da Educação.

Pendendo para o lado higiênico-social, o pouco aproveitamento estará condicionado a uma situação de precariedade financeira, que atinge professores ou alunos, ou à questão da alimentação, que, infelizmente, ainda está em fase empírica; é costume muito nosso, o de confiar o preparo do alimento a pessoas sem cultura alguma; o ofício de cozinheira (ou cozinheiro) é ainda considerado degradante.

Não conseguimos, em meio século, fugir às consequências de uma organização social que tanto nos deslustrou: o trabalho escravo.

* * *

Deverão os alunos, dos diversos graus, permanecer na escola o mesmo número de horas?

A duração das aulas, por disciplina (visto como a globalização ainda está em fase experimental) deverá, igualmente, ter a mesma duração, em todos os graus escolares?

Depois do advento da genética e, conseqüentemente, da psicologia diferencial, não se admite mais uma organização idêntica para todos.

Os alunos de graus inferiores não deverão permanecer na escola mais que 18 horas semanais; os mais adiantados poderão aí ficar pelo espaço de 4 horas diárias: 23 a 24 horas semanais (Seyfert).

Aliás, nos grupos escolares do Estado de São Paulo, já se adotou um horário semelhante a esse (8 às 11, para os graus inferiores e 12 às 16, para os demais).

Desconhecemos as razões porque tão razoável prática foi posta de lado.

Evitaríamos assim, o desconcertante horário, vigente nos grupos escolares que funcionam em 2 períodos, em que os pobres professores e alunos, do 1.º período (8 às 12), ficam com o seu almoço sacrificado.

Em relação à duração das aulas, por disciplina, apresenta, igualmente o autor supra citado, as indicações seguintes:

Para o 1.º grau — 30 minutos;
 Para o 2.º e 3.º grau — 40 minutos;
 Do 4.º grau em diante — 1 hora.

* * *

Os retardatários, quando o são realmente, de um ponto de vista psicológico, devem ser encarados, como indivíduos de inteligência inferior, ou, em outros termos, indivíduos, que apresentam uma capacidade inferior de integração social. (Consulte-se, a propósito: J. Mallart y Cutó — La Educación Activa — pág. 27 e segs.).

E sabido que a capacidade gregária vai-se formando paulatinamente; nas idades inferiores, a integração só se faz em pequenos grupos.

Contrasta com a educação (ou simplesmente — ensino) ministrada em classes excessivamente numerosas; classe de 49 alunos já me foi imposta, quando fui afastado da direção de grupo escolar.

Os próprios literatos, principalmente os analistas, como, por exemplo, Érico Veríssimo, estão voltando as suas vistas para esta questão de capacidade gregária.

Ultimamente (neste ano de 1941), foi limitada a matrícula a 40, o que não deixou de levantar gritas aqui e acolá.

Pois a nós parece que nas *classes fracas* (disso temos experiência própria) esse número ainda é bastante alto.

O máximo que se poderia conceder para classes fracas ou não selecionadas (estas principalmente) é o de 35, limite este ainda muito elevado, comparativamente ao proposto por Decroly, a saber: Classes de alunos normais — limite 30; débeis mentais — máximo 20; retardados (classes de reajustamento-transitórias) 12; anormais, máximo 12 (Gerald Boon — Aplicación Del Método Decroly).

* * *

Faz-se sentir também, entre nós, a falta da educação pré-primária, em amplas proporções.

A escola primária cabe a árdua tarefa de remediar tudo, ou mesmo de remendar tudo, se permitida fosse a expressão.

A educação sensorial, principalmente visual, tátil e motora, aí vai recebendo impulso, debaixo de normas certas e bem dirigidas; importa, também, a questão do ambiente, que, nestes tempos vai impressionando os responsáveis pela educação e os responsáveis pela ordem pública.

* * *

A industrialização, sempre crescente, veio revolucionar o modo de ser, da vida em família, célula primária da sociedade.

Educadores e sociólogos (Sud Menucci, Backheuser, T. de Atafde e outros), têm chamado a atenção para este ponto capital, em a nossa organização (ou desorganização, parodiando o segundo desses mestres), mostrando de quanto ficou elevada a responsabilidade de uns e outros: educadores e administradores.

Seria para desejar a intensificação dos dispensários (puericultura), crèches, junto às fábricas, visitas domiciliares, pelas educadoras sanitárias, recolhimentos e outras instituições congêneres, ditadas pelo bom senso e pela nunca desmentida generosidade de um povo que cresce, debaixo do Cruzeiro do Sul, evitando-se, assim, o triste espetáculo que observamos, muitas vezes, o das crianças à solta por aí, na maior promiscuidade e abandono.

Estes elementos, uma vez matriculados na escola, deverão aumentar o número dos inferiores, pelos menos transitóriamente.

* * *

Para maior aproveitamento dos alunos, o ideal seria a organização de cursos paralelos ou diferenciados (citados por Isafas Alves), em que se atendem as diferenças intelectuais dos diversos grupos de educandos, organizando-se cursos apropriados para uns e outros.

No primeiro caso (cursos paralelos) a matéria a vencer é idêntica; o que varia é a duração do curso.

No segundo caso (cursos diferenciados), pelo contrário, a duração é igual para todos; o que varia é dosagem das matérias. Mas... seria um revolucionamento a adoção de um destes sistemas!

A nossa experiência pessoal tem demonstrado que a maior desigualdade no aproveitamento escolar, está justamente no cálculo, disciplina, aliás, importante.

Enquanto que, em provas de linguagem, geografia, ciências, a variação não vai além de 20 a 30 pontos, de nota 40 a 70, por exemplo, nós encontramos ótimas provas de cálculo, ao lado de outras nulas, registrando-se uma variação que poderá ir de nota 20 a 90 (70 pontos).

Não sendo possível uma transformação mais radical, ficaríamos bem contentes, no entanto, com a instituição de *classes de reajustamento*, ou *aceleração*, para onde, temporariamente, são deslocados os alunos que se não enquadram na classe comum.

Estas classes, com número limitado de crianças, destinam-se a diagnosticar e, conseqüentemente, a corrigir, ou atenuar, pelo menos, a deficiência dos discentes.

RESUMO

a) O problema dos repetentes está em função de outro problema: o rendimento escolar.

b) O rendimento escolar deverá ser verificado periodicamente: no fim do mês, em se tratando de classe ou estabelecimento de ensino, no fim do trimestre, em relação ao distrito escolar, e assim por diante.

c) A classe escolar deve apresentar certo equilíbrio: não deve ter muitos alunos atrasados, nem muitos alunos avançados.

d) Serão causas do pouco aproveitamento: 1) frequência irregular, más condições financeiras, alimentação descuidada, classe heterogê-

nea, por parte dos alunos; 2) más condições financeiras, falta de garantias pouco conhecimento da Ciência da Educação, em relação aos professores.

e) Os alunos de graus adiantados poderão ter aulas de maior duração que os de graus inferiores.

f) As classes fracas deverão ser pouco numerosas, em virtude da menor capacidade gregária de seus componentes.

g) Será necessário ampliar-se o ensino pré-primário, assim como a assistência aos menores abandonados: crèches, dispensários, recolhimentos.

h) Atendendo às diferenciações dos grupos de alunos, seria conveniente a adoção de um destes sistemas: classes paralelas ou diferenciadas.

i) Enquanto isso não for viável, conviria adotar, imediatamente, o recurso das classes de aceleração.



O PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Prof. NICANOR COELHO PEREIRA
G. E. "Joaquim Vieira" — Itapira

CONCLUSÕES

Fatores psico-pedagógicos

- a) Acréscimo de mais um ano letivo no Curso de Formação Profissional do Professor das Escolas Normais, destinado especialmente à didática e à organização escolar.
- b) Transformar o ensino "acadêmico" das escolas normais em ensino "profissional".
- c) Matrícula fixa, de 28 alunos, em cada classe ou unidade escolar.
- d) ,Obrigatoriedade de as aulas funcionarem no período da manhã nas escolas isoladas e nos grupos escolares de um só período.
- e) Mudança do ano letivo nas escolas isoladas e grupos escolares localizados em zona rural.
- f) Exames realizados apenas por autoridades escolares.
- g) Obrigatoriedade de o professor residir no núcleo escolar.

Fatores sociais

- a) Fundação de Caixas Escolares em todos os grupos e escolas isoladas, em caráter obrigatório.
- b) Associação de pais e mestres, com o intuito de tentar uma aproximação mais íntima entre os pais e professores.
- c) Festas.
- d) Excursões.
- e) Exposição de trabalhos manuais, gráficos, etc., dos alunos, em caráter obrigatório. Assim, os auxiliares de inspeção organizariam, na sede do município, anualmente, depois de fechadas as exposições nas escolas isoladas, uma exposição de trabalhos executados em todas as escolas isoladas sob a sua inspeção.

Fatores médicos e higiênicos

- a) Sopa escolar.
- b) Copo de leite.

c) Ambulatório de emergência em cada grupo e escola isolada. Será mantido pela Caixa Escolar e receberá medicamentos fornecidos pelo governo.

d) Educação sanitária. Propaganda, feita por palestras e por cartazes sugestivos.

e) Colaboração mais ampla dos Centros de Saúde no sentido de prestarem assistência médica aos alunos de todos os núcleos escolares.

f) Instalação de gabinete dentário em todos os grupos escolares. Os alunos das escolas isoladas de cada município se utilizariam dos gabinetes existentes na sede.

g) Obrigatoriedade da existência de ficha sanitária dos alunos em todas as escolas isoladas e grupos escolares. A parte que não puder ser preenchida pelo professor sê-lo-á pelo médico, por ocasião da sua visita periódica à escola.

h) Deve haver uma planta standardizada para prédios destinados ao funcionamento das escolas isoladas.

Fatores administrativos

a) Extinção de escolas isoladas sempre que seja possível a criação de um grupo escolar.

Restabelecimento das escolas reunidas.

b) Devem ser introduzidas as seguintes modificações no atual concurso de remoção e ingresso ao magistério:

1 — O concurso deverá ser feito por Delegacias. Cada professor se inscreverá para as unidades das Delegacias de sua preferência.

2 — Cada professor poderá escolher até 3 Delegacias, no máximo, para se inscrever.

3 — Terminadas as inscrições, serão feitas as relações dos candidatos, Delegacia por Delegacia.

4 — Classificadas as Delegacias pela ordem alfabética das cidades em que se acham instaladas, proceder-se-á à chamada dos candidatos inscritos.

5 — Quanto às unidades que restarem, uma nova chamada será feita para atender as professoras que não conseguiram obter remoção para as Delegacias desejadas.

6 — As escolas que se vagarem, durante o concurso, por ocasião das chamadas, figurarão automaticamente entre as escolas que poderão ser reclamadas pelos candidatos seguintes, regularmente inscritos para as Delegacias a que as escolas pertencem.

7 — O critério de escolha será o mesmo adotado atualmente, isto é, por pontos obtidos no concurso.

c) Que se observe o máximo rigor na concessão de licenças.

d) Aplicação da Lei que regulamenta o trabalho de menores. "Deve ser estabelecido um entendimento, por intermédio das Delegacias de Ensino, entre as autoridades escolares e o Juiz de Menores, no sentido de ser aplicada a referida Lei".

e) Aumento do quadro de inspetores escolares.

Redução do campo a ser inspecionado por cada inspetor.

f) Aumento da verba destinada aos inspetores para as suas viagens de inspeção.

g) Co-responsabilidade do inspetor escolar quanto ao rendimento escolar da zona sob sua inspeção. Sindicância pela Delegacia sempre que houver fraco rendimento escolar em uma escola, afim de se verificar as causas que o determinaram.

h) Os termos de vistas do inspetor devem ser enviados à Delegacia pelos professores não só para controlar o roteiro do inspetor como para verificação, se necessária, por ocasião da sindicância sugerida linhas acima.

i) Autonomia administrativa dos diretores. Um só comando sempre dá melhores resultados.



OS TRÊS ASPECTOS DO ENSINO PRIMÁRIO

Profa: RACHEL AMAZONAS SAMPAIO DE SOUZA
Da Cruzada Nacional de Educação — S. Paulo

CONCLUSÃO

Focalizei, através desta minha contribuição, o que de mais importante observei vinte e tantos anos dedicados ao magistério primário, principalmente dirigindo classes de 1.º grau, interessando-me pelos problemas que mais de perto dizem com o bem estar das crianças a mim confiadas.

Estendi os meus cuidados a toda a infância por espírito de humanitarismo e por entender que a grandeza de um país depende da felicidade de seus filhos.

Se este meu trabalho não merecer a consideração dos Senhores Congressistas, não me ofenderei e, sim, dar-me-ei por satisfeita em haver externado as minhas idéias, da melhor forma que me foi possível, como modesta colaboração à obra grandiosa que terá, neste esclarecido conclave, o ponto de partida e de irradiação, visando o maior engrandecimento da nossa Pátria.



G E P H E

O PROBLEMA DOS REPETENTES NA ESCOLA PRIMÁRIA

Fatores pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos

Prof. FRANCISCO DE PAULA E SILVA

São Paulo

Nestes dias tormentosos e de futuro incerto para a Humanidade o homem busca, na esperança infinita, um ponto de apoio onde vislumbre, nas incertezas da hora presente, um futuro melhor para a nossa sociedade.

E' essa esperança de melhores dias que o faz lutar contra os obstáculos da vida, reanimando-o para novos embates à medida que o lutador vai vencendo na sua jornada.

Para dar ao homem esse sentido da vida, é necessário educá-lo.

E educar é agir sobre a vontade, sobre o temperamento, formando esse conjunto de aptidões, que é o aparelhamento seguro para o triunfo em qualquer esfera de atividade, já disse Le Bon.

Não será possível dar às massas uma mesma soma de conhecimentos. Mas é possível dar ao menos a noção de perseverança, de reflexão, de disciplina, de espírito de solidariedade, de respeito à lei e à ordem, desenvolvendo o espírito de decisão pronta e confiança em si mesmo. É esta a necessidade da hora presente, como foi, também em todos os tempos, a preocupação dos homens.

Não é possível a sociedade deixar à margem, entregues aos seus próprios destinos, como se fossem inadatados ao seu meio, um número grande de indivíduos, que ficaram como a marcar passo enquanto a civilização caminhava.

Na escola primária, que é o primeiro ambiente social onde a criança vai agir no seu contato com a sociedade encontramos os embriões desses retardatários sociais, a vagar ao sabor da corrente, mas, recuando sempre, enquanto seus colegas avançam.

São os futuros inadatados sociais, porque já vão sentindo, desde a escola, a ineficiência dos seus esforços, e, habituando-se à situação, permanecem à margem da vida, como se fossem espectadores, ou, revoltados, vêm, nos seus semelhantes, homens diferentes de si pelo aspecto e pelas posições.

É da escola primária portanto, que temos de partir nesta companhia de adaptação social.

Se, à primeira vista, o problema dos repetentes na escola primária não apresenta grande gravidade, ele é, na verdade, o germe de um futuro comprometedor.

Em grande parte, os repetentes não atingem o fim do curso primário. Quando não é a idade que os impede de continuar os estudos por

atingir o limite legal, é o desânimo que apoderando-se deles, os vence moralmente para os trabalhos escolares.

Qual a causa que concorre para a reprovação?

Examinando-se o problema dos repetentes no curso primário, poderemos agrupar três ordens de fatores que contribuem para isso.

São eles: de ordem social, de ordem pedagógica e de ordem psicológica.

O FATOR SOCIAL

É grande a influência do meio na formação do indivíduo. Seja no lar, na rua ou na escola, a criança aprende sempre.

As condições da família contribuem em maior parte a formação moral e intelectual do indivíduo. Quando os pais não têm essa formação suficientemente desenvolvida para tomar conhecimento da sua responsabilidade na educação dos filhos, não se preocupam bastante com a situação destes na escola.

Não acompanham o evoluir do aprendizado, e só tomam conhecimento dos estudos do filho, quando, ao finalizar o an escolar, têm notícias da reprovação.

Muitas vezes, a escola é, para certos pais, uma espécie de instituto disciplinar, porque eles acham que só há descanso no lar quando os filhos estão sob o controle do professor.

Chegam mesmo a desejar que as crianças repitam o ano para ficarem mais tempo em tal prisão. Outras vezes é o ambiente do lar que não oferece um grau de cultura suficiente para ajudar a escola na sua tarefa educativa. Ora é a falta de recurso para dar o suficiente à família, ora é a falta de sociabilidade pela deficiência de educação.

Muitas vezes as crianças estão habituadas a ver cenas dolorosas no lar, e não têm, por isso, o estímulo que se faz preciso para aprimorarem suas qualidades, e os maus instintos vão se desenvolvendo.

A escola recebendo tais elementos, além de lutar contra a ignorância tem que lutar também contra essa ambientação perniciosa para o educando. Como poderá ser resolvido esse problema?

Como tornar o ambiente do lar favorável ao aprendizado?
Só por um contato mais íntimo entre a escola e a família.

Era necessário que se fizesse uma tal aproximação por ocasião das festas escolares e que tais festas fossem aproveitadas para um serviço de catequese do lar pela escola.

As associações de pais e mestres não resolveram o problema dessa aproximação porque não passaram ao terreno da prática. A sua existência foi toda nominal.

O FATOR PEDAGÓGICO

Outro aspecto da questão é o pedagógico.

É tão alarmante o problema das reprovações na escola primária, que o termo "reprovado" foi banido da linguagem oficial, para adotar-se o de "conservado". A côr da pilula, entretanto, não altera o sabor da droga. Talvez esse termo seja mais expressivo mesmo, para designar um produto fabricado pelo meio social.

São do Anuário do Ensino de 1936-1937 os dados seguintes:
“Porcentagem de aprovação nas escolas primárias estaduais em 1930: 63, 85%; em 1936: 68,13%, a maior registrada até esse ano em nosso ensino primário.”

Pelos diferentes graus do ensino, o resultado foi o seguinte:

Primeiro grau	57,44%
Segundo grau	75,50%
Terceiro grau	67,87%
Quarto grau	88,89%

Lê-se, a seguir, no referido Anuário:

“Continúa o primeiro grau a ser a grande barreira do ensino primário, pois, dos 187.350 alunos da matrícula efetiva desse grau, só 107,578 lograram promoção, para a classe seguinte.

O fato merece a maior atenção por parte dos administradores escolares e, convem dizê-lo também dos professores das escolas normais, que preparam os novôs elementos do magistério primário.”

Por essas palavras vê-se que o problema exige muita atenção. Para o encarminharmos á uma solução que apresente probabilidade de êxito, seria de necessidade que as classes, de repetentes fossem selecionadas por meio de testes especiais, adotando-se, a seguir, um programa que estivesse á altura da classe. Seria o caso de tratá-los como retardados, uma vez que não apresentam possibilidades de acompanhar os demais colegas.

Organizada a classe, organizar-se-ia um programa reduzido que abrangesse cálculo, leitura, linguagem e noções de geografia e história, porque, se eles não atingem o nível dos programas atuais é razoavel que ponhamos o programa ao nível de suas mentalidades.

Para dar-lhes destreza ou agilidade introduziríamos a ginástica e os jogos como complemento de suas atividades na escola.

Neste particular da seleção de classes ainda estamos em atraso frente as republicas do continente.

Há mais de três lustros a nossa vizinha do Prata organizou cursos dirigidos por especialistas na matéria, destinados á habilitação de professores para crianças de idade escolar, classificadas como atrasadas nos estudos ou anormais de inteligência.

As nossas reformas, que se dizem do ensino, não têm passado de reformas da burocracia do ensino. A respeito de ensino, mesmo, pouco se tem feito.

FATORES PSICOLÓGICOS

Quão oportunas são estas palavras proferidas, em brilhante conferencia, pelo Dr. Pacheco e Silva a mais de um decênio:

“Para a saúde de mente há necessidade da saude do corpo, mas a saude do corpo também está na dependencia da saude do espirito.

Quem poerá negar a influência do moral sobre o físico

E repetindo palavras de Toulouse, continua:

“Toda civilização repousa sobre o cérebro e na organização atual, de grande e rápido progresso, torna-se cada vez mais difícil a adatação do indivíduo ao meio, o que faz a higiene mental tão importante quanto a higiene física.”

A higiene mental tem por objetivo não só regularizar e fortalecer as funções intelectuais, afetivas e morais do homem, mas também combater as causas determinantes das perturbações psíquicas.

Porque não pesquisamos as causas das reprovações verificando o grau de desenvolvimento mental das crianças?

Talvez o ensino esteja sendo feito de modo a lhes sobrecarregar as faculdades intelectuais, o que seria contraproducente.

As emoções na infância são tão prontas quanto intensas e devem, portanto, ser evitadas.

Muitos erros de educação mal orientada permanecem produzindo funestos resultados por toda a vida.

A tendência moderna é classificar as crianças em três grupos: super-normais, normais e sub-normais.

Em muitos países já se cuida da educação dos super-normais e sub-normais por métodos adequados.

Para o ensino dos sub-normais indicam o repouso cerebral por meio de intervalos no trabalho, substituição de determinadas tarefas pela emulação e finalmente a instituição de uma "ficha psicológica" acompanhando a "ficha médica" de cada aluno.

Não será o caso de voltarmos as nossas vistas com mais atenção para os nossos repetentes, afim de constatar-mos se de fato não existe aí um retardamento intelectual?

Se chegarmos a essa conclusão, apliquemos o método adequado porque só assim poderemos chegar ao resultado desejado.

CONCLUSÕES

1 — Maior colaboração entre o lar e a escola de modo a dar aos pais a noção exata do papel que a escola representa, como continuadora da educação do lar e da necessidade de colaboração dos mesmos com a escola, afim de que esta preencha sua missão.

Realizar-se-iam reuniões festivas com o comparecimento dos pais, que seriam os homenageados.

2 — Verificação das causas de reprovação, indagando-se antecedentes hereditários, organizando-se testes de aprendizado e de cultura, afim de se estabelecer uma ficha psicológica.

3 — Adoção de um programa reduzido, de acôrdo com o nível mental verificado, compreendendo intervalos para descanso, entre as aulas, e, como complemento dos trabalhos escolares, a ginástica e os jogos para destreza e agilidade físicas.

AFECÇÕES DENTÁRIAS E O PROBLEMA DOS REPETENTES

Profa. BEATRIZ ALBUQUERQUE VAZ
S. Paulo

CONCLUSÕES

I — Pela estatística organizada pela Inspetoria Geral do Serviço Dentário Escolar, verifica-se que a percentagem da carie entre os repetentes é significativamente maior que entre os demais escolares.

II — Pelo exame radiográfico realizado no Departamento de Raios X do Serviço Dentário Escolar, verifica-se que é também maior a frequência dos focos de infecção dentária entre os repetentes.

III — A odontalgia prejudica a frequência do escolar as aulas, perturbando seriamente o rendimento escolar.

IV — As afecções dentárias são, entre outros, um dos grandes fatores, que contribuem para a verificação da repetência dos escolares.

V — Nos Serviços Dentários Escolares, devem ter preferência no tratamento os alunos repetentes.

G O P H E
E P H E

O CINEMA, A SAUDE E O REPETENTE ESCOLAR

Prof. JOSÉ DE OLIVEIRA ORLANDI

S. Paulo

CONCLUSÕES

Depois desse longo caminho pelos estados do cinema somos levados a tirar as seguintes conclusões:

O cinema deve ser utilizado na sua condição de auxiliar do professor.

É indicado de preferencia para escolares de preguiça mental, para os sobrecarregados com trabalhos extra-escolares, para os fracos de memoria, para os de compreensão precaria, para os instaveis, os retardados, superexcitados e certos anormais; como elemento compensador dos programas pesados; dos maus doentes, etc.

O cinema pelo choque e persistencia, ativa as reações neuro-psiquicas; ocupando certos centros proporciona salutar descanso a outros evitando a paralisação do trabalho excretor das células cerebrais; restringe a distração nos limites dos fotorâmas, pelos diversos recursos técnicos; aprofunda e consolida a impressão, tornando-a indelevel e duradoura; restabelece élos dos assuntos e facilita a sua apreensão no todo ou nas partes principais; dá excelentes resultados associado a outros elementos graficos ou de projeção luminosa fixa.

O cinema às vezes substitue a visão dirêta das cousas, outras melhora com o auxilio de desenhos animados.

Convem utilizar nas escolas o cinema de 16mm. por motivos economicos uma vez que os seus recursos técnicos são identicos aos de 35mm; maior facilidade no seu manejo; mas facil a feitura dos filmes.

Os aparelhos projetores devem ser os aprovados pelo Departamento da Educação principalmente os Kodak pelo seu acabamento e nitidez da projeção.

Aconselhamos a criação na Secretaria da Educação, de um serviço de cinema que pode ser junto a um de rádio para feitura de filmes educativos e pedagógicos; para o trabalho de pesquisa a respeito da influencia cinematografica sobre o escolar, sob todos os aspêtos: para a realização de inqueritos e experiencias com o fim de se ter a mão e acompanhar os resultados da aplicação do cinema na escola.

PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Prof. HÉRCULES M. FLORENCE

S. Paulo

NOTA: O congressista prof. Hércules M. Florence, do Ginásio do Estado, em S. João da Boa Vista, desenvolve o seu trabalho em torno dos fatores pedagógicos, sociais, médicos e psicológicos, para concluir com esta interrogação: Porquê a maioria dos alunos que repete o 2.º ano primário vai se esbarrar no 3.º ginásial?

PROBLEMAS DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Profa. NEYDE PERES PASCHOAL

S. Paulo

NOTA: Desenvolve a congressista sua tese em torno dos "erros psicológicos do desconhecimento da constituição psíquica de cada criança, falta de assistência médica e falta de relação entre família e escola."

EPH

PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

(Os fatores familiares)

Dr. JOÃO MENDONÇA O PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

(Os fatores familiares)

Dr. JOÃO MENDONÇA

Do Hospital Juliano Moreira e Ambulatório Franco da Rocha.

O problema é muito amplo e, por isso, convém estudado por partes. É mesmo muito necessária a casuística, uma vez que cada caso é, um, semelhante a muitos outros, mas com aspectos individuais, de todo diversos. Exemplifique-se: *A* é repetente, motivado pela causa principal de seu progenitor ter sido envolvido em homicídio e as lides processuais terem feito convergir para o chefe inutilizado todas as preocupações do lar; *B* é repetente, provocado pelo desquite entre progenitores, com a consequente angústia e desamoramento de tudo; *C* é repetente porque um acidente no trabalho da genitora, arimou a prática dos deveres escolares; *D* é repetente, por via de que, desempregado o pai, foi necessário utilizar, provisoriamente, o escolar, para empregado; *E* é repetente, porque hospede de região inhospita, a seca tudo consumia, infernalmente; *F* é repetente, motivado pela vida obrigatoriamente dissoluta da mamã; *G* é repetente, propiciado pelo nervosismo da Vóvó, que, em mecanismo de projeção, maldiz do sistema educacional e, assim de mudança em mudança, vai atrasando o netinho; *H* é repetente porque papai enviuvou e é mistér alguém que tome conta do irmãozinho menor; *K* é repetente, coadjuvado pela mamã que quis pô-lo em colégio *chic* e, quando falta isso ou aquilo, não o manda à lição; *L* é repetente, através do alcoolismo crônico do irmão mais velho, revolucionador da regularidade doméstica.

Chega de exemplos. Esse material, nada irreal, mas dolorosamente concreto, através das observações, esclarece bem a variabilidade dos motivos sociais que cream, de si sós, o fenômeno dos repetentes nas escolas primárias. Destaquem-se, porém, esclarecidamente, os fatores.

FATORES FAMILIARES

A Escola, que substituiu o lar, com os progressos educacionais, nos mistéres da instrução, sofre profundamente com o lar desajustado. A influência é frizante no problema dos repetentes. O Serviço Social da Assistência a Psicopatas e Higiene Mental, através dos seus órgãos mais importantes, o Hospital Juliano Moreira e o Ambulatório Franco da Rocha, prossequindo estudos iniciados no Instituto de Criminologia, tem uma farta casuística a respeito.

O entendimento familiar facilita o ajustamento dos filhos e, roto, impede a adaptação regular do menor em sua maior experiência social, a

Escola: frequência irregular, falta de execução dos deveres, complexos afetivos, duplicidade disciplinar, desvarios de autoridade. O lar, regularmente constituído, é outra condição ao bom aproveitamento escolar. Assim, é frequente na história familiar dos referidos repetentes, a mãezinha que divide o seu tempo entre os encargos filiais, e as aventuras galantes, ou um pai que também, a tais esportes, se dedica.

Uma família sem pai é farta vez, causa de atrasos pedagógicos, sabido como a transferência e a multiplicação de responsabilidades são óbices sérios para certas mulheres, não habituadas a arcar, com o cérebro ou com os músculos, todas as necessidades educacionais dos filhos. O mesmo acontece com os filhos de viuvo: ao homem, habitualmente assoberbado com a luta extra-familiar, não sobra tempo suficiente para a coadjuvação educacional.

A família com muitos filhos, próximos, também é fator de desajustamento escolar de alguns: um dia, doença de um; noutro dia, a sessão do dentista para outro; farta vez, o atropelo dos deveres de tantos, é maior a tormenta quando a nau é avantajada. Os filhos tardios sofrem também a má influência do avançado da idade dos progenitores, assim menos capacitados, pelo gasto do vigor físico-mental, de bem atenderem à tarefa cansativa de prolongadores da escola, na missão completa e harmônica de entrosadas as atividades de pais e educadores.

As famílias com um filho único têm, tanta vez, o mesmo efeito que a muito numerosa: crea-se uma situação de mimo exagerado, um retardamento e demasiada fixação afetiva, que retém a criança no lar, com ferimento à frequência ou ao aproveitamento escolar.

Os casais de segundas núpcias constroem, tanta vez, o descaso para os filhos do primeiro casal donde o desamparo e o desinteresse, motivadores do atraso escolar.

A saúde combalida dos pais, ou parentes, é outro motivo para as irregularidades escolares dos filhos: a doença absorve todos os cuidados, de modo que as preocupações escolares ficam em plano descuidado.

A progenitora, empregada de fábrica ou de qualquer outro mister que a afaste do lar, descarta inevitavelmente das suas obrigações para com os filhos, e daí, pela ausência da cooperação familiar, o repetente.

A precariedade do Serviço Social nas Escolas, também concorre para o fenômeno do atraso escolar.

Se faltoso o aluno, ou despreocupado dos deveres, o Serviço Social fosse, de início, à família responsável, devidamente organizado o questionário esclarecedor (o de Mary Ridemond, por exemplo, adaptado ao nosso meio), e verificasse a razão do atraso, certo os desajustamentos sanáveis seriam remediados.

É também ilustrativa a seguinte nota clínica, de minha autoria.

Numa observação psico-sociológica, respeito a um rumoroso caso de peculato, sempre com a preocupação de olhar os assuntos com a poli-dimensionalidade desejável, foram anotadas facetas muito interessantes de observação, entre as quais quero salientar um que, a talho de foíce, se impõe, agora minudentemente apreciado, por tratar-se de um repetente na escola primária, mercê de circunstâncias familiares psicológicas e psico-patológicas, de pról.

J nasceu de um casal de primos irmãos. Como era costume nas famílias que hoje são chamadas grã-finas, os casamentos assim se realizavam, com muita frequência.

O progenitor passou por normal toda uma vida, para essa imensa legião da meia-ciência, que só admite como perturbação mental o fazer asneiras.

Ora, Eugênio Dubois em 1897, na ignorância das pesquisas de Manouvrier, estabeleceu uma relação interessante entre o peso do encéfalo e o peso somático, dizendo respeito às funções intelectuais do indivíduo. Mediante sua fórmula matematicamente correta, tornou-se possível o cálculo do que hoje chamamos o *índice de cefalização* ou *índice do valor cerebral*.

Toma Dubois dois animais de espécies vizinhas e que possam ser equiparados do ponto de vista das faculdades da inteligência. Sendo S e S' os respectivos pesos somáticos e E e E' os pesos dos encéfalos, na equação

$$\frac{E}{E'} = \frac{S}{S'} r$$

qual o valor de r ?

Operando sobre diversos pares de animais, escolhidos dentro do critério assinalado, o pesquisador holandês chega à conclusão de que o valor de r (a que denomina expoente de relação) varia entre limites estreitos ou seja, entre 0,54 e 0,58, podendo ser igualizada à média aritmética — 0,56.

É justamente a relação existente entre o peso do encéfalo e o peso somático, elevado à potência 0,56, que constitui o *coeficiente de cefalização* de Dubois:

$$C' = \frac{E}{S}^{0,56}$$

Dessarte, conhecido o peso de um indivíduo bem como o do respectivo encéfalo, chega-se ao conhecimento do seu índice de cefalização, resolvendo-se uma simples equação exponencial.

Em se tratando do vivo, obtem-se pelo cálculo, no que respeita ao peso do encéfalo, um resultado aproximado, não de desprezar, de vez que se reporte a séries numerosas.

O índice de cefalização apresenta na infância valores máximos e diminui com o decorrer dos anos, descendo no adulto a 2,73 em um e outro sexo, aí estacionando. Se, como insinua Manouvrier, é lícito admitir-se que na massa encefálica ou mais precisamente na substância nervosa desta massa, existem pelo menos duas porções funcionalmente distintas, uma adstrita às faculdades intelectuais e outra predisposta à inervação somática, é de ver-se que o índice de cefalização culmina justamente no período em que a massa encefálica apresenta o desenvolvimento máximo em relação à massa somática. Este período de potencial ótimo para a aquisição dos conhecimentos a serem utilizados por todo o resto da existência do indivíduo, coincide no homem com o da idade escolar.

Esta ligeira exposição explica razoavelmente os motivos que nos levaram a experimentar o *índice de cefalização* como pedra de toque em um novo método de homogeneização das classes.

Para pô-lo em prática, quais os elementos requeridos? O peso somático e o peso do encéfalo. É claro que somente este implica em dificuldade séria, removível entretanto, pelo cálculo, consoante as fórmulas de todos conhecidas.

Atendendo a que a densidade do encéfalo é no homem adulto de 1.040 e ainda menor na criança, na qual mais se aproxima da unidade,

e levando-se em conta que o espaço ocupado pelos ventrículos e não preenchidos pela massa encefálica, não será grande o erro se, nos escolares, se tomar o número indicador da capacidade crânica em centímetros, como indicador também do peso do encéfalo em gramas. E se erro houver, como se trata de um confronto de séries, não influirá êle nos resultados finais, visto não se ter em vista o cálculo de valores absolutos, mas de relações de valores.

Destarte calculámos no ano próximo passado o índice de cefalização de 2.888 crianças, tôdas da segunda série primária, com frequência no Campo Experimental, e classificámo-las em três grupos, *alfa*, *beta* e *gama*, de acôrdo com as seguintes bases:

Grupo <i>alfa</i> —	índice de cefalização compreendida entre	x	e	4,35
" <i>beta</i> —	" " " " " "	"	"	4,34 e 3,80
" <i>gama</i> —	" " " " " "	"	"	3,79 e x

Por motivos óbvios não foi possível distribuir todos os escolares por classes assim homogenizadas. A experiência, todavia, não ficou de todo perdida; sempre nos foi dado indagar, dentre os escolares, cujo índice de cefalização havia sido calculado, quais os que lograram promoção à série imediatamente superior, dentro dos três grupos, *alfa*, *beta* e *gama*.

Assim, no Colégio "REPÚBLICA DA COLÔMBIA", aliás um dos poucos em que a homogenização se verificará de acôrdo com o critério pre-estabelecidos, o aproveitamento dos pequenos estudantes merece de fato uma menção especial: sua porcentagem de promoção da 2.^a série para a 3.^a série foi respectivamente de 94, 79 e 73% para os três grupos, *alfa*, *beta* e *gama*, isto é, tanto mais elevada, quanto mais alto o índice de cefalização.

Na Escola "MANOEL BONFIM" os resultados foram ainda mais concludentes: lograram promoção 100% dos alunos classificados no grupo *alfa*, 91% no grupo *beta* e apenas 66%, no grupo *gama*.

Finalmente, do rápido apanhado que fizemos nas listas de promoções, é de vêr-se que os alunos aprovados assim se distribuam, no que toca ao índice de cefalização:

<i>Alfa</i> —	75,1	promovidos
<i>Beta</i> —	71,2	"
<i>Gama</i> —	71,0	"

Esses resultados unilaterais, de vez que as classes na realidade não foram homogenizadas, parecem ainda assim demonstrar que o índice de cefalização de Dubois de algum modo corresponde na prática às deduções teóricas do pesquisador holandês.

CONCLUSÕES

1.º) O coeficiente de cefalização de Dubois, sendo um índice do valor cerebral, explica porque em uma dada classe, nem sempre os escolares mais idosos são os que mais rápidos progressos realizam.

2.º) Por mais forte razão, explica ainda as dificuldades do adulto na aquisição de conhecimentos, que a criança apreende sem maiores esforços.

3.º) A homogenização das classes pelo índice de cefalização, teria a vantagem de ser puramente objetiva.

atos indiscutivelmente loucos, no juízo de todos, inclusive dos loucos. Mas se não era louco, possuía, indubitavelmente, e até onde podem ir as argúcias de uma visada retrospectiva, fenômenos claros de ser um delirante da família imensa dos paranoides. Nota desse paranoidismo, que interessa ao caso vertente, é a do delírio ambulatório. Assim é que, aos 40 anos, período da vida onde costumam surgir ou piorar as manifestações delirantes, conseguiu uma série de transferências para o exercício das suas funções públicas. O número dessas transferências, no período de 10 anos, chegou até oito! Por essa razão, *J* obrigado a acompanhar o seu progenitor, repetiu uma série de anos os cursos da aula primária, escalando-os por longo decênio.

Assim ficam compendiadas várias observações pessoais, com que se documenta a importância do fator doméstico ou familiar na origem dos repentes das escolas primárias.

CONCLUSÕES

- 1.º) É muito amplo o problema dos repentes na escola primária.
- 2.º) Como em qualquer fenômeno humano o problema dos repentes reconhece, sempre, duas ordens de fatores: os sociológicos e os psicológicos, ora dominantes os da esfera social, ora prevalentes os do quadro individual.
- 3.º) Entre os fatores sociológicos, que mais relações guardam com o problema desses repentes, estão os familiares.
- 4.º) Os inquéritos produzidos pelo Serviço Social de Assistência a Psicopatas e Higiene Mental mostram o valor desses fatores domésticos.

G O P H E
E P H E

O ÍNDICE DE CEFALIZAÇÃO NA HOMOGENIZAÇÃO DAS CLASSES

Dr. BASTOS DE ÁVILA

Chefe do Serviço de Antropometria do Centro de Pesquisas Educacionais — Rio.

Admite-se pacificamente que a homogenização racional das classes não deixa de interessar muito de perto ao problema dos repetentes nas escolas primárias.

O SERVIÇO DE ANTROPOMETRIA DO CENTRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS, de há algum tempo a essa parte, vem realizando uma série de indagações em torno dessa questão, tomando como ponto de partida os dados objetivos fornecidos pelas medidas diretas da cabeça e consequentemente do encéfalo.

Deve-se a Manouvrier em 1885 a hipótese sugestiva de poder-se considerar a massa encefálica como constituída por duas quantidades i e m , esta em correspondência com a inervação somática e aquela com o exercício da inteligência. Assim sendo, uma vez conhecidos o peso encefálico e o peso somático de dois ou mais indivíduos de inteligência aproximada e pertencentes à mesma espécie, não seria difícil o cálculo de i e de m , para cada um dêles.

Adverte, entretanto, Manouvrier que o peso somático diz respeito à totalidade do indivíduo e não a sua parte ativa, com exclusividade, a que interessa no caso. Por êsse motivo, e atendendo ainda à circunstância de ser a motricidade a principal função não diretamente intelectual do cérebro, prefere levar em linha de conta, não o peso somático propriamente dito, mas o peso do fêmur, cujo desenvolvimento corre paradas ao do conjunto do esqueleto.

Dentro dessa ordem de ideias, pressupondo-se dois grupos de indivíduos de igual inteligência, mas diferindo quanto ao peso somático, poderemos armar a seguinte proporção, dado que E e E' representem os pesos médios do encéfalo, e F e F' os dos fêmures:

$$\frac{m}{F} = \frac{E - E'}{F - F'}$$

De onde se deduzirá:

$$m = \frac{F(E - E')}{F - F'}$$

Obtido o valor de m , chega-se ao de i , mediante uma simples subtração:

$$i = E - m$$

TEMA VII

Relator — Dr. DURVAL BELEGARDE MARCONDES

(Chefe do Serviço de Higiene Mental da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar).

O Primeiro Congresso Nacional de Saúde Escolar recebeu, no que se refere ao seu tema VII, — higiene mental nos meios escolares — grande quantidade de contribuições, que bem atestam o grande interesse que tal assunto desperta entre nós. Na impossibilidade — condicionada à limitação do tempo para leitura deste relatório — de resumir o conteúdo e mesmo as conclusões de cada um desses trabalhos, salientarei apenas duas afirmativas que me parecem traduzir as tendências principais não só das teses em geral, como também das discussões por elas proporcionadas. Nesse propósito tomo como ponto principal de referência a interessante tese de autoria do ilustrado congressista Prof. Dr. Raul Bittencourt intitulada “Psiquiatria Infantil e Saúde Escolar” não porque as demais teses não mereçam igual destaque, mas porque o trabalho do ilustre representante do Distrito Federal, sobre ser claro e conciso, traduz, por uma feliz coincidência, as diretrizes teóricas e práticas de grande número das demais teses apresentadas.

A apreciação, no seu conjunto, das teses e dos debates referentes ao tema VII sugerem as conclusões seguintes:

1 — *Educação e Higiene Mental são problemas estritamente ligados. O psiquiatra tem na escola e no professor uma das armas principais na luta preventiva contra as doenças principais.*

Em sua tese apresentada ao Congresso, o Professor Dr. Plínio Olinto afirma: “é na educação que se funda todo o trabalho da profilaxia mental”. Opina que “o serviço de Higiene Mental deveria organizar-se como uma divisão do Departamento de Educação”.

O Professor Dr. Raul Bittencourt diz em sua tese: “o problema psicológico da educação inclui o da saúde mental, tanto no ponto de vista preservativo, quanto no restaurador ou curativo.” E acrescenta: “Não há, pois, entre educação e medicina do espírito nenhuma diferença fundamental”. Apenas a primeira se extrema no sentido de conservar a saúde do psiquismo e desenvolvê-lo e a segunda em restaurar a saúde mental, quando perdida. Entre esses dois polos, contudo, fica uma zona comum à pedagogia e à medicina,

tão comum que dentro dela ninguém saberá responder onde está uma sem a presença da outra: é a higiene mental. É medicina porque, conhecendo as condições de saúde, trata de as conservar, para preservação da higidez psíquica; porque, conhecendo as causas mórbidas, cuida de as remover antes que irrompa a morbidez. E é também pedagogia porque zela pela saúde mental para que a personalidade se desenvolva psicológica e socialmente, porque evita as doenças do espírito para assegurar a normalidade da conduta e, conseqüentemente, a eficácia do indivíduo na cooperação social". Diz ainda que "nenhum educador digno de tal nome poderá prescindir de conhecimentos básicos e exatos acerca da medicina mental" e que "nenhum serviço de caráter educacional que, além do professor pede o concurso da medicina, poderá prescindir do psiquiatra especializado". Nas conclusões de seu trabalho, afirma o ilustrado congressista: "Não há limite preciso entre educação e medicina mental e o pedagogo deve ter a cooperação permanente do psiquiatra.

Essas diretrizes estão de acordo com a orientação do Governo de São Paulo, que instituiu, em momento oportuno, um serviço de higiene mental ligado ao aparelhamento de ensino. A experiência desse serviço, expressa em diversos trabalhos apresentados ao Congresso, reafirma a importância do professor e da escola na solução dos problemas de higiene mental.

2 — *Os fatores psico-sociais são de mais alta importância na gênese dos distúrbios mentais. A necessidade de agir sobre as condições desfavoráveis do ambiente — sobretudo do ambiente familiar — faz ressaltar a grande significação do agente social psiquiátrico nos serviços de higiene mental da criança.*

Em seu trabalho apresentado ao Congresso diz o prof. Dr. Raul Bittencourt: "Ao lado das causas físico-biológicas, existem causas psico-sociais importantíssimas, capazes, por si só, de determinarem distúrbios mentais no adulto e na criança, revelados nesta última principalmente em desajustamentos escolares". A Dra. Helena Antipoff assim se exprime em sua tese: "A higiene mental nos meios escolares não poderá dar os resultados desejados sem que haja um contacto bastante estreito entre a escola e a família".

O Congresso pôs, assim, em face duas instituições de grande importância na higiene mental, às quais se refere o Prof. Dr. Raul Bittencourt numa das conclusões de sua tese. Diz ele: "Não é possível à escola zelar pela saúde mental dos alunos sem o concurso dos pais através de um duplo movimento: centrípeto, por meio de

“círculos de pais” e centrífugo, por intermédio de “visitadoras sociais”.

A importância do papel da visitadora social psiquiátrica na higiene mental escolar foi examinada na tese apresentada por uma das visitadoras da Secção de Higiene Mental Escolar de São Paulo, Professora Virgínia Leone Bicudo, que assim termina seu trabalho: “Da exposição feita conclue-se que, em face da imensa tarefa da visitadora social psiquiátrica, cujo papel na higiene mental é de grande importância, deve ser aumentado seu número entre nós e generalizada, quanto possível, sua utilização. Os cursos de especialização, já previstos em São Paulo na Lei que criou a Secção de Higiene Mental Escolar, devem ser definitivamente organizados, criando-se os recursos necessários à sua efetivação”.

Nessas conclusões podem ser sintetizados os conceitos comuns a grande parte dos trabalhos apresentados. Outros assunto, de ordem especial, foram também objeto de exposição e de debate. O interesse por eles despertado traduz o grande apreço que a higiene mental é tida em nossos meios médicos e educacionais.



AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NA CLÍNICA DE ORIENTAÇÃO INFANTIL DE SÃO PAULO

Dr. DURVAL MARCONDES
(Chefe)

Dr. JOÉ ARRUDA
(Médico Psiquiatra)

Difícil tarefa é a de avaliar os resultados obtidos numa clínica de orientação infantil. Conforme salienta Elise H. Martens (1, pag. 2) "no terreno da conduta da criança, como em toda pesquisa sociológica, uma prova tangível da eficiência de um determinado programa é, infelizmente, difícil de se conseguir. O campo da pesquisa sociológica é sempre cheio de embaraços desconhecidos para as ciências naturais". Stevenson e Smith (2, pag. 146) afirmam, do mesmo modo, que "por mais que o técnico da clínica quiera ter precisão científica, ele não pode, exceto, em casos raros, justificar suas afirmações pelos métodos do biólogo, que verifica suas hipóteses através da experiência controlada do animal de laboratório". E dizem, mais adiante (pag. 147): "A complexidade do síndrome típico num caso de orientação infantil, torna extraordinariamente difícil ser dogmático acerca dos resultados do tratamento e, na ausência duma experiência controlada, há sempre a possibilidade de que aquilo que parece ser melhor, acontecesse, de modo aproximado, mesmo sem nenhuma intervenção".

Stevenson e Smith (pag. 148), se referem à subjetividade e à falta de uniformidade na classificação dos resultados pelo pessoal da clínica, concluindo que, enquanto o método de avaliação não tenha sido aperfeiçoado e padronizado, as estimativas não podem ser encaradas como estatisticamente importante, valendo principalmente "porque a clínica precisa dar alguma espécie de satisfação ao público e não se idealizou outro meio melhor".

Várias publicações têm sido feitas, nos Estados Unidos, afim de expôr os resultados obtidos nas clínicas de orientação infantil. Segundo os mesmos Stevenson e Smith (pag. 148), os casos rubricados como "sucesso" e "sucesso parcial" abrangem usualmente mais de três quartos do total (com o grupo de "sucesso parcial" em considerável maioria sobre o de "sucesso"), enquanto que os "insucessos" contam menos de um quarto.

A investigação levada a efeito nas escolas públicas de Berkeley, na Califórnia, e relatada por Elise H. Martens (1) tem especial interesse pelo fato de se ter procurado estabelecer uma comparação entre os resultados dum grupo de casos-problema tratados numa clínica de orientação infantil e dum grupo-testemunha formado de igual número de alunos da mesma idade, sexo, inteligência e grau escolar, os quais não apresentavam problemas dignos de especial atenção, sendo considerados como crianças perfeitamente normais. Além disso, ambos os grupos foram

comparados com outro grupo-testemunha, este constituído de casos-problema, os quais, por circunstâncias particulares, não tiveram nenhum cuidado clínico, mas apenas aqueles habitualmente proporcionados pela escola. Dois anos após, verificou-se uma significativa melhora nos casos-problema que haviam estado sob tratamento clínico, enquanto que o grupo-testemunha, composto pelos casos que não ofereciam problemas dignos de nota evidenciou sensível piora, pelo aumento das manifestações indesejáveis. O grupo-testemunha dos casos-problema não tratados da clínica permaneceu praticamente como antes.

Também de alto interesse é o material exposto por Newell (3, pag. 371) e constituído por casos-problema da clínica de orientação infantil em conexão com o sistema escolar de Cleveland. Num total de 72 casos, 26 revelaram melhora acentuada, 31 melhora discreta e 15 não apresentaram melhora alguma. Afim de estimar a importância da cooperação da escola como fator nos resultados obtidos, foi considerado separadamente um grupo de 20 crianças matriculadas em seis daquelas escolas que melhor acolheram as sugestões da clínica. Para contraste, foram postas em foco 12 outras crianças das seis escolas que mostraram menos espírito de cooperação. Das 20 primeiras, 13 tiveram melhora acentuada, 5 melhora discreta e 2 melhora nula. Em relação às outras crianças, os algarismos correspondentes foram 2, 6, e 4, o que mostra a importância da cooperação escolar no trabalho da clínica de orientação infantil.

Nos quadros I e II apresentamos um resumo dos resultados obtidos na clínica de orientação infantil mantida pela Seção de Higiene Mental Escolar subordinada à Diretoria do Serviço de Saúde Escolar de São Paulo. Esse estudo abrange os casos matriculados de 1 de abril de 1939 a 30 de novembro de 1940, incluindo tão somente os que tiveram serviço integral, isto é, a ação conjunta do psiquiatra, do médico internista, da psicologista e da agente social psiquiátrica. Foram afastados todos os casos em que se apurou ser a deficiência mental a causa direta do problema. Uma vez que a avaliação foi feita em fins de março de 1941, metade de dois anos (no máximo) a quatro meses (no mínimo) o período de observação.

Foi adotado o seguinte critério na apreciação dos resultados: Consideram-se, no quadro I, como "sucesso" os casos que não apresentam praticamente mais nenhum problema, havendo, na época da avaliação, satisfatório reajustamento ao meio escolar e doméstico. "Sucesso parcial" significa que houve melhora apreciável, sem ter, contudo, desaparecido de todo o problema, ou que, no caso em que havia mais de um problema, ao menos um deles não foi resolvido, embora tenha sido atenuado. A rubrica "insucesso" corresponde aos casos em que não houve modificação, mesmo ligeira, de nenhuma das condições em foco. No quadro II, que registra os resultados por problema separadamente, as expressões "sucesso", "sucesso parcial" e "insucesso" traduzem o desaparecimento total, parcial ou nulo da manifestação em apreço.

A falta de uma nomenclatura cientificamente sistematizada para os problemas considerados no quadro II, nos obrigou ao emprego de uma terminologia heterogênea e pouco precisa, consagrada, porém, pelo uso geral. O item "conduta perturbadora na escola e no lar" abrange os casos de rebeldia, desobediência, indisciplina e outros desse gênero que não tenham merecido registro especial. O número de problemas expostos no quadro II excede o de casos constantes do quadro I, porque muitos destes apresentaram, como seria natural, mais de um problema.

Com as reservas decorrentes das restrições impostas pelas dificuldades da avaliação, esses dados tarduzem, de modo geral, as possibilidades da clínica de orientação infantil no reajustamento psíquico da criança-problema em nosso meio. Eles mostram que o rendimento prático até agora obtido justifica as melhores esperanças nesse tipo de organização, que assim se recomenda como a arma por excelência na higiene mental infantil.



UM PSICOTIPO MIXTO — AMBITÍMICO (*)

Sua importância em Neuropsiquiatria e na higiene mental do Educando

PELO DR. XAVIER DE OLIVEIRA

Doente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Psiquiatra chefe de Serviço do Hospital Psiquiátrico do Rio de Janeiro e membro do Conselho Diretor da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Chamamos — *Ambitímico* — a um psicotipo mixto, que julgamos encontrar, perfeitamente, caracterizado e, por isto mesmo, não se ajustando bem, nem a um nem a outro dos dois tipos psíquicos criados pela genial concepção de Kretschmer *ciclotímico* e o *esquisotímico*. Fazemo-lo após longos e acurados estudos da obra extraordinária do grande mestre de Mabung; e o fazemos, ainda, pela necessidade imperiosa de dar um nome a certos indivíduos, cujos caracteres psíquicos são de molde a impor-lhes um lugar ao lado dos dois outros psicotipos, clássica e, quasi, universalmente aceitos pelos biopsicologistas. Partindo da biotipologia, principalmente, do estudo dos tipos mixtos, com componentes somáticos múltiplos, de diferentes proporções, não encontramos uma correlação perfeita entre o seu soma ou, melhor dita, as suas linhas corporais e um qualquer dos dois psicotipos vislumbrados, delimitados e caracterizados pelo insigne mestre.

Longos anos de iterativa observação, assim como assistente da cátedra de Clínica Psiquiátrica da Universidade do Brasil, como, a seguir, em nosso Serviço no Hospital Psiquiátrico do Rio de Janeiro (Seção Morel) levaram-nos à conclusão de que uma grande percentagem de indivíduos se afasta, por suas características psíquicas fundamentais, dos esquemas concretos com que Kretschmer definiu os seus dois tipos temperamentais. Nossas convicções, neste particular, mais se acentuaram quando, continuando nossas observações, já agora, em outro vasto e, talvez, pouco explorado campo de ação, o Serviço de Neuropsiquiatria Infantil e de Endocrinologia do Instituto da Imaculada, estabelecimento preposto ao tratamento e à educação especializados de crianças retardadas mentais, deparamos com a necessidade imprescindível de classificar indivíduos, ainda em formação, de idade civil variando entre 4 e 15 anos e cujos caracteres psico-físicos, em plena evolução, mais difícil tornam, ainda, naturalmente, a sua localização biopsicológica. Não raro, impossível a fixação estável do seu biopsicotipo naquela fase da vida; e, mais frequentemente, impossível, também, enquadrá-los num dos dois tipos temperamentais da classificação kretschmeriana.

(*) A guisa de Nota prévia apresentada ao 1.º Congresso Nacional de Saúde Escolar. São Paulo — 1941.

Por mais dificultosa a tarefa nesse estágio da vida do indivíduo, mas insistimos em perquirir, na criança e no adolescente, de preferência ao adulto, os sinais ou sintomas com que chegamos à conclusão que esboçamos: neste trabalho, ou seja a existência do *psicotipo misto*, intermediário entre os dois outros e a que chamamos de — *Ambitímico*.

Não só, entretanto, no infante ou no jovem se verifica o fato, pois que até nossos estudos iniciais foram realizados em psicopatas adultos. Naqueles, porém, mais patente se torna a impossibilidade de classificá-los de acordo, apenas, com a escola de Mabug, que, nada obstante, a nosso entender, é mais completa de quantas existem nesta atualidade. Assim é que, mesmo pondo de lado nesses indivíduos em formação o que em sua parte somática corra por conta da verdadeira *revolução* orgânica que se porcessa nos pródromos e após a fase pubertária; descontando neles, embora, tudo o que possa correr por influência direta daquela *revolução*, não raro, com profundos reflexos para a esfera psíquica naquela mais importante etapa de sua transmutação biopsicológica; chegamos à conclusão de que, se, pelo seu soma, todos eles podem caber, ora, num, ora, noutro dos tipos somáticos de Kretschmer, de nenhum modo é possível enquadrá-los, com precisão, apenas, como *ciclotímicos* ou como *esquizotímicos*.

Por natural e lógico, os tipos somáticos mistos, em sua evolução para o psiquismo, como que reclamam um lugar intermediário, igualmente, mistos, entre os dois tipos temperamentais que podem ser considerados puros, classicamente, aceitos como tais. Si mais atentamente observados os fatos, verificar-se-á que a proporcionalidade desse *psicotipo misto* não é, talvez, menor que a dos tipos mistos somáticos, que ficam intermediários entre o *picnício* e o *leptosomático*, que se podem haver como os dois extremos da classificação que aceitamos. É como que um corolário indefinitivo do próprio soma do indivíduo, impondo-se, irresistivelmente, em seus reflexos, assim na formação temperamental como na fixação do caráter individual, de cuja soma e unidade harmônica resultam a personalidade. Esse fato, em si só, mais verdadeira torna, ainda, a própria doutrina de Kretschmer que, em resumo, se fundamenta na ligação, sempre existente entre o físico e o psíquico, entre o somático e o mental. Não nos podemos estender para além dos limites traçados a esta simples — *Nota prévia* — que aqui vai, apenas, como precursora de trabalho que prosegue em estudos demorados — repetimos — tanto em adultos, nos quais, primeiramente, assentamos as *nossas* observações, como, principalmente, em crianças e adolescentes, nos quais, atualmente, mais incidimos as *nossas* pesquisas. É que, nestes últimos, de acordo com o que temos verificado, a variedade do tipo misto de que aqui delineamos o esboço é mais facilmente observável, si bem que de não menos fácil mutação, ora, para mais, ora, para menos, não raro, evoluindo para os tipos puros — *ciclotímico* ou *esquizotímico*. Uma resultante lógica da própria maleabilidade inerente a uma personalidade que ainda não se fixou definitivamente. Nada obstante, e baseados em nossos estudos preliminares sobre o importante tema de que nos ocupamos, queremos aqui aventar algumas conclusões que ele nos induz a fazer com vistas aos altos objetivos deste Congresso:

1.^a) Existe um *psicotipo misto*, perfeitamente caracterizado por componentes oriundas dos dois outros tipos psíquicos da concepção de Kretschmer.

2.^a) Esse tipo psíquico misto se verifica, comumente, em indivíduos também somaticamente mistos, pertencentes a um qualquer dos biotipos intermediários da classificação kretschmeriana.

3.^a) Chamamos a esse psicotipo misto de — *Ambitímico* — pela natural filiação que lhe reconhecemos quanto aos caracteres que o formam, quase todos adquiridos dos psicotipos considerados puros, também da classificação do mestre de Madborg, ou sejam — o ciclotímico e o esquizotímico.

4.^a) Assim como o ciclotímico e o esquizotímico, o *ambitímico* tem uma importância capital, tanto para o diagnóstico clínico, nomeadamente na Neuropsiquiatria, como, igualmente, para a escolha dos métodos e processos a serem empregados com vistas ao seu reajustamento social ou à sua cura.

5.^a) É de capital importância para a Pedagogia a classificação do psicotipo do educando.

6.^a) Quando criança, em idade escolar, o *ambitímico*, não somente com vistas à escolha dos métodos e processos educativos a lhe serem proporcionados, mas, igualmente, objetivando-se a sua higiene mental nos meios escolares, reclama cuidados médico-pedagógicos de médicos e de educadores especializados e a serem tomados de acordo com os sintomas que se denunciarem através de seus caracteres psíquicos.



PSIQUIATRIA INFANTIL E SAUDE ESCOLAR

DR. RAUL BITTENCOURT

Rio

5 — TRÊS QUESTÕES PRÁTICAS

Resulta do que ficou dito ser indispensável que a assistência médica articulada com as escolas e já aceita como necessária ao funcionamento das mesmas não se limite à medicina somática e a orientar o desenvolvimento físico, mas se desdobre em serviços de caráter psiquiátrico para orientar cientificamente a solução médico-pedagógica das frequentes e multifárias anormalidades mentais entre escolares, desde os casos singelos de ologofrenia até os problemas mas complexos de neurose infantil.

Na realidade a neurose infantil aparece em casos muito mais numerosos do que até aqui se supunha, porque ela não é um fato novo, mas um *novo conceito* relativo a fatos secularmente observados: indisciplina, turbulência, apatia, terrores noturnos, fraude, furto, atraso em acompanhar a classe, hiperemotividade, retraimento do convívio com os colegas. Descontada a parada típica do desenvolvimento mental, debilidade, imbecilidade, idiotia, as demais manifestações de má escolaridade recebiam até há pouco um tratamento que poderia ser denominado *político*, isto é, como um problema de governantes (professores) e governados (alunos), devendo ser mantida a autoridade dos primeiros e forçada a obediência dos segundos, pela coação *policial* de vigilantes intimidadores, censuras asperas, queixas aos pais, suspensões, "deveres" intermináveis como castigos, verdadeiros *trabalhos forçados* na escola.

Há 150 anos Pinel desalquemou os alienados fazendo-os passar da esfera da criminalidade para a da medicina, mas só agora começa a se verificar esse movimento quanto aos *maus* alunos. Trata-se de substituir o conceito de alunos *intencionalmente* rebeldes, anti-sociais, *pequenos criminosos* pelo de escolares *neuróticos*, doentes, que em vez de serem reprimidos em seus propositos, precisam ser *curados* de seus males. Assim como os hospitais não se podem livrar dos doentes *graves*, porque são estes os que mais precisam de assistência, também, as casas de ensino não se podem eximir de educar as crianças e adolescentes *difíceis*, pois que precisamente são eles os mais necessitados de ação educacional. Uma escola não se engrandece por só possuir bons alunos, mas na medida em que *soluciona os problemas dos seus maus alunos*.

É mister, porém, salientar que, por mais importante que seja o papel do médico mentalista na educação, o professor será sempre a figura principal de um educandário. Tal como o médico somático orienta os exercícios ginásticos sem dispensar o professor de educação física, assim o especialista psiquiatra não poderá intervir sem o concurso do professor, que, em última análise, será o executor das providências psicoterápicas adequa-

das a cada caso, bem como o mais habilitado informante para o julgamento clínico do médico.

Isso exigirá que nas escolas de preparação de professores, de qualquer grau, os estudos de psicologia educacional transcendam das formas normais da mentalidade e forneçam aos futuros mestres as noções básicas necessárias à compreensão dos distúrbios psíquicos, especialmente das neuroses, segundo as recentes conquistas da ciência.

Além do estudo sistemático, será preciso, para que essa nova orientação se difunda e popularize, que médicos interessados nos problemas educacionais se articulem com os professores, ideológica e praticamente, em debates de casos concretos, em conferências de divulgação, em publicações que alcancem as esferas sociais não especializadas no assunto e que precisam compreender um mínimo para não se oporem obstinadamente à boa orientação médico-pedagógica. É o que tem feito há quase vinte anos a Liga Brasileira de Higiene Mental, atualmente sob a sábia e operosa presidência do Professor Henrique Roxo, assim como Ligas regionais de higiene mental em mais de um Estado do país e, mais recentemente, a Sociedade de Psicologia Individual do Rio de Janeiro, fundada em 1937 por Januario Bittencourt, seu atual presidente. O movimento, porém, precisa crescer em extensão e em profundidade, para que de prédua e conversão passe à realidade efetiva e aplicação habitual.

A outra questão prática a ser tratada aqui diz respeito ao ensino secundário. A preocupação da saúde escolar, entre nós, é bem mais antiga quanto às escolas primárias do que em relação aos colégios secundários. Esse fato está em função do movimento geral de renovação pedagógica no Brasil. Há dezessete anos que se nota em todo o país um grande movimento inovador no que respeita ao ensino, e que se iniciou coordenando os educadores na Associação Brasileira de Educação, assumiu a iniciativa de periódicas *Conferências Nacionais de Educação*, incentivou discussões doutrinárias, desenvolveu o gosto de escrever sobre temas pedagógicos e hoje exhibe uma plena florescência de bibliografia, de textos legais, de providências práticas.

Acontece, entretanto, que, não havendo até há pouco escolas que preparem professores secundários, nem carreira definida para o magistério do segundo grau, os educadores que se arremetiam nesse movimento eram geralmente professores primários e das escolas normais, de sorte que os problemas tratados, as doutrinas discutidas e as providências pleiteadas relacionavam-se principalmente com a educação primária. Pouco a pouco o movimento cresceu em profundidade e começou a reclamar a preparação de professores para o ensino secundário, o que só se tornou realidade, regulamentada em lei federal, a partir de 1939. O interesse renovador dos problemas educacionais marchou, pois, da escola primária para o colégio secundário. Só agora a educação secundária desperta nos pedagogos, médicos e administradores brasileiros uma atenção equivalente à que já existia com respeito aos problemas do ensino primário.

Eis porque o problema da saúde em geral nos colégios de segundo grau constitui tema novo e, quanto à saúde mental, novíssimo.

Práticas psicométricas, testes pedagógicos, anormalidade mental congênita, desordens psíquicas por desajustamentos sociais, substituição de castigos por soluções psicológicas, revisão dos currículos pelo critério das etapas do crescimento mental, apuração do rendimento escolar, ajustamento entre professores e pais de alunos — tudo o que já é realidade em grande número de escolas primárias e normais ainda constitui novidade a ser introduzida no âmbito do ensino secundário.

Essa limitação precisa desaparecer. A educação primária pode apresentar, à primeira vista, ser a mais importante, por ser básica e a mais extensa. Mas, um povo não se engrandece, apenas, pelo nível médio da massa, senão também pela altitude de seus pró-homens. E é pela educação secundária que se inicia a formação do escol de uma nacionalidade, que o ensino universitário estrutura e define. Gerais sem exércitos não fazem batalhas, mas exércitos sem gerais não criam vitórias. Já destruimos quase totalmente a ilusão de que alfabetizar era resolver o problema educacional brasileiro. Necessitamos agora compreender que, apesar da grande importância da educação primária e da nobre missão de seus mestres, ela é sómente *primária* e as responsabilidades de um povo incorporado, como o nosso, à corrente histórica de uma grande civilização, exigem educação de todos os graus, até os mais altos.

Tudo quanto se tem estudado, investigado, promovido, e praticado na escola primária e na criança, quanto a saúde mental, recursos higiênicos e psiquiátricos, precisa-se estudar, investigar, promover, e executar nos colégios secundários e no adolescente. As crianças têm privilégios sobre os adultos porque significam a antecipação do futuro, mas os adolescentes ainda não são adultos e pouco terá valido zelar pela saúde mental dos colegiais, se ela for abandonada aos conflitos e desencontros da vida, precisamente na crise da adolescência, entre aqueles que, através dos currículos secundários, disputam o ingresso nas Universidades, para se constituírem os líderes que hão de traçar o destino do Brasil.

A terceira questão de ordem prática que desejo aqui tratar refere-se ao desajustamento entre o núcleo escolar e o núcleo familiar. É fácil reconhecer uma imperfeita compreensão por parte das famílias quanto ao sentido profundo da educação e seus processos, desde que o aluno provenha de camadas sociais modestas e os pais que não frequentaram ou frequentaram mal a escola queiram conduzir mais além a educação de seus filhos. Isso, por si só não chega a determinar um desajustamento entre escola e família, uma vez que a falta de compreensão exata seja substituída pela fé na organização escolar, nos seus programas e mestres. Ora, é essa fé que, entre nós, está em crise. Todos reconhecem a necessidade da educação escolar e matriculam os filhos em casas de ensino, mas rezeiam ser enganados pela direção delas e pelos professores. Se o estabelecimento é público, desconfiam da negligência da administração e dos mestres, se é particular, desconfiam da exploração financeira. Essa mentalidade que se creou terá origem, sem dúvida, em alguns fatos reais, arbitrariamente generalizados, além de causas múltiplas de ordem social e próprias da época em que vivemos, como por exemplo o espírito de irreverência e rebeldia das classes menos cultas para as mais cultas. Há, entretanto, um outro fator no Brasil que não pode deixar de ser tomado em apreço: o considerável aumento da matrícula escolar. De uma maneira geral, passando do fim do Império para 1936, enquanto a população brasileira triplica, a população escolarizada decuplica. Donde se vê que estratificações sociais onde não tinham ainda mergulhado os recursos da educação escolar começam agora a recebê-los e naturalmente revelam certa inadaptação nesse primeiro contacto.

O fato atual e importante é esse desajustamento entre a escola e os pais de alunos que, em vez de colaborarem com a administração e com os professores, assume com frequência, uma atitude reservada, resistente ou de franca oposição.

Eis uma das maiores dificuldades reinantes para a escola zelar pela saúde mental dos educandos. Reconhece-se cada vez mais, em todo sector

da educação a necessidade de um perfeito entendimento entre família e escola. Que dizer no caso particular da higiene mental e da psiquiatria infantil, na era em que a ciência revelou o papel das causas psíquicas e cosiais e mui especialmente a importância das influências exercidas pelo meio familiar no determinismo patogênico das psicopatias?

Ofendem-se os pais quando lhe dizem que o filho oligofrênico precisa de uma educação especial e que se devem conformar com um limitado rendimento escolar dele; irritam-se quando se indagam pormenores da vida familiar na busca da compreensão de um caso de apatia ou de turbulência; decepcionam-se se médicos e mestres pedem a colaboração deles para retificar no filho um desvio de conduta de origem psico-social. "Pois não é o colégio a quem entreguei a educação de meu filho, dizem, que deve cuidar disso" Se a criança ou o adolescente é bem ajustado em casa e se revela inadaptado na escola, como compreender esse dualismo, pensam, senão porque a escola é má? Se o aluno apresenta-se normalmente nos trabalhos escolares e continua agitado e rebelde no lar, que faz colégio que o não corrige?

E se especialistas e professores ousam esclarecer aos pais que os distúrbios psíquicos do aluno decorre de uma perniciosa orientação familiar; que são eles, os pais, que mais precisam de correção; que devem alterar hábitos, tratar o filho de outra forma, inibirem-se, eles próprios, de caprichos e impulsos e que será inútil tentar resolver o problema da criança ou do adolescente neurótico por meios estritamente escolares, quando a rigidez do desajustamento está na influência desfavorável do meio familiar — então, os pais, se já não o estavam com tantas perguntas e solicitações, acabam por se mostrar desgostosos de todo, retiram o filho do estabelecimento e conduzem-no através de vários outros até que encontre algum que dê boas notas sem muito esforço e não fale em cousas impertinentes como considerar as crianças mentalmente perturbadas por desorientação paterua.

O recurso dos "círculos de pais e mestres" para ajustar aqueles à escola, se revela geralmente inoperante, entre nós, como a experiência tem edmonstrado. Os pais de alunos resistem até quando são chamados para tratar, a sós, com os diretores do estabelecimento, sobre o caso particular de seu filho.

Entretanto, a colaboração dos pais, como está cientificamente provado, é indispensável para conservar ou restaurar a saúde mental dos escolares. Como fazer?

Há um recurso incorporado às atividades ultimamente denominadas de *serviço social* e que começa a ser tentado, merecendo insistência de maneira sistemática: a visitação dos lares pelos assistentes sociais. O *educador-visitador* ladeia a resistência dos pais aos convites de comparecimento à escola, observa a realidade ambiente em que vive o aluno, na família e entre os vizinhos, poderá despertar, se fôr habil, — e para tanto se exigirá um preparo adequado, — a simpatia e confiança ao menos de um dos pais do aluno, veiculará gradativamente, suavemente, ao núcleo familiar as recomendações do mentalista, registrará os resultados colhidos e poderá mesmo acabar por destruir a resistência dos pais ao chamamento da escola, tornando possível novas tentativas de organização de "círculo de pais e mestres".

Mais ainda, esses *visitantes-educadores* poderão representar para os alunos o papel importantíssimo de um nexó intelecto-sentimental entre a escola e a família, extendendo as influências benéficas de um para outro círculo social.

Acrescentando a tais recursos a ajuda da divulgação, por todos os meios possíveis, do princípio de que a escola só funciona com perfeição quando articulada com as famílias, poder-se-á tentar diminuir progressivamente a inadequação dominante entre pais e escola, vencendo-se, assim, uma das maiores dificuldades da higiene mental e da psiquiatria infantil nas escolas.

6 — CONCLUSÕES

I — Não há limite preciso entre educação e medicina mental e o pedagogo dev eter a *cooperação permanente do psiquiatra*.

II — Em vez de *castigos*, a ciência contemporânea indica a *cura médico-pedagógica dos escolares desajustados*.

III — Já existe, embora em fase de formação, uma *psiquiatria infantil* com quadros clínicos próprios e recursos terapêuticos especiais cujo conhecimento é indispensável para a prática da higiene mental e o tratamento das perturbações psíquicas nas crianças.

IV — A interpretação e os processos práticos da *Psicologia Individual de Adler*, completada pela *Homo-ciência e a psico-exploração de Schneersohn*, parece constituir o meio mais eficaz para a caracterização diagnóstica e orientação psicoterapêutica das neurosas infantis.

V — Não é possível a Escola zelar pela saúde mental dos alunos sem o *concurso dos pais*, através de um duplo movimento: centripeto, por meio de "círculos de pais" e centrífugo, por intermédio de "visitadores sociais".

VI — Além dos gabinetes médicos e dentários, dos exames biométricos e clínicos, em geral, que orientam o crescimento somático, os estabelecimentos de ensino deverão manter um *serviço permanente de orientação psico-pedagógica*, para classificar os escolares psicotipologicamente, caracterizar os casos de anormalidade oligofrênica e neurótica, homogeneizar as classes dos primeiros e indicar os recursos psicoterápicos a serem aplicados nos segundos.

VII — É indispensável generalizar o uso desses processos ao maior número possível de escolas primárias e extendê-lo de maneira sistemática aos colégios de grau secundário.

HIGIENE MENTAL NOS MEIOS ESCOLARES

PROF. DR. PLÍNIO OLINTO

Rio

Higiene Mental não é absolutamente tratamento, mas cultivo da mentalidade humana.

As suas relações com a Medicina Social são estabelecidas por intermédio da psicologia normal e patológica. Os seus problemas são problemas que resultam de questões de adaptação, de aprendizagem, de sociologia, enfim.

Higiene Mental na escola primária, na escola secundária, nas faculdades, nas universidades, Higiene Mental dos alunos e (porque não?) dos professores, Higiene Mental dos chamados intelectuais muito concorreria para evitar que o homem moderno tivesse necessidade de procurar tão frequentemente os médicos, os advogados, os juizes, os tribunais.

As desadaptações do povo que tanto entravam a máquina governamental seriam suavizadas e, num futuro não remoto, os benefícios da Higiene Mental se fariam sentir no Brasil.

Estabelecendo comunicações com várias organizações cujos objetivos tendem para a Higiene Mental, não seria difícil, interessando o professorado em seus preceitos, conseguir, no Distrito Federal um sistema com raízes em todo o território nacional.

O serviço de Higiene Mental deveria organizar-se como uma Divisão do Departamento de Educação, compreendendo um centro de propaganda, um gabinete de estatística, um laboratório de psicologia, um laboratório de psicotécnica.

Praticamente a sua ação poderia começar nos colégios secundários onde psiquiatras e psicólogos avaliariam os empeços que, em cada caso, fossem responsáveis pelas dificuldades do progresso do grau de cultura de certos colegiais.

O laboratório de psicotécnica se encarregaria da pesquisa das aptidões dos nossos escolares ao mesmo tempo que desempenharia funções na orientação e na seleção profissionais, atendendo a organizações partculares, donde auferiria sua própria renda.

Capaz de produzir os mais benéficos resultados durante a formação da personalidade em todos os períodos escolares, ainda pode amparar os predispostos em várias instituições hospitalares. A sua principal finalidade é, porém, facilitar as adaptações difíceis, procurando encaminhar para uma vida feliz esses que iriam constituir as populações dos manicômios e das penitenciárias.

A Higiene Mental é altamente econômica.

Ela tende a colocar cada indivíduo em condições de obter um rendimento de trabalho conveniente. Ela deve evitar as eutradas nos hospitais de loucos. Ela pode impedir que se multipliquem prisões.

O movimento mundial em favor da Higiene Mental tem sido recebido com simpatia por todos os povos civilizados.

Cerca de cinquenta nações atualmente pretendem resolver seus problemas de delinquência e de dependência através da Higiene Mental. Foram os psiquiatras que iniciaram tal movimento.

É aos pedagogos que compete continuar.

No Primeiro Congresso Internacional de Higiene Mental em Washington, em 1930, assim como no Segundo Congresso em Paris, em 1937, foram vencedoras as teses sobre problemas educacionais, afirmando as finalidades de Higiene Mental, segundo as convicções dos mais abalizados mentalistas de mundial renome.

É sabido que a Higiene Mental, preocupada com questões de sanidade psíquica, procura resolvê-las durante a formação da personalidade, sendo, portanto, matéria de pedagogia e não de medicina.

Tendo nascido nas mãos dos alienistas e dos psiquiatras, foi cultivada nos serviços de profilaxia mental.

Trazendo em si o nome de higiene, passou pelos serviços de saúde pública.

Atualmente, porém, todas as celebridades médicas conhecem nela as mais estreitas ligações com a educação e ninguém mais põe em dúvida que o seu maior campo de ação é nas escolas e não nos hospitais.

Como sempre, os médicos focalizaram o problema e entregaram aos educadores a sua resolução.

É na educação que se funda todo o trabalho da Profilaxia Mental.

É na educação que se aplicam os preceitos de normalização dos hábitos que por si sós constituem as bases da verdadeira Higiene Mental.

Ela merece a consideração de todos porque os seus preceitos conduzem ao bem estar da humanidade. Se em nome da higiene corporal se ditam leis que dirigem usos e costumes, que regem até o ritual das próprias religiões, que se não deve fazer em nome da Higiene Mental que aspira à saúde do corpo e do espírito, tanto individual como social?

Urge pesquisar e impedir os fatores de degeneração mental através da eugenia, da puericultura, da educação, procurar atingir a estado de relativa saúde do corpo e do espírito, na legítima realização da Higiene Mental.

Da normalização das reações resultam os hábitos. E as reações habituais chegam a manifestar-se com a mesma força das reações instintivas.

Que importância e que valor podem ter, portanto, em Higiene Mental, as clínicas de hábitos desde a puerícia até a adolescência?

A psiquiatria cada vez mais reconhece que a transformação da personalidade é muito difícil, senão impossível nos indivíduos normais.

Amparar os anormais é, pois, tarefa da Higiene Mental.

E se dos anormais de asilo pouco se pode esperar, não há que desanimar com os anormais de escola e com os anormais do meio, aqueles cujas condutas inadequadas devem ser considerados como insanidade.

Sobre elas convem agir desde os primeiros anos de vida, sobre elas assentam os cuidados da Higiene Mental.

Cumprir, pois, desde os primeiros tempos, aproveitar as boas reações do indivíduo e impedir-lhe as reações impróprias.

Os processos de dor e de prazer físicos tornam-se pouco a pouco psíquicos, com o desenvolvimento e durante a formação da personalidade.

O choro, o cultivo do choro e sua animação na criança, os carinhos demasiados, o escândalo diante de suas quedas, a incitação à vingança.

quando a criança se machuca numa porta ou num movel — porta má, mesa má, fez dodói no bebê, — çs socorros exagerados, as defesas inoportunas, etc., predispõem a criança ao sentimentalismo, quando não a uma covinção de sofrimento e de inferioridade.

E quantos casos de nervosismo infantil não tiveram assim a sua origem?

Quantas tendências instintivas contrariadas dão sua contribuição a um temperamento nervoso?

A persistências de certos instintos, que ainda se manifestam fora de seu tempo apropriado, indica uma evolução retardada no desenvolvimento mental e se acompanha frequentemente de sentimento de inferioridade.

De três anos em diante, já em muitos casos, a criança reconhece seu sentimento de inferioridade. Nessas ocasiões a psicologia deve intervir para desviá-lo.

Nunca humilhar uma criança por um defeito que possui. Procurar nela uma qualidade aproveitável (e que sempre existe) e tentar exaltá-la.

Intervir logo no sentido de dar uma compensação a um impeco qualquer.

O ensino interessante, tão preconizado pela escola ativa, muito deve concorrer para aliviar o sentimento de inferioridade. A socialização da criança, sem estimular a superioridade põe-na em condições de melhor equilibrar as suas reações em relação ao meio., E isso tanto melhor se consegue quanto maior for o respeito e o amor à criança.

A criança que traz, exaltado, o sentimento de inferioridade, aceita facilmente a proteção de adulto e não se rebela, se for tratada com certa consideração.

Mandar estudar, mandar trabalhar, difere muito de dizer carinhosamente — Vamos estudar, vamos fazer isso ou aquilo. Começa-se ensinando... e a criança continua.

Cumpra animá-la sempre para não falhar na vida, para que seus ajustamentos se façam de maneira menos penosa, menos difícil, mais prazerosa e feliz.

A educação realiza essa tarefa.

A verdadeira profilaxia mental infantil, como a verdadeira eugenia, consegue-se com educar. Primeiro, pelo exemplo, na fase da imitação.

As causas da delinqüência infantil são também problemas de Higiene Mental.

A delinqüência, como a dependência no adulto, resulta quase sempre, senão sempre, de falta de Higiene Mental. E se a dependência, nos primeiros anos de vida, pode ser considerada como normalidade, a delinqüência durante a puerícia não tem justificativa de espécie alguma e constitue um dos mais empolgantes assuntos em matéria de assistência social.

Os juizes de menores, os psicólogos, os pedagogos conhecem os horrores da delinqüência infantil, todos bradam contra esse mal que se alastra, aumenta e progride. Os seus fatores etiológicos são individuais e sociais; as suas conseqüências são as mais lamentáveis.

As crianças que cometem delitos contra si, contra seus companheiros, contra os adultos, são crianças privadas de lar, sem direção, órfãos ou filhos de pais, cujos lares desorganizados, trazem e exibem à sociedade os chamados órfãos morais...

O abandono moral e material das crianças criadas na miséria, num mau ambiente familiar, expostas aos maus exemplos, com mas companhias, sofrendo influências nocivas, é o responsavel direto da delinqüência infantil. Além disso, a exploração dos pais, dos padrinhos, dos prote-

tores, que os há de toda a espécie, completa o quadro dos fatores causais mesológicos.

De parte da criança devemos considerar o que provem das suas reações anormais, baixo nível intelectual, reduzido grau de cultura e de alienação mental.

Dessas fontes decorrem os perigos morais, os conflitos com o meio familiar, com o meio escolar e com o meio social, a má conduta dos meninos e meninas, muitos dos retardados pedagógicos, a inadaptabilidade ao lar e ao trabalho, o abandono da família, os estados de vagabundagem e de vadiagem, a mendicidade infantil, distúrbios de ordem sexual, perversões, vícios, prostituição.

Em seguida, a delinquência ocasional; donde a delinquência habitual; depois a criminalidade, a penalidade, e suicídio infantil.

Conhecidas as causas da delinquência infantil a profilaxia criminal deve ser colocada sobre os estudos psicológicos de que nasce o crime.

Tais estados são diversas formas de desadaptação física, psicologia, psicopatológica, educacional, social...

O crime é o resultado de um choque entre um fator pessoal e um fator mesológico.

Assim sendo, cumpre distinguir entre esses dois elementos os indivíduos ameaçados de um surto criminal e as situações perigosas do ambiente.

A escola, ou melhor, as escolas de todos as espécies são o mais adequado tratamento para esses estados mórbidos.

É preciso criar nos escolares o sentimento de solidariedade, que tem suas raízes no instinto gregário.

O combate contra o crime é, pois, do domínio da Higiene Mental. ←

G O P H E
E P H E

HIGIENE MENTAL NAS ESCOLAS E FORMAÇÃO DO PROFESSOR

PROF. JOÃO GUMERCINDO GUIMARÃES

S. Paulo

SENHORES CONGRESSISTAS

O Ensino de cada matéria por um professor especializado no curso ginásial é o caldo de cultura em que se desenvolvem todas as tendências más e que asfixia os bons sentimentos dos nossos jovens patricios.

O professor não podendo ter longa convivência com o aluno não será favorecido pelo conhecimento recíproco que faz medrar a simpatia, o apego e a veneração.

Não havendo estes sentimentos, a escola deixa de ser a continuação do lar, para se tornar uma penitenciária; então todas as más tendências dos alunos, recalcadas pelo medo, mais cedo ou mais tarde, explodirão pela indisciplina, pelo ódio e pela vingança contra a sociedade.

Para o curso de formação profissional de professor entra o moço com esta péssima formação.

Este curso, que é considerado superior pelo Departamento Nacional de Educação, e que de fato o é pela sua finalidade, tem, entretanto, orientação de curso secundário.

O grande número de aulas teóricas mata a iniciativa dos alunos mestres, sobrecarregados com cinco aulas diárias.

O catedrático, não podendo dar aula prática a turmas de quarenta e cinquenta alunos, é obrigado a tornar o curso excessivamente teórico.

Nestas condições, os alunos mestres conservam a perturbação didático-pedagógica que trouxeram do curso ginásial, e, ao receberem o diploma de professor, não têm a formação necessária à missão de formadores da nacionalidade.

CONCLUSÕES

- 1.^a) O curso secundário será feito em dois períodos: Um fundamental, de cinco anos, e, outro, complementar, de dois anos;
- 2.^a) Todas as disciplinas de cada série do curso fundamental, com exceção de música e desenho, serão lecionadas por um só professor (pelo menos das três primeiras séries);
- 3.^a) Cada disciplina do curso de formação profissional do professor será regida por um catedrático;

- 4.^a) As aulas de aplicação serão dadas por adjuntos assistentes;
- 5.^a) Será dado maior desenvolvimento ao desenho pedagógico, à vista da sua grande importância na formação do professor;
- 6.^a) Não haverá no curso de formação do professor mais de três aulas teóricas por dia;
- 7.^a) A prática do ensino primário será feita durante todo o período diário de aula da escola de aplicação.



QUESTÕES PSICOLÓGICO-EDUCACIONAIS NO JARDIM DA INFÂNCIA

(Contribuição da Cruzada Pró-Infância — S. Paulo)

DRA. BETTI KATZEMSTEIM.

CONCLUSÕES

1) A criança na idade entre 4-7, idade própria de Jardim da Infância, necessita do Jardim por motivos estudados através das 173 respostas de pessoas da família — 158 mães — que matricularam as crianças no seu primeiro dia no Jardim. Entre esses motivos figuram: o desejo da criança de viver, brincar e aprender em companhia de outras; o desejo das mães de tirar o filho da rua e de trabalhar com sossego; acham outras que a criança entra numa fase em que precisa aprender; outras ainda atribuem ao Jardim da Infância as funções de educar e desenvolver os filhos; de auxiliá-las nas dificuldades educacionais que enfrentam com eles; de vencer deficiências psíquicas observadas; julgam que o Jardim proporciona às crianças oportunidade de brincar e conviver com outras.

2) Observações em 173 crianças, feitas durante os primeiros dois meses pelas próprias Jardineiras, revelaram que as crianças na idade do Jardim da Infância trazem para este uma prontidão psíquica para realizar atividades lúdicas que exigem certa persistência, que precisam de certa direção e organização; que a fase do desenvolvimento requer e proporciona vida social com grupos de crianças da mesma idade.

3) Os fenômenos observado nas crianças pela Jardineira exigem desta cooperação com os pais, com as educadoras sanitárias, com médicos, psicólogos e serviços especializados, afim de cumprir a missão do Jardim da Infância, que é a seguinte: fazer com que a criança passe da idade de Jardim da Infância à idade escolar com uma personalidade sã e harmoniosa.

EDUCAÇÃO DOS ANORMAIS

CAROLINA CESAR DO AMARAL

Profra. da 2.^a escola do Pavilhão "Fernandinho Simonsen" da
Santa Casa de S. Paulo.

Senhores.

Pela primeira vez nos anais do ensino primário do Estado de S. Paulo, realiza-se um Congresso de Saude Escolar.

Esse acontecimento, cuja importância é desnecessário salientar, não poderia deixar de despertar o interesse que vem despertando, visto como ele se propõe crear, melhorar e valorizar o que de mais valioso uma nação deve possuir, — o capital humano. Bem haja o esclarecido Governo que enfeixa em suas mãos os destinos do povo paulista e que através da dedicação de seus auxiliares promove um certame da importância deste a que assistimos com verdadeira alegria, porque temos a convicção que ele faz entrar no terreno das realizações uma causa que terá projeção decisiva, quando diante do mundo, quizermos desfrutar os fóros de país civilizado.

Refiro-me, senhores, à defesa da criança brasileira, — a vanguarda de nosso destino, — cuidando carinhosamente de sua saude, através da escola. Muito se tem falado e escrito sobre o assunto e, no Estado de S. Paulo, as realizações visando ampará-la, se vão sucedendo dia a dia. Quando, porém, queremos dar um pouco mais de atenção ao importante problema da saude escolar, verificamos, compungidos, que muito ainda há que fazer, até atingirmos a concretização daquele ideal consubstanciado na conhecidissima expressão do MENS SNA IN CORPORE SANO.

Minha confiança nos resultados que colheremos dos debates que se travarão neste Congresso, vem do fato da iniciativa contar no estadista que dirige o Governo paulista, o ilustre dr. Adhemar de Barros, um homem que além de ser médico, se empenha em servir não só o nosso Estado, mas, por nosso Estado, o Brasil, e, por nosso país, a humanidade. Realmente a causa da defesa da criança não deve ter fronteiras, porque é uma causa humana. Alegremo-nos, pois, com a oportunidade que o 1.^o Congresso de Saude Escolar, oferece à criança brasileira, de ver amparada a sua causa e saudemos os promotores de tão patriótica iniciativa, à qual daremos a modésta contribuição do trabalho desvalioso que subordinamos ao titulo: Educação dos Anormais.

.....

DEFICIENTES FÍSICOS — ESCOLA DO PAVILHÃO "FERNANDINHO SIMONSEN"

Dentre as grandes obras e instituições de caridade de São Paulo, existe na Santa Casa de Misericórdia, o "Pavilhão Fernandinho Simonsen", cujo histórico é o seguinte: Sendo muito acanhado o espaço para

comportar o número de crianças de cirurgia infantil da Santa Casa, cogitou-se da construção de um pavilhão a esse fim destinado. Faltavam, porém, os recursos necessários. Alguns donativos e algumas festas realizadas, permitiram, o início da obra. Depois, uma alma generosa, um grande coração de mãe, desejando perpetuar a memória de um filho, fez um vultoso donativo que permitiu a conclusão desse pavilhão, hoje uma clínica moderna sob todos os pontos de vista.

A mãe que teve esse gesto magnânimo foi a sra. Rachel Simonsen, secundada pelo seu esposo snr. dr. Roberto Simonsen. A esse distinto casal, milhares de crianças devem alívio, conforto e linitivo a seus males, bem como muitas horas de alegria. A organização e direção do "Pavilhão Fernandinho Simonsen" foram confiadas ao notavel cirurgião, professor dr. Luiz de Resende Puech, que o dirigiu com um carinho incomparavel. Das instalações feitas nesta modelar casa de saude, a última foi a da escola para as crianças enfermas, empreendimento inédito em nosso aparelhamento escolar e hospitalar. O Pavilhão Fernandinho Simonsen, recebe crianças necessitadas de tratamento ortopédico e que ficam hospitalizadas, às vezes, durante anos.

O número de crianças enfermas internadas atinge 200, das quais uma grande porcentagem, em idade escolar. Nas suas condições de enfermas e reclusas, impossível lhes seria frequentar outra escola. Impunha-se a solução desse problema. Resolveu-o o saudoso prof. Rezende Puech por intermédio do dr. Lourenço Filho, então, diretor geral da Instrução Pública, no Estado de S. Paulo, creando a primeira escola anexa a um hospital, na América do Sul. Acreação da 1.ª escola anexa ao "Pavilhão Fernandinho Simonsen", teve por escopo evitar que centenas de crianças, ao passarem da idade escolar e ao deixarem o pavilhão, depois do tratamento clínico ou cirúrgico, se tornassem mendigas, ou por qualquer outra forma, fossem aumentar o número de parasitas sociais. A escola foi instlada, a 23 de julho de 1931 e confiada à prof. Carmen Scigliano, que soube transformar um ensaio numa realidade confortante, porque a escola tem tido a função de alfabetizar crianças desamparadas pela sorte.

Dos alunos que se podem locomover vão à classe, andando sozinhos uns, auxiliados pelas muletas, outros, transportados em carrinhos especiais quase todos.

Os alunos acamados recebem aula nos próprios leitos. Dos alunos eliminados, uma porcentagem deixa o pavilhão, ou completamente curada, ou com melhoras que lhes permitem frequentar as escolas comuns. De experiência em experiência, a escola do "Pavilhão Fernandinho Simonsen" veiu provar que de modo algum pode ela ser enquadrada nos moldes das escolas comuns, principalmente no que diz respeito a programas e horários. Isso, em virtude, principalmente, das interrupções que se verificam constantemente, não só durante as horas de aulas em que a criança é chamada para curativos, massagens, ginástica, tratamento de dentes, banho de luz, etc. Verifica-se também alteração do tempo escolar quando a criança é operada e, por alguns dias, aguarda o ensino no respectivo leito. Outras crianças ausentam-se temporariamente do pavilhão em busca de mudança de clima. Estas alternativas de receber a criança aula, ora no leito, ora na classe, são feitas de acordo com a necessidade do tratamento e sem que a criança seja obrigada, absolutamente, a nenhum esforço quando seu estado não o permitam. Não obstante o horário e o programa feitos especialmente para o fim a que a escola se destina, o resultado aparece e de uma maneira animadora para

as crianças que aprendem ler, escrever, contar, recebendo reeducação motora, adextramento manual pela execução dos trabalhos de agulha, tecelagem, tricô, flores, modelagem, costura, de escrever à máquina, serviços de carpintaria, etc. Todos esses trabalhos visam dar à criança um meio de se defenderem, mais tarde, na vida, e uma oportunidade de esquecerem as dores físicas que as atormentam e de suavizarem a dor moral consequente da distância que as separa do convívio da família. O ensino é rigorosamente individual, visto a impraticabilidade de se aplicarem métodos adotados nas escolas comuns.

Há, muitas vezes, grandes desigualdades entre os progressos feitos no aprendizado da leitura e da escrita, fato explicável entre crianças que forem vítimas de uma ataxia locomotora ou de uma paralisia de formas variadas ou de outras moléstias do sistema nervoso. Os exercícios destinados a restabelecer a ordem funcional e que constituem a reeducação, são complexos e envolvem, como o mecanismo da coordenação motora órgãos como o cérebro, o bulbo, a espinha, etc. Nestes casos o desenho torna-se um grande auxiliar da professora. A escola emprega todos os meios ao seu alcance para suavizar a permanência das crianças no hospital, ora facilitando-lhes a correspondência com a família, ora arranjan-do u'a madrinha aos que não tenham parente algum na Capital. Uma biblioteca ambulante organizada, distribue livros aos acamados.

Um serviço de intercâmbio escolar é mantido permanentemente e ótimos resultados têm dele auferido as crianças da escola. Em vista do aumento constante de enfermos em idade escolar e do acúmulo de serviço, foi creada a 2.^a escola do "Pavilhão Fernandinho Simonsen", a nosso cargo, à qual temos dado o melhor de nossos esforços.

As escolas do "Pavilhão Fernandinho Simonsen", da Santa Casa de São Paulo, que poderiam também se chamar Escolas dos Estropiados, cumprem a missão de devolver à sociedade seres moralmente rehabilitados a e bastarem a si mesmos, deixando de constituir para a família um peso e um estorvo, como acontece muitas vezes.

G O P H E
E P H E

HIGIENE ESCOLAR NOS MEIOS ESCOLARES

PROF. TRISTÃO BAUER

S. Paulo

CONCLUSÕES

Pelo que levamos dito, e considerando que não seria possível a intervenção direta dos responsáveis pela educação, quanto ao afastamento de todos os empecilhos aqui apontados como principais na obtenção da higiene mental nos meios escolares, damos a seguir as nossas conclusões, que embora unilaterais e de ordem particular, foram expandidas com sinceridade e franqueza.

Apresentando nosso ponto de vista, não podemos esconder a satisfação do nosso íntimo, por termos concorrido embora palidamente, para o 1.º congresso de saúde escolar, que em boa hora se realiza na capital paulista.

Concluimos portanto:

- 1.º) Pela exigência severa dos poderes competentes quanto à conduta moral dos professores em aula.
- 2.º) Pelo exame rigoroso da moralidade, por parte dos diretores das casas de ensino, dos livros que integram a biblioteca do estabelecimento.
- 3.º) Pela meticulosa escolha, por parte dos professores, dos textos a serem estudados em aula.
- 4.º) Por severas penalidades aos alunos que, burlando a vigilância dos professores, levem para a escola romances, revistas ou folhetos que de qualquer maneira atentem contra a moral.
- 5.º) Por uma eficiente fiscalização, de quem de direito, atinente a não permitir nos órgãos de grêmios estudantinos, artigos fúteis, levianidades, anedotas picantes, reveladoras da pouca ou nenhuma higiene mental de certos estudantes.

O PROBLEMA DOS ATRAZADOS MENTAIS EM FACE DOS EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

DR. ADALBERTO DE LIRA CAVALCANTI

Rio

CONCLUSÕES

a) Há necessidade imediata da criação, nas escolas, de classes especiais para os deficientes mentais e, em tempo oportuno, de Institutos de Reeducação.

b) Os exames periódicos de saúde virão permitir a pesquisa sistemática dos retardados mentais e por conseguinte, um tratamento médico e pedagógico necessariamente de resultados compensadores.

c) O deficiente intelectual pode e deve ser, em épocas diversas do seu estudo escolar, colocado nas classes das crianças normais, como um estímulo à sua reeducação.

G E P H E

ASSISTÊNCIA MÉDICO-PEDAGÓGICA DOS ANORMAIS DE BELO HORIZONTE

Dr. SANTIAGO AMERICANO FREIRE
Belo Horizonte.

CONCLUSÕES

- 1) Para eficiência máxima na correção das causas da anormalidade é necessária uma colaboração íntima entre o médico e o educador.
- 2) Em Belo Horizonte as causas de anormalidade mais frequentes do ponto de vista médico são as parasitoses, a sub-nutrição e as endocrinopatias.
- 3) Para que um consultório médico pedagógico, em nosso meio, atinja as suas finalidades é indispensável que, além da administração de uma refeição bastante nutritiva, os medicamentos sejam fornecidos àqueles que não os podem comprar, sem o que não se fará trabalho útil.

NOTA

Além dos trabalhos aqui impressos, apresentaram teses mais os seguintes congressistas:

DR. DURVAL MARCONDES — *A higiene mental escolar por meio da clínica de orientação infantil;*

VIRGÍNIA LEONE BICUDO — *A visitadora social psiquiátrica e seu papel na higiene mental escolar;*

LÍGIA ALCÂNTARA — *A apatia e o retraimento dos escolares como problema de higiene mental;*

LENYRA CAMARGO FRACCAROLI — *As bibliotecas infantis e a higiene mental da infância;*

PROF. JOÃO DE SOUZA FERRAZ — *Higiene mental nos maiores escolares;*

DRA. HELENA ANTIPOFF — *Higiene mental nos meios escolares;*

PROF. ACCACIO DE MELLO GODOY — *A educação moral em função da higiene mental;*

MARIA LEONOR ALVAREZ — *Higiene mental escolar.*

TEMA VIII

Relator — dr. GERALDO H. DE PAULA SOUZA

Diretor do Instituto de Higiene — S. Paulo.

Foram apresentados do TEMA VIII do PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DE SAUDE ESCOLAR atinente à alimentação do escolar, 29 trabalhos que se podem enquadrar em 5 grupos, a saber:

GRUPO I — Os que focalizam a questão do índice de nutrição do escolar. São eles: “A pelagra e a alimentação dos escolares”, pelo Dr. Benedito Mendes de Castro, onde o autor testemunha um índice de desnutrição;

“Considerações sobre a profilaxia do raquitismo”, pela Dra. Carmela Juliani, também apresentando esses índices sob a forma de desvios da coluna vertebral e deformações torácicas de origem raquítica, num total de 238 sobre 1.697 casos;

“Consequências da sub-nutrição”, numa contribuição do Dr. Juvenal Coelho, do Ginásio do Estado, de Itápolis, abordando questões práticas brotadas de observações clínico-pedagógicas, recolhidas na zona Douradense e parte da Araraquarense, sugerindo meios de educação sanitária, propondo novo tipo de merenda escolar e onde analisa a importância de cada elemento que a compõe;

“Alimentação das crianças dos Parques Infantis de S. Paulo”, pela educadora Cilda Moreira Gomes, que num trabalho experimental obteve aumento de peso nas crianças do Parque Infantil da Lapa, com o uso diário do copo de leite;

“Alimentação dos escolares”, pelo Dr. Antonio Barros de Ulhôa Cintra, que insiste no valor da administração diária do copo de leite ao escolar, não só visando elevamento de seu padrão de saúde, como e principalmente um meio de influir na educação alimentar da coletividade.

GRUPO II — Os que propõem medidas corretivas à questão em foco com as seguintes contribuições:

“Alimentação e nutrição dos escolares”, do Prof. Nicanor Alcantara de Oliveira;

“Nutrição e alimentação do escolar”, pelas educadoras sanitárias Maria Antonieta de Castro e Graciela de Vasconcelos, da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar;

“O problema da desnutrição e o papel da escola”, pelas alunas do Curso Normal da Escola Caetano de Campos;

“Uma necessidade que se impõe; a criação de refeitórios escolares”, por Dr. Pompêo do Amaral, da Superintendência do Ensino Profissional, apresentando uma proposta programa como orientação;

“Alimentação e nutrição dos escolares”, pelo Prof. Vicente dos Santos, recomendando se incremente a distribuição das sopas escolares;

“Alimentação do escolar na escola”, pelas alunas do Curso Normal da Escola Caetano de Campos, onde expõem como idéia principal, a administração de um lanche escolar bem selecionado;

“Alimentação entre os escolares”, pelo Dr. Horácio Fagundes de Azevedo, tese na qual recomenda a educação dietética do escolar e o uso da sopa como sobremesa de frutas;

“Educação alimentar”, pelo Prof. Peregrino Junior, salientando conseqüências da sub-nutrição e as vantagens do ensino da alimentação nas escolas;

“Educação alimentar na escola primária”, pela educadora Hilda Abbt, abordando os mesmos itens da formação dietética do escolar;

“Alimentação e nutrição dos escolares”, pelas Professoras Ely de Almeida Campos e Eunice de Souza Campos, propondo como uma das soluções ao problema, a instalação do refeitório escolar;

“Alimentação e nutrição do escolar”, pela Prof. Edith Dias de Oliveira, da Escola Normal Oficial de Botucatú, evidenciando mais uma vez o valor do copo de leite como merenda escolar, ministrado com o auxílio das Caixas Escolares;

Neste grupo ainda mais um trabalho foi apresentado pelo Dr. Figueiredo Mendes, numa demonstração taxativa da complexidade dos problemas da higiene do escolar. Com a administração de uma merenda selecionada e supletiva obteve um aumento de peso médio de 2.144 gramas em crianças escolares de Niterói, contra um grupo testemunho que observado no mesmo período, teve um acréscimo de apenas 417 gramas. Entretanto, a taxa de hemoglobina que orçava em 52% mais ou menos não sofreu alterações dignas de menção. A causa dessa estranha permanência de baixa taxa após a administração da merenda supletiva, não estando assinalada no trabalho, motivou um pedido verbal de informação ao autor. Encontramos como provável motivo, a infestação helmíntica tão generalizada na maioria das localidades brasileiras. Esta é a expressão da elevadíssima infestação verminótica desses escolares, uma vez que

persistiu a anemia grave, a qual não dependia de carência alimentar e sim de um outro grande problema de saúde, como seja, o da verminose.

GRUPO III — Nele se enquadram as teses que testemunham a existência de medidas, muito embora parciais, já em execução. São elas:

“Assistência alimentar”, pelo Prof. Nelson Rebelo, diretor do Grupo Escolar de Viradouro;

“Assistência alimentar e médica”, pelo Prof. Ernesto Dias, diretor do Grupo Escolar de Pereira.

Nesse mesmo grupo ainda se enquadram as teses já citadas, do Dr. Pompêo do Amaral, sobre trabalhos experimentais no refeitório modelo do Instituto Profissional Feminino e a da Educadora Cida Moreira Gomes, do Parque Infantil da Lapa, por ventilarem as mesmas questões.

GRUPO IV — Constituído por trabalhos de ordens várias, todos eles encarando de maneira mais específica, certos ângulos do problema em questão:

“Alimentação dos escolares em face do horário das aulas”, pelo Dr. Febus Gikovate, professor de História Natural do Ginásio do Estado, encarando o problema da regulamentação do número de hora de aulas;

“Alimentação do escolar e regime de educação física”, pelo Prof. Flávio Miguez de Melo, onde demonstra que a questão da educação física, criou novas exigências alimentares, quer de natureza quantitativa como qualitativa, e traça então diretrizes de alimentação ao escolar submetido a regime de trabalho físico;

“Plano de estudo das Précarencias”, pelo Dr. Correia de Azevedo, do Serviço Médico Pedagógico do Distrito Federal, como contribuição aos estudos précarenciais;

“O índice A. C. H. na joeiragem rápida de escolares sub-nutridos”, numa valiosa contribuição do Dr. Bastos D’Avila, chefe do Serviço de Antropometria do Centro de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, com a colaboração de seus auxiliares: Maria Julia Pourchet, Vany Costa e Joaquim Silveira Tomaz, onde demonstram a praticabilidade desse índice, vantagens que oferece, em experiências feitas com cerca de 3.000 escolares do Rio.

Finalmente no V.º e último grupo, salientamos mais uma vez os trabalhos do Dr. Pompêo do Amaral, que apresenta: “A educação alimentar promovida pela Superintendência do Ensino Profissional”, onde aborda a questão da formação de técnicos em dietética; “Alimentação nos refeitórios dos internatos mantidos nos estabelecimentos subordinados à Superintendência do Ensino Profissional”, onde demonstra os efeitos de uma alimentação conve-

niente sobre organismos em estado de desnutrição. Refere-se ainda que resultados tão animadores não foram obtidos com o aumento da verba destinada à alimentação nos estabelecimentos de ensino profissional, mas principalmente com medidas de adaptação dos gastos correspondentes ao consumo de alimentos, combustível e material de limpeza.

Aqui incluiremos o trabalho apresentado pelo Prof. Henrique Olivieri, ilustre diretor do Serviço Médico Escolar da República Argentina e mui digno representante de seu país no PRIMEIRO CONGRESSO DE SAUDE ESCOLAR, com a tese sobre: "El Problema de la Alimentación Escolar" onde, além de expor o estado atual do Serviço de Saude Escolar em sua terra e as medidas lá empregadas para a solução da questão, discutiu, trazendo as luzes do seu vasto saber e da longa prática do assunto, muitas das teses apresentadas.

De toda essa farta contribuição, verifica-se estar voltada a atenção, tanto de médicos como de educadores, para o feitiço deficitante alimentar de nossa população, especialmente focalizado o assunto, no atual momento, para a população escolar. Pedimos licença para estabelecer um paralelo com o sucedido acerca de dous decênios, quando em nosso país a todos parecia resolver-se o problema essencial da saude combatendo-se as verminoses, o mal que avassalava e era então colocado à frente dos demais a serem encarados pelos responsáveis pela saude pública. Então propunham uns esta ou aquela medida parcial e os mais criteriosos reuniam todos os elementos de combate no que se denominou "Posto Sanitário", da Campanha contra o Amarelão. Da experiência de então, com a verminose, surgiu aqui, do mesmo modo que nos Estados Unidos, da Campanha Anti-Tuberculose, o Centro de Saude, ampliação resultante da observação de que outros problemas existiam e com ele se entrosavam. Repete-se com a alimentação a mesma ordem de coisas; o ponto de partida de interesse é a deficiência alimentar, por ela causada; aparece determinada soma de males, que em intima relação com as demais causas de agravo à saude, produzem o estado precário que observamos. Condições médico-sociais e econômicas se reúnem para a formação do complexo que focalizamos através do problema alimentar. Queremos crer que desta observação surja mais um esforço para a tese dos sanitaristas de que a higiene é uma, abrangendo todos os aspetos e situações, a desnutrição, hoje, como a verminose ontem, apenas índices de uma situação deficitária a ser corrigida, não apenas visando-se unilateralmente o combate, mas pondo em marcha todos os recursos diretos e indiretos de promoção de melhor estado sanitário. E se quisermos no próprio setor alimentar trazer a prova da complexidade do problema a ser tratado,

permito-me comprovar com o exemplo decorrente do exame de algumas fichas de escolares, cujas famílias frequentam o Centro de Saúde do Instituto de Higiene. Assim temos, sobre 1.621 escolares, que a média de renda per capita de suas famílias atinge 98\$600 que são gastos, ainda em média per capita, com alimentação 48\$000, mas que variam essas cifras, entre o mínimo de rendas per capita de 11\$250 mensais, ao máximo de 666\$600 e que se atinge o máximo de gasto com a alimentação per capita a 200\$000. Houve família tão miserável que dispndia 2\$500 per capita e por mês, com a aquisição de alimentos, o restante do que carecia, ficando a mercê da sorte ou da caridade eventual. E assim ainda vemos gente que dispõe como os mais dotados (200\$000) até de 5.000 calorias per capita por dia, com 105 gramas de proteína, outros com os mesmos recursos (200\$000) dispoendo para alimentação de 2.700 calorias e 75 gramas de proteínas per capita por dia até os menos dotados cujo teor diário fica em derredor de 2.000 calorias e a taxa de proteína entre 48 a 60 gramas.

Do estudo minucioso das fichas do Instituto de Higiene, verifica-se que disputam em importância, os fatores econômicos e de ignorância, no estabelecimento da situação de precaridade alimentar. Assim como através do problema de verminose se estabeleceu a obra médico-sanitária do país, o estímulo que o problema alimentar hoje nos fornece, abrangendo ainda um mais vasto campo de ação, interessando as populações urbanas como rurais, do período pré-natal ao extremo da vida, deverá servir de estandarte animador de uma atuação enérgica por parte de todos, tanto mais eficiente quanto mais atender a todas as faces do problema sanitário. E não será ainda focalizando somente os problemas sob o aspecto restrito ao escolar que se fará obra adequada e sadia. A criança que estuda é parte de um conjunto que condiciona toda a sua sorte, boa ou má e que se encerra no âmbito da família. A escola atuará tanto melhor quanto mais atingí-la, transformando as condições de vida e a atitude das famílias, mais um argumento em favor das medidas que só a completa ação sanitária pode prover.

Alimentação inadequada ou insuficiente é fenômeno universal que pede corretivo tanto de ordem econômica como educativa.

Nem se pense que os países mais ricos já atingiram o nível desejado. A observação de aparente saúde de uma população, como o aspecto florescente dos que aparecem nas ruas de Nova York ou de Londres, não traduzem a realidade. Na época da maior prosperidade 1928-29, conta-nos relato das Ligas das Nações, a maior parte das famílias americanas dispunha de um regime alimentar defeituoso, agravando-se após a crise econômica. Na Grã Bretanha, dividida a população em 6 grupos, segundo a renda, o regime ali-

mentar do grupo inferior, ou seja de 10% da população, era antes da Guerra considerado insuficiente sob todos os aspectos. O do grupo imediatamente superior, 20% da população, apenas razoável quanto ao teor em proteínas e gorduras. O terceiro grupo, também incluindo 20% da população, era satisfatório quanto aos elementos energéticos, proteínas e gorduras, porém insuficiente no que se relaciona com as vitaminas e sais minerais. Assim, diz o relato, vivem 50% dos habitantes da Grã Bretanha, em nível alimentar abaixo do estritamente desejado. Investigações dessa ordem a que começamos a proceder entre nós, situarão o problema e indicarão os corretivos que se enquadram certamente no problema geral da saúde.

Este, como muitos dos problemas que temos a resolver, dispõe já de um acervo grande de informes e de um conjunto de conhecimentos científicos, resultantes das pesquisas realizadas nos laboratórios de todo o mundo civilizado e aqui também aplicáveis.

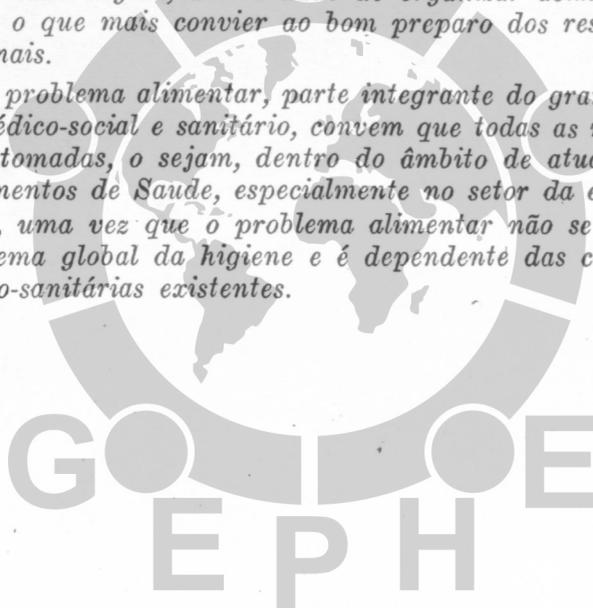
Do que mais necessitamos é aplicar convenientemente esses recursos — em suma problema de ordem administrativa — em grande parte da administração sanitária. Dentro dessa corrente, aos serviços de saúde cabe encontrar a fórmula, entre nós principalmente nos Centros de Saúde, onde concorrem sanitaristas, educadoras sanitárias e auxiliares especializados, para o combate à deficiência alimentar, utilizando-se da arma valiosa da educação sanitária e dos recursos diretos e indiretos de combate ao mal.

Do exposto, resumindo, chegamos às seguintes conclusões:

- 1) *Existe uma elevada proporção de desnutridos entre os escolares, que deve traduzir um estado de desnutrição também existente nos demais elementos da família.*
- 2) *Os diferentes autores sugerem medidas supletivas que se enquadram, seja na administração aos escolares, do copo de leite ou sopa, esta a chamada "sopa escolar", ou ainda de outros tipos de merenda; acordos nesse suplemento, alguns o pedem como medida para minorar os efeitos da fome relativa durante o período horário de estudo; outros, indo além, como medida de real suprimento alimentar. O efeito educativo é também focalizado como de primordial importância.*
- 3) *Focalizam vários autores as medidas mais apropriadas para a realização, seja do suprimento de merendas ou de um programa mais vasto, como o do estabelecimento de refeitórios escolares.*
- 4) *Das discussões havidas, a propósito dos vários trabalhos apresentados, ressalta a extrema necessidade de preparar pessoal adequado, seja para a direção dos refeitórios ou fiscalização*

da alimentação entre os escolares, como ainda e mais importante, a realização do ensino adequado da melhor forma de se alimentarem as famílias. Donde cuidar-se da intensificação do preparo de profissionais destinados a estes misteres, a saber: nutricionistas e auxiliares de alimentação, sem contar com o preparo da população, em geral, e, em especial, das donas de casa e das cozinheiras. Afim de não haver confusões possíveis sobre a competência e deveres das diferentes classes de profissionais, conviria o estabelecimento de uma comissão composta de elementos de vários setores do país, afim de que se estabeleçam os mínimos exigíveis para o exercício de cada uma das profissões enumeradas. Não deseja o Congresso o estabelecimento de padrões rígidos, mas simplesmente que se tracem as normas contendo os mínimos acima referidos, deixando, a cada região, a liberdade de organizar acima desses mínimos, o que mais convier ao bom preparo dos respectivos profissionais.

- 5) Sendo, o problema alimentar, parte integrante do grande problema médico-social e sanitário, convem que todas as medidas, a serem tomadas, o sejam, dentro do âmbito de atuação dos Departamentos de Saúde, especialmente no setor da educação sanitária, uma vez que o problema alimentar não se destaca do problema global da higiene e é dependente das condições econômico-sanitárias existentes.



G O I O E
E P H E

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROFILAXIA DO RAQUITISMO

Alimentação e nutrição dos escolares

Dra. CARMELA JULIANI

S. Paulo

Durante o ano de 1933 a nossa atenção foi chamada para um fato que até então nos tinha passado quase despercebido, isto é, o grande número de deformações torácicas em nossas crianças na idade escolar. Nessa ocasião procuravamos fazer um estudo das deformações ósseas produzidas pelo trabalho. Como é sabido, sempre se quis atribuir a maior parte dos desvios da coluna, ou todos eles, aos maus hábitos escolares, chegando-se mesmo a classificá-los como doença escolar.

Vários fatores foram responsabilizados por estas deformações, como sejam: deficiência de luz, vícios de atitudes, mau material escolar ou mau método de ensino. Essas deformações não são verdadeiramente deformações escolares, mas encontrando o terreno favorável, elas se estabelecem, devendo, por isso, dispensar-se mais cuidados às crianças que frequentam as escolas e que apresentam qualquer anomalia na região da coluna dorsal. As deformações da coluna não se encontram somente nessa idade e depois dela. O que parece é que as crianças que já se matricularem na escola com este ou aquele desvio da coluna assim continuam e, se os meios adequados não forem empregados, essas deformações se acentuarão ainda mais.

Fomos então conduzidos a não observar somente as deformações torácicas que se processam ocasionadas pelos desvios da coluna, mas sim todas as deformações que se processem por esta ou aquela causa. Parece-nos que a *desnutrição* entrava aqui como *fator preponderante*; as *perturbações dos aparelhos respiratório e digestivo*, vinham logo em seguida a influenciar a conformação torácica. Tínhamos, pois, que um torax acha-se bem conformado quando o indivíduo foi sempre bem alimentado, e tem em bom estado funcional os seus aparelhos respiratório e digestivo.

Nessa ocasião fizemos um estudo cuidadoso em 1.697 crianças e nelas encontramos 238 muito desnutridas e com desvio da coluna e uma conformação torácica que sempre apresentava deformações de origem raquítica. Além destes 238 ainda havia mais 5 em franco raquitismo.

O torax raquítico, embora não bem característico, é frequentemente observado entre as crianças da idade escolar.

Instituído o tratamento, procurando corrigir as deficiências alimentares, pois indicamos uma verdadeira sobrecarga de vitaminas, cálcio, ginástica respiratória, R. U. V., e repouso adequado, prometendo que faríamos o possível para evitar que o mal progredisse. Dessas 243 crian-

gas, somente as 5 que realmente estavam com uma deformação muito adiantada não aproveitaram. As outras 238 obtiveram franca melhora e sua conformação tomou aspecto normal. Sentimos não dispor de fotografias das mesmas, mas, é que não pensavamos em elaborar trabalho algum com esses dados. Não obstante, essa observação ficou em nossa memória e nos fez proseguir em nossa observação, porque a *desnutrição accentuada* é um dos maiores fatores que determinam os desvios da coluna e consecutivamente as deformações torácicas. Este assunto que à primeira vista parece sem grande valor tem uma importância capital não só em medicina preventiva como em sociologia. É bastante que nos lembremos que no torax se alojam os pulmões e o coração, e que estes órgãos básicos da nossa economia vão sofrer as consequências dessas deformações, pois o conteúdo terá forçosamente de amoldar-se ao continente, funcionando muitas vezes de modo a inferiorizar a economia, colocando o indivíduo num grau de defesa muito menor. Mas quando o torax se deforma, o abdomen também sofre as consequências desse fato, podendo mesmo se deformarem os ossos da bacia, produzindo anciloses das articulações, que vêm determinar compressões hepáticas, gástricas, de toda massa intestinal, dando-nos consecutivamente a constipação habitual constante, sede de verdadeiro estado de intoxicação orgânica que às vezes não chegamos a corrigir com regime, ginástica e medicamentos. Poderá nas mulheres a deformação torácica determinar perturbações e compressões nos órgãos genitais, chegando mesmo a impossibilitá-las para o matrimônio.

Ordinariamente observamos o desenvolvimento da criança, levando em consideração *duas medidas* que são o *peso* e a *altura*. As medidas das circunferências do crânio, do torax e do abdômen são de grande importância no decurso de afecções que as possam influenciar. Elas devem ser tomadas normalmente e as alterações que nelas se venham a estabelecer devem ser registradas.

O raquitismo que apareceu já há muitos anos quase como uma verdadeira epidemia na Inglaterra, tem chamado atenção dos clínicos em todas as partes do mundo. Se começarmos a rever o assunto, lá encontraremos um verdadeiro rosário de autores, bem como de causas e tratamentos para essa moléstia. Mas a nós, médicos escolares e pediatras, o que mais nos interessa, é a profilaxia do raquitismo, e podemos dizer que no estado atual dos nossos conhecimentos podemos mesmo afirmar que se fizermos uma boa profilaxia, as cifras dos raquíticos cairá, e pode mesmo desaparecer. Esta consiste em uma boa higiene alimentar e medicamentosa das *nutrizes* às quais está confiada a alimentação das crianças.

Segundo o Prof. Valagusa, Hess, Hopkins e outros a higiene das nutrizes deve ser observada até que esta desmame a criança naturalmente e de acôrdo com a técnica (progressivamente e lentamente). Mas a profilaxia da moléstia exige vigilância da criança até 4 anos de idade no mínimo. A higiene das habitações, mormente no que concerne à insolação e iluminação, tem grande valor pois é ela que vem contribuir para um equilíbrio dos sais de cálcio e fósforo que se acham em decadência no raquitismo. É por estas razões que são muito indicados os medicamentos fosforados, óleos (de bacalhau, de amêndoas, de oliveiras, etc.) associados ao cálcio e vitaminas em grandes doses, mas sempre auxiliados com banhos de sol ou R. U. V. As vezes o iodo e ferro também nos prestam relevantes serviços, naturalmente tudo de acôrdo com os casos concretos. As glândulas endócrinas nos casos de raquitismo devem ser